



1009889

00135.218344/2019-66



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Setor Comercial Sul, quadra 09, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A
Brasília, DF. CEP 70308200. - <http://www.mdh.gov.br>

EDITAL Nº 13/2019

PROCESSO Nº 00135.218344/2019-66

Torna-se público que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, sediado no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, 10º andar, Torre A, CEP 70308-200, Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo MENOR PREÇO** apresentado pelo **MENOR VALOR GLOBAL** sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e nº 3, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 18/12/2019

Horário: 09:00h (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br.

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de Projeto Executivo para as 4 Tipologias da Casa da Mulher Brasileira.
- 1.2. O objeto da licitação tem natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.3. A licitação será realizada em grupo único, formados por 4 itens, conforme tabela constante no Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.5. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução empreitada por preço global, tipo menor preço.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária 81101, LOA 2019, Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção de igualdade e enfrentamento à violência - Ação 14Xs - Construção da Casa da Mulher Brasileira.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiro.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017);

4.2.9. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrará automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor total de cada item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as

regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total resarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Projeto Básico.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. Os lances deverão ser ofertados pelo valor total de cada um dos itens que compõem o grupo único.

7.5.2. Os lances para os itens pertinentes ao Grupo único deverão ser ofertados individualmente, cujo somatório indicarão o valor total do Grupo único, que servirá como parâmetro de classificação da proposta no comprasnet, através do critério de menor valor global.

7.5.3. Os lances serão ofertados pelos valores UNITÁRIOS dos itens, sendo que a desclassificação em qualquer um dos itens implicará a desclassificação da proposta para o Grupo único.

7.5.4. Apesar do critério de julgamento ser o de menor preço global por Grupo, o valor unitário de cada item, não poderá ser superior aos valores unitários previstos no item 1.7 do Projeto Básico

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00(cem reais).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará-se automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.27.1.1. prestados por empresas brasileiras;

7.27.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A proposta a ser encaminhada deverá conter:

8.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a *60 (sessenta)* dias, a contar da data de abertura do certame.

8.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

8.2.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

8.2.3.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.2.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

8.2.3.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

8.2.3.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

8.2.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

8.2.4.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de

desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

8.2.5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

8.2.5.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

8.2.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

8.2.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

8.2.5.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária

8.2.5.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

8.2.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

8.2.5.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.3.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.3.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.3.3. não apresente as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico e/ou anexos;

8.3.4. Apresentar, na composição de seus preços:

8.3.4.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

8.3.4.2. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

8.3.4.3. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

8.3.5. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.4. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela

Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

8.5. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

8.6. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

8.7. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.8. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

8.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

8.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidores-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para

que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social,

nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

9.10.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10(dez) do valor total estimado da contratação do grupo.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação.

9.11.2. Declaração de que, na DATA DA CONTRATAÇÃO, haverá em seu quadro de pessoal, profissional(is) de nível superior detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – C.A.T., por execução de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação, considerando suas parcelas de maior relevância:

- a) Elaboração de projeto executivo de arquitetura;
- b) Elaboração de projeto executivo de instalações elétricas;
- c) Elaboração de projeto executivo de estrutura.

9.11.3. Comprovação da qualificação técnica do(s) profissional(is) exigido(s) no item anterior dar-se-á pela apresentação de:

I - Cópia da Carteira Profissional de Trabalho (CTPS) assinada pelo PROPONENTE ou da Ficha de Registro de Empregados (FRE) devidamente autenticada em cartório de títulos e documentos, que demonstre o vínculo empregatício do(s) profissional(ais) indicado(s);

II - será admitida, ainda, a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado;

III - quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa PROPONENTE, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo da mesma e Certidão do CREA ou CAU, devidamente atualizada;

IV - anexar declaração individual, por escrito, de cada profissional , autorizando sua inclusão como membro da equipe técnica que participará efetivamente na execução dos trabalhos;

V - o(s) profissional(is) indicado(s) será(ão) o(s) responsável(is) pela prestação do serviço objeto desta licitação, compondo a respectiva equipe técnica. A substituição desse(s) profissional(is) só será admitida, em qualquer tempo, por outro(s) que detenha(m) as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos relevantes, justificáveis pelo PROPONENTE e aceitos pela CONTRATANTE.

9.11.4. O(s) profissional(is) de nível superior objeto da declaração exigida no item 9.11.4, deverão apresentar atestado(s) técnico(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a elaboração de projetos executivos de arquitetura, fundações e estrutura e instalações hidrossanitárias e instalações elétricas acompanhado(s) das respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – C.A.T., admitindo-se a Certidão de Acervo Técnico de serviço específico, expedida pelo CREA/CAU.

9.11.5. Comprovação, por meio de certidão(ões) e atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CREA/CAU de que a empresa executou serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação, considerando suas parcelas de maior relevância:

- a) Elaboração de projetos executivos de arquitetura, de instalações elétricas e de estrutura com área mínima de 1.000m².

9.11.6. Para comprovação do item 19.11.5, retro, será permitida a apresentação de tantos atestados quantos forem necessários, desde que se refiram à experiência pertinente e compatível com

o objeto descrito na parcela de maior relevância, não se admitindo o somatório de quantitativos para a composição da área mínima exigida.

9.11.7. Declaração formal de que disponibilizará estrutura operacional (pessoal e material) adequada ao perfeito cumprimento do objeto da licitação.

9.12. Equipe Técnica da Empresa:

9.12.1. A Equipe a ser alocada deverá ser composta por profissionais distintos que possuam e mantenham durante a vigência do contrato os requisitos mínimos, documentalmente comprovados, NA DATA DA CONTRATAÇÃO.

9.12.2. Deverão ser previstas equipes suficientes para a conclusão dos itens a serem desenvolvidos, em prazos estabelecidos no Projeto Básico. As atividades serão desenvolvidas concomitantes e o dimensionamento da empresa não poderá permitir prejuízo à entrega de quaisquer serviços previstos.

9.12.3. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

9.12.4. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.12.5. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

9.12.6. As empresas, cadastradas no SICAF, deverão estar cadastradas para a linha de fornecimento compatível com o objeto licitado.

9.12.6.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.7. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro

suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Projeto Básico.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem

prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de

15.2.2. as, a contar da data de seu recebimento.

15.2.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, conforme previsto no projeto básico.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais combinações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Projeto Básico.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mdh.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro

dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.direitoshumanos.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço descrito no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário das 10:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Projeto Básico;

22.12.1.1. Anexo I - Termo de justificativas de técnicas relevantes (0959978);

22.12.1.2. Anexo II - Especificações Técnicas (0959980);

22.12.1.3. Anexo III – Estimativa de custos e formação de preços (0959984);

22.12.1.4. Anexo IV – Composição de BDI - Máx e Min (0959987);

22.12.1.5. Anexo V – Cronograma Físico-financeiro (0959989);

22.12.1.6. Anexo VI - A - RT - ART Projeto Tipo I (0959993);

22.12.1.7. Anexo VI – B - RRT - anteprojeto Tipo II, III e IV (0959995);

22.12.1.8. Anexo VII - Premissas da revisão da Tipologia I (0959997);

22.12.1.9. Anexo VIII- A - Plantas da Tipologia I - frente; (0959999);

22.12.1.10. Anexo VIII - B - Planta da Tipologia I – fundos (0960000);

22.12.1.11. Anexo IX – A - Planta da Tipologia II - 01-03 (0960003);

22.12.1.12. Anexo IX – B - Planta da Tipologia II - 02-03 (0960005);

- 22.12.1.13. Anexo IX – C - Planta da Tipologia II - 03-03 (0960007);
22.12.1.14. Anexo X – A- Planta da Tipologia III - 01-02 (0960009);
22.12.1.15. Anexo X – B - Planta da Tipologia III - 02-02 (0960011);
22.12.1.16. Anexo XI – A - Planta da Tipologia IV - 01-03 (0960012);
22.12.1.17. Anexo XI – B - Planta da Tipologia IV - 02-03 (0960013);
22.12.1.18. Anexo XI – C - Planta da Tipologia III - 03-03 (0960014);
22.12.2. Anexo II- Minuta de Contrato (0980239).

Maria Aparecida Fabri Pessanha
Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Fabri Pessanha, Assistente**, em 07/01/2020, às 14:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1009889** e o código CRC **8D32B60A**.

0.1.

Referência:

Processo nº
00135.218344/2019-
66

nº 0977213



0935386

00135.218344/2019-66



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA
Sede II do Banco do Brasil, Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco H, Lote 8
Brasília, DF. CEP 70070-120. - <http://www.mdh.gov.br>

Projeto Básico

PROCESSO Nº 00135.218344/2019-66

Observação prévia: Utilização de modelo da AGU

O modelo utilizado para confecção deste Projeto Básico consta no site da AGU.

PROJETO BÁSICO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa de projetista de arquitetura/engenharia para fornecer conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos os objeto abaixo indicados:

1.1.1. Projetos Executivos de Revisão/Atualização/Adequação do Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 3.671,86 m² - Tipo I, a ser fornecido pela CONTRATANTE, conforme detalhamento do objeto (item 5, abaixo);

1.1.2. Projetos Executivos Padrão, a partir dos estudos preliminares de cada uma das outras 3 tipologias da Casa da Mulher Brasileira (Tipo II - 1.186,00 m², Tipo III - 269,19 m² e Tipo VI - 162,21 m²) a serem fornecidos pela CONTRATANTE, conforme detalhamento constante das especificações técnicas e desenhos anexos a este documento.

PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
01	Projetos Executivos de Revisão/Atualização/Adequação do Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 3.671,86 m ² - Tipo I	R\$126.877,45
02	Projetos Executivos Padrão, a partir dos estudos preliminares de cada uma das outras 3 tipologias da Casa da Mulher Brasileira -Tipo II - 1.186,00 m ²	R\$ 253.888,98
03	Projetos Executivos Padrão, a partir dos estudos preliminares de cada uma das outras 3 tipologias da Casa da Mulher Brasileira - Tipo III - 269,19 m ²	R\$ 75.763,31
04	Projetos Executivos Padrão, a partir dos estudos preliminares de cada uma das outras 3 tipologias da Casa da Mulher Brasileira - Tipo VI -162,21 m ²	R\$ 46.084,80

1.1.3. O objeto da licitação **tem natureza de serviço comum de engenharia**.

1.1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no - Anexo II - Especificações Técnicas (0959980).

1.1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses contados da data da assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.1.6. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global, tipo menor preço.

1.1.7. Os arquivos de desenho 2D deverão ser no formato - .dwg - para Autocad, versão mínima 2007 (não serão aceitos arquivos do tipo .dxf). Deverão ainda ser fornecidos todos os arquivos em formato - plt.

1.1.8. Os desenhos de cada disciplina de projeto (elétrico, estruturas, etc) deverá estar em um arquivo separado. Os projetos deverão ser entregues em CD ou DVD, incluindo as Especificações Técnicas, que deverão estar no mínimo em formato WORD 97/2000.

1.1.9. Os projetos de cada produto deverão ser apresentados separadamente, em CD/DVD que deverá ser identificado com o nome da SNPM, título do projeto, especialidade do projeto, nome da empresa contratada e nome dos arquivos contidos.

1.1.10. Além do(s) CD(s) ou DVD(s) deverá ser entregue 02(duas) cópias impressas de cada projeto aprovado pelo contratante para entrega final, plotadas em papel sulfite em cores ou monocromático de acordo com as penas estabelecidas nos desenhos.

1.1.11. As plantas impressas em papel sulfite, assim como as especificações técnicas, deverão ser entregues em uma pasta plastificada, com identificação, título dos projetos, especialidade e nome da empresa contratada.

1.1.12. A unidade dos desenhos gráficos será centímetro (cm) que poderá ser adequada conforme a disciplina de projeto.

1.1.13. O carimbo deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome do cliente - contratante;
- b) Título do projeto;

- c) Especialidade do projeto;
- d) Assunto da prancha;
- e) Nome/CREA ou CAU do(s) projetista(s) com endereço e telefone;
- f) Campo para assinatura do proprietário;
- g) nº. da prancha e quantidade de pranchas;
- h) Escala de plotagem do desenho;
- i) Data de conclusão do desenho.

1.1.14. A definição das cores para a espessura de penas será opção da empresa contratada, devendo sempre atentar para a legibilidade e compreensão do desenho. A listagem das penas deverá ser fornecida em arquivo tipo .ctb no CD juntamente com os projetos.

1.1.15. Deverá ser colocado no arquivo de desenho, fora da área da prancha, uma tabela com a relação de cores e espessuras de pena, escala de plotagem, tamanho da prancha e o software utilizado, bem como sua versão.

1.1.16. O Tamanho das pranchas deverá estar de acordo com o descrito em Norma da ABNT pertinente.

1.1.17. Os documentos técnicos impressos de cada um dos projetos deverão ser agrupados e entregues em jogos separados e independentes, em correspondência a cada atividade técnica envolvida.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação objetiva atender as responsabilidades imputadas à SNPM em 30.08.2013, por meio do Decreto nº 8.086 (0802913), quando o Governo Federal instituiu o "Programa Mulher: Viver sem Violência", que tem como fim **integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência**, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira.

2.2. A responsabilidade pela coordenação do Programa é da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

2.3. O Programa Mulher: Viver sem Violência tem como sua principal ação a implementação das Casas da Mulher Brasileira, que são espaços públicos onde se concentrarão os principais serviços especializados para as mulheres em situação de violência;

2.4. Consta no Decreto 8.086/13, a competência da SNPM de coordenar a implantação e a execução do Programa, de construir e equipar as unidades das Casas da Mulher Brasileira, **dessa forma faz-se necessária a contratação de projetos que possam ser utilizados para essas construções.**

2.5. Nesse sentido a SNPM possui um projeto executivo padrão, desenvolvido em 2014, para uma edificação de 3.671,86 m², mas que precisa ser atualizado e revisado, de forma que a edificação tenha um custo menor de execução, passando por adequações no projeto original que foram fruto de observações da equipe técnica que acompanha o tema desde o início do Programa, com as obras concluídas e com o serviço em funcionamento.

2.6. Além disso, após o desenvolvimento do modelo Padrão original, a SNPM verificou a necessidade de adaptar tal modelo a outras configurações que permitissem ser utilizado em outros locais, tendo como um dos parâmetros para esta escolha, por exemplo, o número de habitantes da localidade. Sendo assim, foram desenvolvidos estudos preliminares para as Tipologias II, III e IV que necessitam de detalhamento executivo que permita orçar e licitar tais obras.

2.7. Para a contratação em tela foram desenvolvidas as especificações técnicas que se encontram Anexo II - Especificações Técnicas (0959980).

2.8. Os quantitativos e demais características da contratação foram explicitados no item 1 acima.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. Os serviços técnicos requeridos são relacionados à projetos executivos de arquitetura e engenharia para os 4 tipos de Casa da Mulher Brasileira desenvolvidos pela SNPM. Dessa forma, considerou-se que seria mais eficiente uma única contratação para 4 produtos, visto que o partido arquitetônico se repete, o que facilitará a padronização e o tratamento técnico por apenas um Coordenador de Projetos.

3.2. Dessa forma, o objeto da licitação **TEM NATUREZA DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA** e a presente contratação adotará como regime de execução de empreitada por preço global, tipo menor preço.

4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA** ser contratado mediante licitação por PREGÃO ELETRÔNICO.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no artigo 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Não será aceita empresa consorciada ou cooperativa, o que se justifica pelo

quantitativo de serviço a contratar, e pela natureza de gestão operacional do serviço, onde deve haver uma sequência predefinida de tarefas e subordinação entre a coordenação do projeto e os profissionais que desempenharão estas atividades.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

5.1. Deverão ser desenvolvidos os seguintes produtos - escopo do serviço:

5.1.1. **Produto 1 - Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 3.671,86 m² - Tipo I:**

- a) Elaboração da Revisão/Atualização/Adequação conforme Anexo VII - Premissas da revisão da Tipologia I (0959997);
- b) Elaboração de manual para manutenção predial da edificação.

5.1.2. **Produto 2 - Desenvolvimento de Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 1.186,00 m² - Tipo II:**

- a) Elaboração de maquete eletrônica da edificação;
- b) Elaboração do projeto executivo de arquitetura;
- c) Elaboração do projeto executivo de estruturas – concreto armado e metálica;
- d) Elaboração do projeto executivo de instalações hidrossanitárias;
- e) Elaboração do projeto executivo de instalações elétricas (versão 110 V e 220 V), cabeamento estruturado e SPDA(sistema de proteção contra descargas atmosféricas);
- f) Elaboração do projeto executivo de CFTV(circuito fechado de televisão);
- g) Elaboração do projeto executivo de ar condicionado;
- h) Elaboração do projeto executivo preventivo de incêndio;
- i) Elaboração do projeto executivo de sinalização.
- j) Elaboração de orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro e descritivo;
- k) Elaboração do memorial justificativo das soluções;
- l) Elaboração de manual para manutenção predial.

5.1.3. **Produto 3 - Desenvolvimento de Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 269,19 m² - Tipo III:**

- a) Elaboração de maquete eletrônica da edificação;
- b) Elaboração do projeto executivo de arquitetura;
- c) Elaboração do projeto executivo de estruturas – concreto armado e metálica;
- d) Elaboração do projeto executivo de instalações hidrossanitárias;
- e) Elaboração do projeto executivo de instalações elétricas (versão 110 V e 220 V), cabeamento estruturado e SPDA(sistema de proteção contra descargas atmosféricas);
- f) Elaboração do projeto executivo de CFTV(circuito fechado de televisão);
- g) Elaboração do projeto executivo de ar condicionado;
- h) Elaboração do projeto executivo preventivo de incêndio;
- i) Elaboração do projeto executivo de sinalização.
- j) Elaboração de orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro e descritivo;
- k) Elaboração do memorial justificativo das soluções;
- l) Elaboração de manual para manutenção predial.

5.1.4. **Produto 4 - Desenvolvimento de Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 162,21 m² - Tipo IV:**

- a) Elaboração de maquete eletrônica da edificação;
- b) Elaboração do projeto executivo de arquitetura;
- c) Elaboração do projeto executivo de estruturas – concreto armado e metálica;
- d) Elaboração do projeto executivo de instalações hidrossanitárias;
- e) Elaboração do projeto executivo de instalações elétricas (versão 110 V e 220 V), cabeamento estruturado e SPDA(sistema de proteção contra descargas atmosféricas);
- f) Elaboração do projeto executivo de CFTV(circuito fechado de televisão);
- g) Elaboração do projeto executivo de ar condicionado;
- h) Elaboração do projeto executivo preventivo de incêndio;
- i) Elaboração do projeto executivo de sinalização.
- j) Elaboração de orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro e descritivo;
- k) Elaboração do memorial justificativo das soluções;
- l) Elaboração de manual para manutenção predial.

5.2. As especificações detalhadas dos produtos estão descritas no Anexo II - Especificações Técnicas (0959980).

5.3. Ressaltamos que a Tipologia I, de 3.671,46 m², foi desenvolvida no ano de 2013, por meio de contratação indireta, tendo sido construída em 7 localidades.

5.4. Com essa experiência demonstrou -se que essa tipologia seria adequada apenas para construção do modelo em grandes capitais, com população acima de 1.000.000,00 (um milhão) de habitantes. Sendo assim, foram desenvolvidos outros 3 projetos, para uso conforme tabela abaixo:

Unidade Administrativa	Número de Habitantes	Tipologia da CMB a construir/Metragem
Capital*	Acima de 1.000.000 de Habitantes	I - 3.671,46 m ²
Município	Entre 1.000.000 e 500.000 Habitantes	II - 1.186,00 m ²
Município	Entre 500.000 e 100.000 Habitantes	III - 269,19 m ²
Município	Entre 100.000 e 50.000 Habitantes	IV - 162,21 m ²

* Todas as capitais cuja população for menor que 1.000.000 habitantes serão modelo Tipo II.

5.5. O serviço não possui natureza continuada, haja vista que se refere ao desenvolvimento e entrega de 4 projetos (produtos) com início, meio e fim, conforme descrito acima.

5.6. A metragem de cada edificação nomeada acima pode ser conferida nos desenhos anexos.

5.7. Quanto a adoção de critérios de sustentabilidade, os produtos acima descritos (projetos executivos desenvolvidos) deverão prever, conforme Instrução Normativa 01/2010-MPOG, utilização de sistemas de reuso de água e energia, procedimentos para reduzir o consumo de energia, utilização de materiais reciclados, reutilizáveis e biodegradáveis e redução da necessidade de manutenção, além do uso de energia solar. Outra exigência, é que nas especificações técnicas do edifício projetado conste determinação sobre a comprovação da origem da madeira, para evitar o emprego de madeira ilegal na execução da obra ou serviço.

5.8. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, e não se configura como prestação continuada.

5.9. A empresa deverá ser do ramo de engenharia civil/arquitetura e estar habilitada para a prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados visando a ELABORAÇÃO DE PROJETOS, em nível executivo, devidamente cadastrada no sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

5.10. Fará parte da licitação, declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

5.11. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico - Itens 8 e 9, abaixo.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Da dinâmica do objeto consta a entrega de 4 produtos destintos, que serão entregues conforme as etapas descritas no documento - Anexo II - Especificações Técnicas (0959980) item 4 a 10 e do Anexo V – Cronograma Físico-financeiro (0959989).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1. Para este item deverão ser consultados os itens 11 a 18 do documento Anexo II - Especificações Técnicas (0959980)

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;

8.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

8.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

8.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços

objeto do contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.9. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo artigo 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

9.2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor, e conforme a qualificação exigida para a licitação;

9.3. Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) anexo(s) deste Ato Convocatório;

9.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

9.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.7. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

9.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

9.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.19. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

9.19.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as

eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.19.2. Os direitos autorais da solução, dos projetos, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.20. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

9.21. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e 12.378/2010);

9.22. Em se tratando do regime empreitada por preço global a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

9.23. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

9.24. Por se tratar de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

12.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto.

12.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.12. Todos os critérios de medição dos serviços estão no Anexo II - Especificações Técnicas (0959980), itens 11 a 18;

13. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

13.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a versão prévia dos serviços executados para o período, com envio de ofício de apresentação do trabalho e o CD/DVDs correspondentes.

13.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

13.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

13.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessários.

13.2.2. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

13.2.3. No prazo estabelecido pelo Cronograma, a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato para aprovação. Anexo V (SEI 0959989)

13.2.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

13.2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e seus anexos e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14. PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico e o Cronograma Físico-Financeiro.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.4.1. O prazo de validade;

14.4.2. A data da emissão;

14.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

14.4.4. O período de prestação dos serviços;

14.4.5. O valor a pagar; e

14.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobreposto até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

14.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.6.1. Não produziu os resultados acordados;

14.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam açãoados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam açãoados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

14.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I=(6 / 100)/365	I = 0,00016438
		TX = Percentual da taxa anual = 6%

15. REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

16.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

16.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

16.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

16.5. Será considerada extinta a garantia:

16.5.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

16.5.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

16.6. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

16.7. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

16.8. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

16.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

16.9.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.9.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

16.9.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

16.9.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

16.9.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

16.9.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica a ser informada pela Contratante, com correção monetária.

16.9.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.9.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.9.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.9.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

16.9.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.9.12. Será considerada extinta a garantia:

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

16.10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela

contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

16.11. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

17.1.5. Cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

b) **Suspensão de licitar** e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

d) **Multa de:**

I - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.3.1. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.3.2. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.3.3. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.4. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o

procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

18.3.1. Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) competente da região a que estiver vinculado o PROPOSTOR, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação.

18.3.2. Declaração de que, NA DATA DA CONTRATAÇÃO, haverá em seu quadro de pessoal, profissional(is) de nível superior detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – C.A.T., por execução de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação, considerando suas parcelas de maior relevância:

- a) Elaboração de projeto executivo de arquitetura;
 - b) Elaboração de projeto executivo de instalações elétricas;
 - c) Elaboração de projeto executivo de estrutura.

18.3.3. Comprovação da qualificação técnica do(s) profissional(is) exigido(s) no item anterior dar-se-á pela apresentação de:

a) Cópia da Carteira Profissional de Trabalho (CTPS) assinada pelo PROPONENTE ou da Ficha de Registro de Empregados (FRE) devidamente autenticada em cartório de títulos e documentos, que demonstre o vínculo empregatício do(s) profissional(ais) indicado(s).

I - será admitida, ainda, a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado;

II - quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa PROPONENTE, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo da mesma e Certidão do CREA ou CAU, devidamente atualizada;

III - anexar declaração individual, por escrito, de cada profissional , autorizando sua inclusão como membro da equipe técnica que participará efetivamente na execução dos trabalhos;

IV - o(s) profissional(is) indicado(s) será(ão) o(s) responsável(is) pela prestação do serviço objeto desta licitação, compondo a respectiva equipe técnica. A substituição desse(s) profissional(is) só será admitida, em qualquer tempo, por outro(s) que detenha(m) as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos relevantes, justificáveis pelo PROPONENTE e aceitos pela CONTRATANTE.

18.3.4. O(s) profissional(is) de nível superior objeto da declaração exigida no item 18.3.2, deverão apresentar atestado(s) técnico(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a elaboração de projetos executivos de arquitetura, fundações e estrutura e instalações hidrossanitárias e instalações elétricas acompanhado(s) das respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – C.A.T., admitindo-se a Certidão de Acervo Técnico de serviço específico, expedida pelo CREA/CAU.

18.4. Comprovação, NA FASE DA HABILITAÇÃO, por meio de certidão(ões) e atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CREA/CAU de que o PROPONENTE executou serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação, considerando suas parcelas de maior relevância:

- a) Elaboração de projetos executivos de arquitetura, de instalações elétricas e de estrutura com área mínima de 1.000m².

18.4.1. Para comprovação do item 18.4, retro, será permitida a apresentação de tantos atestados quantos forem necessários, desde que se refiram à experiência pertinente e compatível com o objeto descrito na parcela de maior relevância, não se admitindo o somatório de quantitativos para a composição da área mínima exigida.

18.5. Declaração formal de que disponibilizará estrutura operacional (pessoal e material) adequada ao perfeito cumprimento do objeto da licitação.

18.6. Caso se habilite pelo SICAF, o PROPONENTE deverá estar cadastrado para a linha de fornecimento compatível com o objeto licitado.

18.7. Equipe Técnica da Empresa

18.7.1. A Equipe a ser alocada pela CONTRATADA deverá ser composta por profissionais distintos que possuam e mantenham durante a vigência do contrato os requisitos mínimos, documentalmente comprovados, NA DATA DA CONTRATAÇÃO.

18.7.2. Deverão ser previstas equipes suficientes para a conclusão dos itens a serem desenvolvidos, em prazos estabelecidos neste Projeto Básico. As atividades serão desenvolvidas concomitantes e o dimensionamento da empresa não poderá permitir prejuízo à entrega de quaisquer serviços previstos.

18.7.3. A prestação de serviços não poderá sofrer impacto em função de outros compromissos da CONTRATADA.

18.7.4. A CONTRATANTE poderá a qualquer momento, e a seu critério, solicitar a substituição de membros da equipe da CONTRATADA.

18.8. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

18.8.1. Valor Global Máximo: R\$ 502.614,54 (quinhentos e dois mil, seiscentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos).

18.8.2. Valores das Etapas: conforme Anexo III – Estimativa de custos e formação de preços (0959984) e Anexo V – Cronograma Físico-financeiro (0959989), anexo ao edital.

18.8.3. O Regime de Execução será o de empreitada por preço global, e será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos das Etapas superem o correspondente custo da Etapa de referência fixado pela Administração, Anexo III – Estimativa de custos e formação de preços (0959984).

18.8.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

18.8.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

19.1. O embasamento legal de cálculo de honorários, foi realizado com os parâmetros fornecidos no sítio do CAU/BR, a fim de estabelecer a remuneração pela prestação dos serviços técnicos profissionais especializados para a elaboração de PROJETOS e ESTUDOS TÉCNICOS, o qual se encontra em observância as seguintes legislações e referências:

19.1.1. Resoluções CAU/BR nº 21 de 2012 e nº 51 de 2013 e anexos, (Dispõem sobre as atividades do arquiteto e urbanista);

19.1.2. Resolução nº 64 de 8 de novembro de 2013 (Aprova o Módulo I – Remuneração do Projeto Arquitetônico de Edificações);

19.1.3. Tabela de honorários de serviços de arquitetura e urbanismo – Módulo I, Remuneração do Projeto Arquitetônico de Edificações;

19.1.4. Resolução nº 76 de 10 de abril de 2014 (Aprova o Módulo II – Remuneração de Projetos e Serviços Diversos);

19.1.5. Tabela de honorários de serviços de arquitetura e urbanismo – Módulo II, Remuneração de Projetos e Serviços Diversos;

19.1.6. Planilha de cálculo de Honorários do site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (<http://honorario.caubr.gov.br/download/>).

19.2. A modalidade de remuneração aplicada foi a de "percentual sobre o custo da obra", pois de acordo com esta modalidade, os honorários são calculados com base em percentual sobre o custo estimado de execução da obra, calculado na contratação do projeto.

19.2.1. Foi escolhida esta modalidade de remuneração tendo em vista a prévia existência dos projetos executivos de arquitetura do modelo Tipo I, e estudos preliminares de arquitetura para os Tipos II, III, IV, onde se encontram os parâmetros de configuração das edificações previstas, tais como área de construção e programa de necessidades, de modo que faz possível a estimativa de seus custos de construção.

19.2.2. Para a aplicação desta modalidade foi seguido o roteiro estipulado pela Sítio eletrônico do CAU/BR.

19.3. Encargos sociais e BDI:

19.3.1. Conforme disposto no item 7.3.7 do documento "Encargos sociais e BDI da Tabela de honorários de serviços de arquitetura e urbanismo – Módulo I, Remuneração do Projeto Arquitetônico de Edificações", o Preço de Venda do Projeto (PV) equivale à prestação dos serviços indicados nas etapas de projeto, incluídos os serviços de coordenação e compatibilização dos projetos complementares e seus respectivos escopos, bem como os Encargos Sociais (ES) e BDI (Benefícios e despesas indiretas, composto de Despesas Indiretas (DI), Despesas Legais (DL) e Lucro (L));

19.3.2. Para a presente contratação, foram estimados conforme o Acórdão nº 2369/2011/TCU (http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/CONSES/TCU_ATA_0_N_2011_36.pdf), o **BDI máximo de 37,91% e BDI mínimo de 19,38%**. Vide Anexo IV – Composição de BDI - Máx e Min (0959987).

20. Justificativa da modalidade de determinação do valor da contratação:

20.0.1. Os serviços técnicos profissionais especializados de elaboração de projetos e estudos técnicos são habitualmente orçados e contratados levando-se em conta a área, em metros quadrados, referentes às edificações, constantes do projeto de arquitetura e tendo como estudo, alguns ou a integralidade, dos elementos que constituem a obra - arquitetura, instalações, fundação, estrutura, paisagismo e etc, neste sentido, a referência para se determinar os custos do serviço se dá a partir do valor total da obra, obtido a partir do Custo Unitário Básico – CUB em função da área da obra, onde cada profissional institui, livremente um coeficiente para se chegar ao valor da contratação.

20.0.2. A metodologia citada acima é a indicada aos profissionais vinculados ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, através das Resoluções nº 64/2013 nº 76/2014, que aprovaram as tabelas de honorários de serviços de arquitetura e urbanismo do Brasil. O CAU/BR, mantém uma página da internet (<http://honorario.caubrgov.br>), onde é possibilitado aos profissionais de arquitetura calcularem os honorários sobre os serviços, com base nas metodologias regulamentadas pelo referido Conselho, servindo de valor referencial para as contratações.

20.0.3. Diante do exposto, com amparo no que dispõe o artigo 8º do Decreto 36.220, de 30 de dezembro de 2014, deixou-se de se realizar a pesquisa de preços disciplinada pelo mencionado Decreto e utilizou-se do cálculo disponibilizado no sítio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, para se obter um valor referencial como estimativa de custos para a prestação dos serviços objeto desta contratação.

21. **VALOR ESTIMADO**

21.1. Os preços máximos a serem contratados para a prestação dos serviços, objeto deste estudo preliminar, já incluído o BDI, conforme totais calculados e extraídos do sítio do CAU/BR (<http://honorario.caubrgov.br>), e constantes nos Anexos deste estudo preliminar, são de:

- I - para a elaboração dos projetos e estudos técnicos referentes ao Produto 1 – Revisão nos projetos executivos da CMB Tipo I de 3.671,46 m²: R\$126.877,45 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e setenta e nove centavos);
- II - para a elaboração dos projetos e estudos técnicos referentes ao Produto 2 – Elaboração de projetos executivos para a construção da CMB Tipo II de 1.186,00 m²: R\$ 253.888,98 (duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos);
- III - para a elaboração dos projetos e estudos técnicos referentes ao Produto 3 – Elaboração de Projetos executivos para a construção da CMB Tipo III de 269,19 m² : R\$ 75.763,31 (setenta e cinco mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos);
- IV - para a elaboração dos projetos e estudos técnicos referentes ao Produto 4 – Elaboração de Projetos executivos para a construção da CMB Tipo IV de 162,21 m² : R\$ 46.084,80 (quarenta e seis mil, e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

21.2. Portanto a estimativa de preço global para os quatro produtos soma **R\$ 502.614,54 (quinhentos e dois mil, seiscentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos)**.

21.3. O valor global do serviço de elaboração dos projetos, objeto deste estudo preliminar, é composto por fornecimento de materiais e mão de obra, de todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, prêmios de seguro, cópias, plotagens, CD/s, lucro, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, de administração, serviços e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do serviço.

21.4. Caso a empresa contratada não seja do Distrito Federal, todas as despesas referentes aos deslocamentos e hospedagem para realização de reuniões periódicas deverão estar contidas no valor global.

21.5. Serão encargos da empresa contratada todas as despesas com o CREA, CAU e outros Órgãos, entidades e outras empresas, bem como qualquer despesa que se fizer necessária para o bom andamento e desenvolvimento do objeto especificado por este estudo preliminar.

22. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

22.1. As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária 81101, LOA 2019, Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção de igualdade e enfrentamento à violência - Ação 14Xs - Construção da Casa da Mulher Brasileira.

23. **ANEXOS**

- Anexo I - Termo de justificativas de técnicas relevantes (0959978);
- Anexo II - Especificações Técnicas (0959980);
- Anexo III – Estimativa de custos e formação de preços (0959984);
- Anexo IV – Composição de BDI - Máx e Min (0959987);
- Anexo V – Cronograma Físico-financeiro (0959989);
- Anexo VI - A - RT - ART Projeto Tipo I (0959993);
- Anexo VI – B - RRT - anteprojeto Tipo II, III e IV (0959995);
- Anexo VII - Premissas da revisão da Tipologia I (0959997);
- Anexo VIII- A - Plantas da Tipologia I - frente; (0959999);
- Anexo VIII - B - Planta da Tipologia I – fundos (0960000);

- Anexo IX – A - Planta da Tipologia II - 01-03 (0960003);
- Anexo IX – B - Planta da Tipologia II - 02-03 (0960005);
- Anexo IX – C - Planta da Tipologia II - 03-03 (0960007);
- Anexo X – A- Planta da Tipologia III - 01-02 (0960009);
- Anexo X – B - Planta da Tipologia III - 02-02 (0960011);
- Anexo XI – A - Planta da Tipologia IV - 01-03 (0960012);
- Anexo XI – B - Planta da Tipologia IV - 02-03 (0960013);
- Anexo XI – C - Planta da Tipologia III - 03-03 (0960014);
- Anexo XII - Minuta do Contrato de Execução de Projetos (0960016).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Adilson da Silva, Servidor(a)**, em 05/11/2019, às 10:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Valéria Avanci Pereira Laval Silva, Coordenador(a)-Geral do Programa Mulher Viver sem Violência**, em 05/11/2019, às 10:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0935386** e o código CRC **C01E48D7**.

ANEXO I do Projeto Básico CGVV (0935386)

TERMO DE JUSTIFICATIVAS DE TÉCNICAS RELEVANTES

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

1. A contratação objetiva atender as responsabilidades imputadas à SNPM em 30.08.2013, por meio do Decreto nº 8.086, quando o Governo Federal instituiu o "Programa Mulher: Viver sem Violência", que tem como fim integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira.
2. A responsabilidade pela coordenação do Programa é da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).
3. O Programa Mulher: Viver sem Violência tem como sua principal ação a implementação das Casas da Mulher Brasileira, que são espaços públicos onde se concentrarão os principais serviços especializados para as mulheres em situação de violência;
4. Consta no Decreto 8.086/13, a competência da SNPM de coordenar a implantação e a execução do Programa, de construir e equipar as unidades das Casas da Mulher Brasileira, dessa forma faz se necessária a contratação de projetos que possam ser utilizados para essas construções.
5. Nesse sentido a SNPM possui um projeto executivo padrão, desenvolvido em 2014, para uma edificação de 3.671,86 m², mas que precisa ser atualizado e revisado, de forma que a edificação tenha um custo menor de execução, passando por adequações no projeto original que foram fruto de observações da equipe técnica que acompanha o tema desde o início do Programa, com as obras concluídas e com o serviço em funcionamento.
6. Além disso, após o desenvolvimento do modelo Padrão original, a SNPM verificou a necessidade de adaptar tal modelo a outras configurações que permitissem ser utilizado em outros locais, tendo como um dos parâmetros para esta escolha, por exemplo, o número de habitantes da localidade. Sendo assim, foram desenvolvidos estudos preliminares para as Tipologias II, III e IV, que necessitam de detalhamento executivo que permita orçar e licitar tais obras.
7. Para a contratação em tela foram desenvolvidas as especificações técnicas que se encontram em Anexo II.

DESCRÍÇÃO DA SOLUÇÃO:

8. Os serviços técnicos requeridos são relacionados à projetos executivos de arquitetura e engenharia para os 4 tipos de Casa da Mulher Brasileira desenvolvidos pela SNPM.

Dessa forma, considerou-se que seria mais eficiente uma única contratação para 4 produtos, visto que o partido arquitetônico se repete, o que facilitará a padronização e o tratamento técnico por apenas um Coordenador de Projetos.

9. Dessa forma, o objeto da licitação **não tem natureza de serviço comum de engenharia** e a presente contratação adotará como regime de execução de empreitada por preço global, tipo menor preço.

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10. Trata-se de serviço não comum de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade tomada de preço.

11. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no artigo 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

12. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

13. Não será aceita empresa consorciada, cooperativa, ou subcontratações o que se justifica pelo quantitativo de serviço a contratar, e pela natureza de gestão operacional do serviço, onde deve haver uma sequência predefinida de tarefas e subordinação entre a coordenação do projeto e os profissionais que desempenharão estas atividades.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

15. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.1 Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) competente da região a que estiver vinculado o PROPONENTE, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação.

16.2 Declaração de que, NA DATA DA CONTRATAÇÃO, haverá em seu quadro de pessoal, profissional(is) de nível superior detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – C.A.T., por execução de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação, considerando suas parcelas de maior relevância:

- Elaboração de projeto executivo de arquitetura;
- Elaboração de projeto executivo de instalações elétricas;

- Elaboração de projeto executivo de estrutura.

16.3 Comprovação da qualificação técnica do(s) profissional(is) exigido(s) no item anterior dar-se-á pela apresentação de:

- Cópia da Carteira Profissional de Trabalho (CTPS) assinada pelo PROPONENTE ou da Ficha de Registro de Empregados (FRE) devidamente autenticada em cartório de títulos e documentos, que demonstre o vínculo empregatício do(s) profissional(ais) indicado(s).
- será admitida, ainda, a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado;
- quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa PROPONENTE, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo da mesma e Certidão do CREA ou CAU, devidamente atualizada;
- anexar declaração individual, por escrito, de cada profissional , autorizando sua inclusão como membro da equipe técnica que participará efetivamente na execução dos trabalhos;
- o(s) profissional(is) indicado(s) será(ão) o(s) responsável(is) pela prestação do serviço objeto desta licitação, compondo a respectiva equipe técnica. A substituição desse(s) profissional(is) só será admitida, em qualquer tempo, por outro(s) que detenha(m) as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos relevantes, justificáveis pelo PROPONENTE e aceitos pela CONTRATANTE.

16.4 O(s) profissional(is) de nível superior objeto da declaração exigida no item 16.1, deverão apresentar atestado(s) técnico(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a elaboração de projetos executivos de arquitetura, fundações e estrutura e instalações hidrossanitárias e instalações elétricas acompanhado(s) das respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – C.A.T., admitindo-se a Certidão de Acervo Técnico de serviço específico, expedida pelo CREA/CAU.

16.5 Comprovação, NA DATA DA HABILITAÇÃO, por meio de certidão(ões) e atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CREA/CAU de que o PROPONENTE executou serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação, considerando suas parcelas de maior relevância:

- Elaboração de projetos executivos de arquitetura, de instalações elétricas e de estrutura com área mínima de 1.000m².

16.6 Para comprovação do item 16.5, retro, será permitida a apresentação de tantos atestados quantos forem necessários, desde que se refiram à experiência pertinente e

compatível com o objeto descrito na parcela de maior relevância, não se admitindo o somatório de quantitativos para a composição da área mínima exigida.

16.7 Declaração formal de que disponibilizará estrutura operacional (pessoal e material) adequada ao perfeito cumprimento do objeto da licitação.

16.8 Caso se habilite pelo SICAF, o PROPONENTE deverá estar cadastrado para a linha de fornecimento compatível com o objeto licitado.

17.A Equipe a ser alocada pela CONTRATADA deverá ser composta por profissionais distintos que possuam e mantenham durante a vigência do contrato os requisitos mínimos, documentalmente comprovados, NA DATA DA CONTRATAÇÃO.

18. Deverão ser previstas equipes suficientes para a conclusão dos itens a serem desenvolvidos, em prazos estabelecidos neste Projeto Básico. As atividades serão desenvolvidas concomitantes e o dimensionamento da empresa não poderá permitir prejuízo à entrega de quaisquer serviços previstos.

19. A prestação de serviços não poderá sofrer impacto em função de outros compromissos da CONTRATADA.

20. A CONTRATANTE poderá a qualquer momento, e a seu critério, solicitar a substituição de membros da equipe da CONTRATADA.



0905051

00135.218344/2019-66

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Deverão ser desenvolvidos os seguintes produtos:

1.1.1. **Produto 1 - Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 3.671,86 m² - Tipo I:**

- a) Elaboração da Revisão/Atualização/Adequação conforme Anexo I do PB - Premissas da Revisão Tipo I (0896232) ;
- b) Elaboração de manual para manutenção predial da edificação.

1.1.2. **Produto 2- Desenvolvimento de Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 1.186,00 m² - Tipo II:**

- a) Elaboração de maquete eletrônica da edificação;
- b) Elaboração do projeto executivo de arquitetura;
- c) Elaboração do projeto executivo de estruturas – concreto armado e metálica;
- d) Elaboração do projeto executivo de instalações hidrossanitárias;
- e) Elaboração do projeto executivo de instalações elétricas (versão 110 V e 220 V), cabeamento estruturado e SPDA;
- f) Elaboração do projeto executivo de CFTV;
- g) Elaboração do projeto executivo de ar condicionado;
- h) Elaboração do projeto executivo preventivo de incêndio;
- i) Elaboração do projeto executivo de sinalização.
- j) Elaboração de orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro e descriptivo;
- k) Elaboração do memorial justificativo das soluções;
- l) Elaboração de manual para manutenção predial.

1.1.3. **Produto 3 - Desenvolvimento de Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 269,19 m² - Tipo III:**

- a) Elaboração de maquete eletrônica da edificação;
- b) Elaboração do projeto executivo de arquitetura;
- c) Elaboração do projeto executivo de estruturas – concreto armado e metálica;
- d) Elaboração do projeto executivo de instalações hidrossanitárias;
- e) Elaboração do projeto executivo de instalações elétricas (versão 110 V e 220 V), cabeamento estruturado e SPDA;
- f) Elaboração do projeto executivo de CFTV;
- g) Elaboração do projeto executivo de ar condicionado;
- h) Elaboração do projeto executivo preventivo de incêndio;
- i) Elaboração do projeto executivo de sinalização.
- j) Elaboração de orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro e descriptivo;
- k) Elaboração do memorial justificativo das soluções;

I) Elaboração de manual para manutenção predial.

1.1.4. Produto 4- Desenvolvimento de Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 162,21 m² - Tipo IV:

- a) Elaboração de maquete eletrônica da edificação;
- b) Elaboração do projeto executivo de arquitetura;
- c) Elaboração do projeto executivo de estruturas – concreto armado e metálica;
- d) Elaboração do projeto executivo de instalações hidrossanitárias;
- e) Elaboração do projeto executivo de instalações elétricas (versão 110 V e 220 V), cabeamento estruturado e SPDA;
- f) Elaboração do projeto executivo de CFTV;
- g) Elaboração do projeto executivo de ar condicionado;
- h) Elaboração do projeto executivo preventivo de incêndio;
- i) Elaboração do projeto executivo de sinalização.
- j) Elaboração de orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro e descritivo;
- k) Elaboração do memorial justificativo das soluções;
- l) Elaboração de manual para manutenção predial.

2. ELEMENTOS TÉCNICOS DO PROJETO

2.1. A elaboração dos Projetos Executivos da Casa da Mulher Brasileira **de cada tipologia** deverá contemplar:

- a) Representações gráficas suficientes para esclarecer o construtor do que se pretende construir e modo de fazer;
- b) Especificações técnicas de serviços e materiais (Memorial Descritivo);
- c) Memórias de cálculo de dimensionamento;
- d) Memorial justificativo das soluções adotadas;
- e) Orçamento detalhado, com referência na tabela do SINAPI, discriminados por itens, mantendo os códigos da referida tabela. No caso das composições elaboradas pela CONTRATADA, deverá ser apresentado o memorial de cálculo de cada composição;
- f) Cronograma físico-financeiro de execução de obra;
- g) A elaboração dos projetos deve seguir as normas técnicas e as exigências dos órgãos de aprovação tais como Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Concessionárias de Energia, Água e Esgoto, Patrimônio Histórico, Órgãos Ambientais, entre outros.
- h) O Estudo Preliminar da edificação será entregue pela CONTRATANTE no formato .dwg. O Projeto Executivo da edificação deve ser desenvolvido utilizando-se desse mesmo formato.
- i) O orçamento deverá ser elaborado em conformidade com as legislações referentes à orçamento de obras de Engenharia para a Administração pública vigentes ou que venham a ser publicadas no decorrer da execução dos serviços.
- j) As memórias de cálculo dos dimensionamentos dos projetos objetos desta contratação, orçamento e cronograma físico-financeiro, deverão ter folha de rosto informando os nomes dos profissionais responsáveis pela elaboração, número do CREA/CAU e assinaturas.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS PROJETOS

3.1. Informações Preliminares

3.2. A CONTRATADA deverá apresentar soluções e requisitos técnicos destinados a caracterizar e detalhar o projeto Executivo para cada um dos tipos da Casa da Mulher Brasileira. Para isso a CONTRATADA receberá da CONTRATANTE os seguintes documentos:

a) Estudo Preliminar que poderá ser modificado caso o projetista justifique a alteração de comum acordo com a CONTRATANTE, contendo:

- I - Leiaute (distribuição de mobiliário e equipamentos);
- II - Planta baixa;
- III - Planta de Fachadas;
- IV - Planta de cobertura indicando águas e calhas;

3.3. A CONTRATADA deverá elaborar os elementos técnicos do projeto (especificações técnicas, memória de cálculo de dimensionamento, orçamento e cronograma físico-financeiro). Esses deverão ter folha de rosto informando os nomes dos profissionais responsáveis pela elaboração, número do CREA/CAU e assinaturas.

3.4. O conjunto de elementos que constituem o Projeto Executivo deverá formar uma unidade, completa e integrada contendo todas as informações, instruções e detalhes construtivos necessários à execução das obras e serviços, para que uma equipe de profissionais treinados consiga construir, instalar, testar, aferir, ajustar, comissionar, fazer o “start up”, operar e manter o escopo contratado, consultando apenas os documentos que constituem o Projeto Executivo.

3.5. Os elementos do Projeto Executivo a serem desenvolvidos pela CONTRATADA deverão propiciar ao CONTRATANTE a perfeita condição para licitar o empreendimento posteriormente.

3.6. A CONTRATADA deverá providenciar junto ao CREA/ CAU as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's/RRT's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6496/77, e apresenta-las à CONTRATANTE em até 5 dias úteis a contar da data de assinatura do contrato. A emissão da Ordem de Serviço de início dos serviços está condicionada à entrega destes documentos; Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato; Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.

3.7. Para o desenvolvimento do projeto da edificação, dentro das limitações inerentes ao local de aplicação do projeto, deverão ser utilizadas as recomendações para certificação energética PROCEL e o Guia para Eficiência Energética nas Edificações Públicas do MME/CEPEL.

4. ETAPAS DAS ENTREGAS DE PRODUTOS

4.1. Produto 1 - REVISÃO DO PROJETO EXECUTIVO DA EDIFICAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA – TIPO I:

4.1.1. Primeira etapa/parcela - Entrega da versão preliminar da revisão da CMB Tipo I, onde constem as peças gráficas de todas as disciplinas que sofrerão adequações conforme Anexo II - Cronograma descritivo;

4.1.2. Segunda etapa/parcela - Entrega versão final da revisão da CMB Tipo I, onde constam todas as disciplinas que sofrerão adequações conforme

4.1.3. Terceira etapa/parcela – Entrega final das memórias de cálculo, memoriais descritivos, especificações técnicas, Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação.

4.2. Produto 2 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO PADRÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA - Tipo II:

4.2.1. Primeira etapa/parcela - Entrega preliminar da planta de Arquitetura da tipologia II da edificação. Deverá ser realizada uma entrega preliminar dos projetos da edificação. Esta entrega visa o

melhor acompanhamento dos serviços desenvolvidos e, para isso, deverá conter a definição do partido arquitetônico e dos elementos construtivos, concepção básica das soluções técnicas em nível que permita a definição de ambientes, salas técnicas e dos espaços necessários considerando os projetos complementares (estrutura, instalações, etc.);

4.2.2. Segunda etapa/parcela - Entrega do projeto executivo completo de arquitetura, com as plantas dos projetos complementares tipologia II da edificação;

4.2.3. Terceira etapa/parcela – Entrega dos memoriais descritivos e especificações técnicas da tipologia II da edificação;

4.2.4. Quarta etapa/parcela – Entrega das Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação tipologia II.

4.3. Produto 3 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO PADRÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA - Tipo III:

4.3.1. Primeira etapa/parcela - Entrega preliminar da planta de Arquitetura da tipologia III da edificação. Deverá ser realizada uma entrega preliminar dos projetos da edificação. Esta entrega visa o melhor acompanhamento dos serviços desenvolvidos e, para isso, deverá conter a definição do partido arquitetônico e dos elementos construtivos, concepção básica das soluções técnicas em nível que permita a definição de ambientes, salas técnicas e dos espaços necessários considerando os projetos complementares (estrutura, instalações, etc.);

4.3.2. Segunda etapa/parcela - Entrega do projeto executivo completo de arquitetura, com as plantas dos projetos complementares tipologia III da edificação;

4.3.3. Terceira etapa/parcela – Entrega dos memoriais descritivos e especificações técnicas da tipologia III da edificação;

4.3.4. Quarta etapa/parcela – Entrega das Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação tipologia III.

4.4. Produto 4 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO PADRÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA - Tipo IV:

4.4.1. Primeira etapa/parcela - Entrega preliminar da planta de Arquitetura da tipologia IV da edificação. Deverá ser realizada uma entrega preliminar dos projetos da edificação. Esta entrega visa o melhor acompanhamento dos serviços desenvolvidos e, para isso, deverá conter a definição do partido arquitetônico e dos elementos construtivos, concepção básica das soluções técnicas em nível que permita a definição de ambientes, salas técnicas e dos espaços necessários considerando os projetos complementares (estrutura, instalações, etc.);

4.4.2. Segunda etapa/parcela - Entrega do projeto executivo completo de arquitetura, com as plantas dos projetos complementares tipologia IV da edificação;

4.4.3. Terceira etapa/parcela – Entrega dos memoriais descritivos e especificações técnicas da tipologia IV da edificação;

4.4.4. Quarta etapa/parcela – Entrega das Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação tipologia IV.

5. DISCIPLINAS DE PROJETO DA ENTREGA PRELIMINAR (PRIMEIRA ETAPA)

5.1. Arquitetura

5.1.1. Documentos:

- a) Plantas, cortes e fachadas;
- b) Planta de forros com o posicionamento das luminárias, sensores de detecção de fumaça e iluminação de emergência;
- c) Planta de pisos com níveis e interferências dos projetos complementares;
- d) Memorial justificativo, abrangendo aspectos construtivos;

- e) Discriminação técnica;
- f) Quadro geral de acabamento;
- g) Lista preliminar de materiais;

5.1.2. Devem ser caracterizados os elementos construtivos, com indicação de medidas, níveis, áreas, denominação de compartimentos, topografia e orientação, eixos e coordenadas. A descrição dos materiais adotados deve atender às necessidades da etapa.

5.2. Estrutura:

5.2.1. Documentos:

- a) Apresentação da solução estrutural adotada;
- b) Análise Técnica e Econômica;
- c) Lançamento de elementos estruturais compatibilizados com arquitetura;
- d) Plantas preliminares;
- e) Cortes preliminares;
- f) Pré-dimensionamento dos elementos;
- g) Apresentação de memorial de pré-dimensionamento.

5.3. Instalações Hidro sanitárias

5.3.1. Documentos:

5.3.1.1. Posicionamento de Dispositivos e Componentes Hidráulicos:

- a) Características do consumo predial, levando em consideração critérios de sustentabilidade (volumes, vazões máximas e médias, características da água, etc.);
- b) Necessidade de reserva, inclusive para combate a incêndio;
- c) Estudo e posicionamento de colunas, equipamentos, ralos e outros dispositivos de captação como caixas de inspeção e de dispositivos e/ou sistemas de combate a incêndio;
- d) Traçados de tubulações que possam gerar interferências, ajustes ou considerações nos projetos das demais especialidades
- e) Plantas de todos os setores ou pavimentos com posicionamento das colunas, caixas de inspeção, ralos e outros dispositivos de captação e caixas para dispositivos e/ou sistemas de combate a incêndio
- f) Indicação de engrossamentos, enchimentos, com indicação de suas dimensões, e outros ajustes ou considerações eventualmente necessárias para orientar os projetos das demais especialidades, em todos os setores ou pavimentos.
- g) Posicionamento de forros e sancas, com indicação de suas dimensões
- h) Indicação de grandes furos na estrutura e/ou trechos de instalação embutidos

5.3.1.2. As informações resultantes estarão sujeitas a alterações posteriores em caso de alteração das dimensões da estrutura. São considerados furos grandes na estrutura: furos em laje maiores que 40 x 40 cm, que devem ser indicados com precisão de ± 10 cm; furos em viga com dimensões maiores que 15 x 15 cm; e furos em pilares, que devem ser indicados com precisão de ± 5 cm.

5.3.1.3. Traçado de Tubulações Hidráulicas Principais

- a) Estudo dos traçados de dutos, tubulações e linhas principais de sistemas hidráulicos em todos os pavimentos, e análise de interferências com os projetos das demais especialidades.

- b) Plantas de todos os pavimentos, com traçado de dutos, tubulações e linhas principais de sistemas hidráulicos
- c) Indicação de ajustes necessários nos projetos das demais especialidades, em função das interferências identificadas
- d) Indicação de grandes furos e *inserts* na estrutura

5.4. Instalações Elétricas

5.4.1. Documentos:

- a) Planta dos ambientes e salas técnicas, com dimensões, condições de posicionamento e traçado de tubulações;
- b) Alocação dos pontos e quadros elétricos;
- c) Cálculo luminotécnico para os ambientes internos;
- d) Estimativa de carga;
- e) Distribuição das luminárias nos ambientes;
- f) Definição da solução tecnológica para o SPDA;
- g) Relatório com as características das soluções técnicas de eficiência energética e sustentabilidade, com as devidas análises e conclusões, inclusive resultados esperados da adoção da tecnologia.

5.5. Cabeamento estruturado

5.5.1. Documentos:

- a) Planta dos ambientes e salas técnicas, com dimensões, condições de posicionamento e traçado de tubulações;
- b) Alocação dos pontos lógicos (dados e telefonia), CFTV, detecção e alarme de incêndio, racks e do Distribuidor Geral.

5.6. Instalações Mecânicas

5.6.1. Pré-dimensionamento das soluções adotadas;

- a) Indicação da posição dos equipamentos de ar condicionado e de ventilação mecânica;
- b) Coleta de dados preliminares de requisitos de tratamento de ar, parâmetros para os cálculos de carga térmica e especificações dos detalhes arquitetônicos da edificação tais como: condições específicas de temperatura, umidade relativa, pressão interna, renovação de ar e classe de filtragem requerida, layout e dissipação térmica de equipamentos, altura de entre forros, tipos de vidro e materiais e revestimentos de coberturas e paredes, dispositivos de sombreamento etc;
- c) Cálculos preliminares de carga térmica e vazão de ar;
- d) Seleção preliminar de equipamentos, com dados referenciais de dimensões, capacidade, consumo energético, consumo de água e peso;
- e) Dimensionamento preliminar das redes hidráulicas e frigoríficas principais, e definição dos espaços de passagem vertical e horizontal necessários;
- f) Dimensionamento do sistema de ventilação mecânica para os ambientes que assim o demandarem.

5.7. Prevenção e combate a incêndio

5.7.1. Conjunto de elementos gráficos, como memoriais, desenhos e especificações, que visa definir e disciplinar a instalação de sistemas de combate a incêndio nas edificações, apresentando o detalhamento das soluções de instalação, conexão, suporte e fixação de todos os componentes

do Sistema de Combate a Incêndio a ser implantado, incluindo os embutidos, furos e rasgos a serem previstos na estrutura da edificação.

5.7.2. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- a) Planta geral da edificação, contendo indicação das tubulações, comprimentos, vazões, pressões nos pontos de interesse, cotas de elevação, registros, válvulas, extintores, com indicação dos detalhes de todos os dispositivos, suportes e acessórios;
- b) Indicação de rotas de fuga e saídas de emergência;

5.8. Maquete eletrônica com movimento e desenhos ilustrativos para apresentação em material de divulgação

- a) Da maquete deverão constar as informações visuais suficientes para se ter uma noção espacial da edificação proposta e seus principais ambientes internos. Será necessária a apresentação de animação de no mínimo 60 segundos onde se veja o usuário indo à edificação, entrando nos ambientes e saindo da edificação. Esta animação deverá ser apresentada em arquivo que seja compatível com a WEB.
- b) Para os desenhos ilustrativos (vistas) deverão ser apresentadas, no mínimo, 6 (seis) imagens (2 internas e 4 externas) em formato ".tiff" e ".jpg", com qualidade para impressão e para WEB.

6. PROJETO EXECUTIVO COMPLETO (SEGUNDA ETAPA)

6.1. Projeto Executivo de Arquitetura

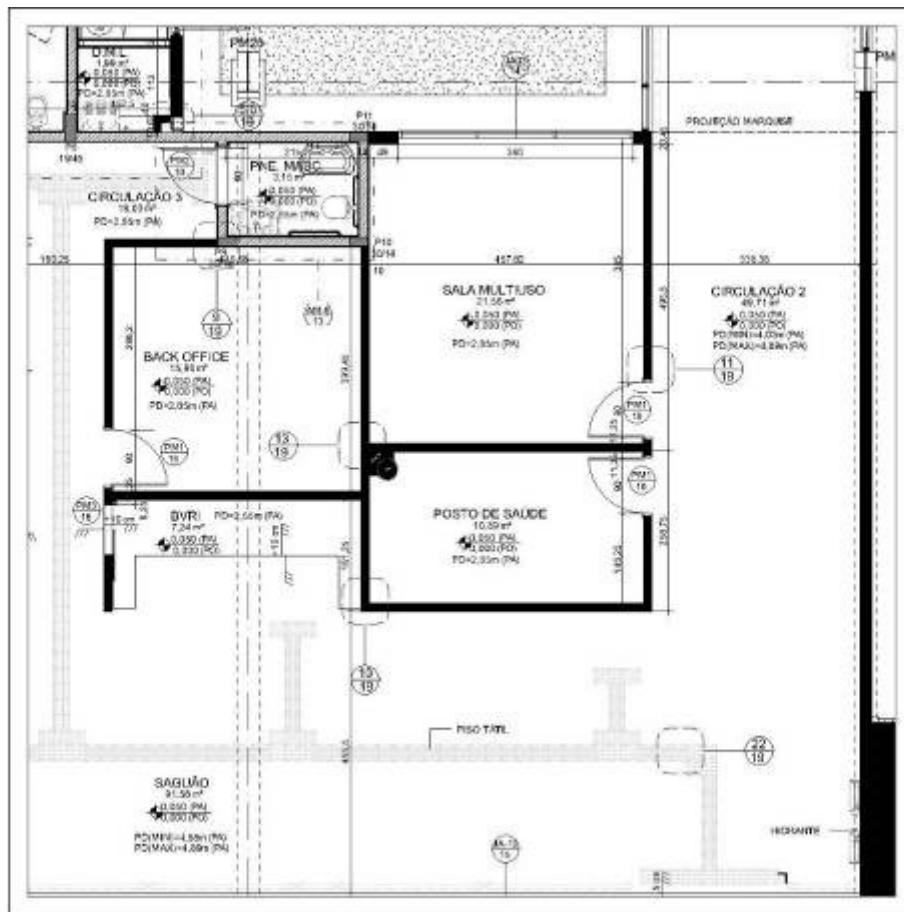
6.1.1. O Projeto executivo de Arquitetura, compatibilizado com todos os outros projetos complementares, deve conter todas as informações e detalhamentos necessários para o perfeito entendimento da obra. Deverá atender a NBR 6492 e atualizações – Representação de projeto de arquitetura, devendo ser apresentado da seguinte forma:

6.1.1.1. Plantas

- a) Nome e escala do desenho;
- b) Indicação dos elementos do sistema estrutural (pilares e vigas);
- c) Indicação de todas as cotas necessárias para a execução da obra, exceto onde houver ampliação;
- d) Marcação de cortes e fachadas; Marcação dos detalhes e ampliações;
- e) Indicação de cotas de níveis de pisos acabados;
- f) Marcação de projeção de elementos significativos acima ou abaixo do plano de corte;
- g) Denominação e numeração dos ambientes com suas respectivas áreas úteis para referência dos acabamentos constantes no quadro geral de acabamentos;
- h) Referência e numeração de escadas, esquadrias (convenções para o quadro de esquadrias); Codificação dos elementos a serem detalhados: portas, janelas, escadas, entre outros;
- i) Indicação do sentido das escadas e rampas e porcentagem de inclinação das rampas;
- j) Indicação de soleiras e peitoris com especificação dos materiais;
- k) Localização dos aparelhos de ar condicionado;
- l) Indicação dos quadros e caixas de distribuição das redes telefônica, elétrica, centrais de som e alarme;
- m) Indicação de prumadas hidráulicas, elétricas, etc.;
- n) Indicação da projeção dos reservatórios de água (inferior e superior), com respectivos acessos e capacidade em litros;

- o) Uso das convenções oficiais, especialmente em casos de reforma;
- p) Indicações de acabamentos, revestimentos e pisos;
- q) Quadro de esquadrias com dimensionamento das esquadrias, especificações, quantidades de cada uma e sentido de abertura, acessórios de fixação e tipo de vidro;
- r) Quadro de áreas;
- s) Detalhes gerais, abrangendo, hidrantes, posicionamento de quadros de energia e telefonia, prumadas, equipamentos de ar condicionado, sistemas e / ou meios de segurança em caso de incêndio (portas corta-fogo, escadas, etc.), entre outras informações;
- t) Planta contendo todos os detalhes dos elementos de acessibilidade universal (como por exemplo: rampas, corrimões, sinalizações de piso e parede, sanitários acessíveis), atendendo integralmente à NBR 9050;
- u) Quadro resumo de quantitativos de materiais, peças, acabamentos, revestimentos e pisos;
- v) Canteiro de obras, locação e tapumes.

6.1.1.2. Modelo de representação:



PLANTA BAIXA

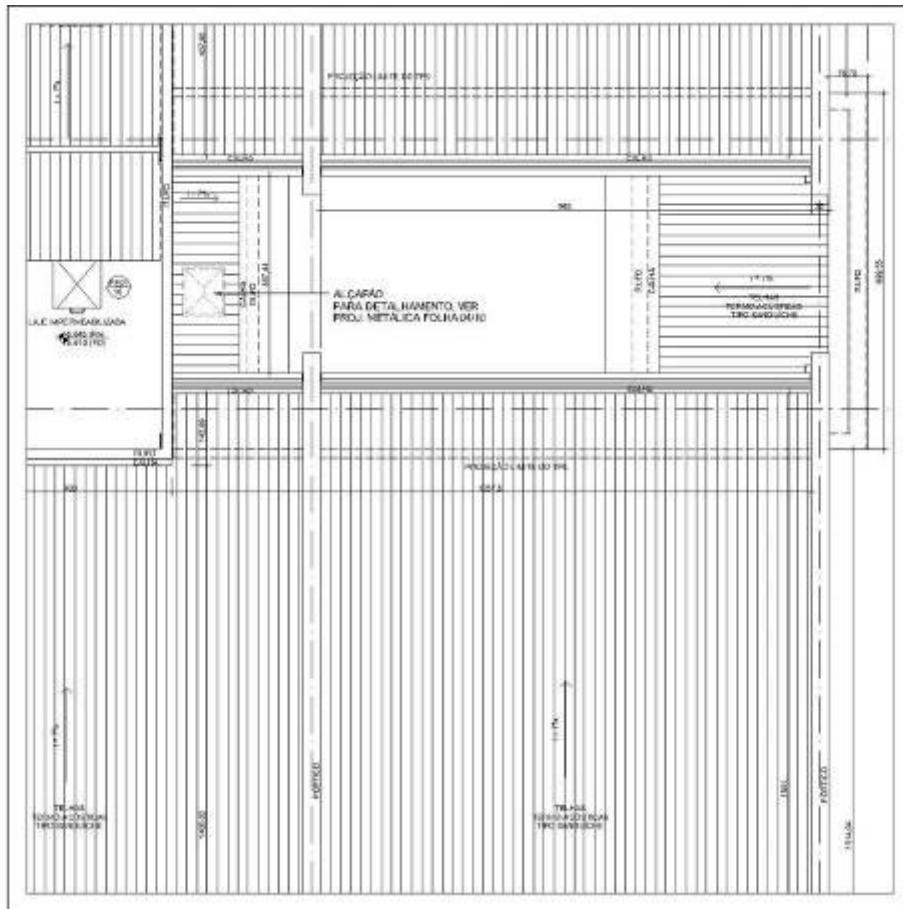
6.1.2. Planta de Cobertura

- a) Nome e escala do desenho;
- b) Indicação das cotas gerais;
- c) Indicação dos planos de cobertura e de calhas, sentidos de escoamento de águas e porcentagem de inclinação;

- d) Escoamento das águas, posição e dimensionamento das calhas, condutores, beirais, reservatórios, domos, rufos e demais e elementos, inclusive tipo de impermeabilização, juntas de dilatação, aberturas, equipamentos, sempre com indicação de material e demais informações necessárias;
 - e) Indicação dos cortes gerais;
 - f) Indicação dos detalhes de cumeeiras, rufos, arremates, elementos de impermeabilização, isolamento termo acústico e outros elementos;
 - g) Quadro resumo de quantitativo de cumeeiras, rufos, arremates, isolamento, impermeabilização e outros elementos.

6.1.2.1.

Modelo de representação:



COBERTURA

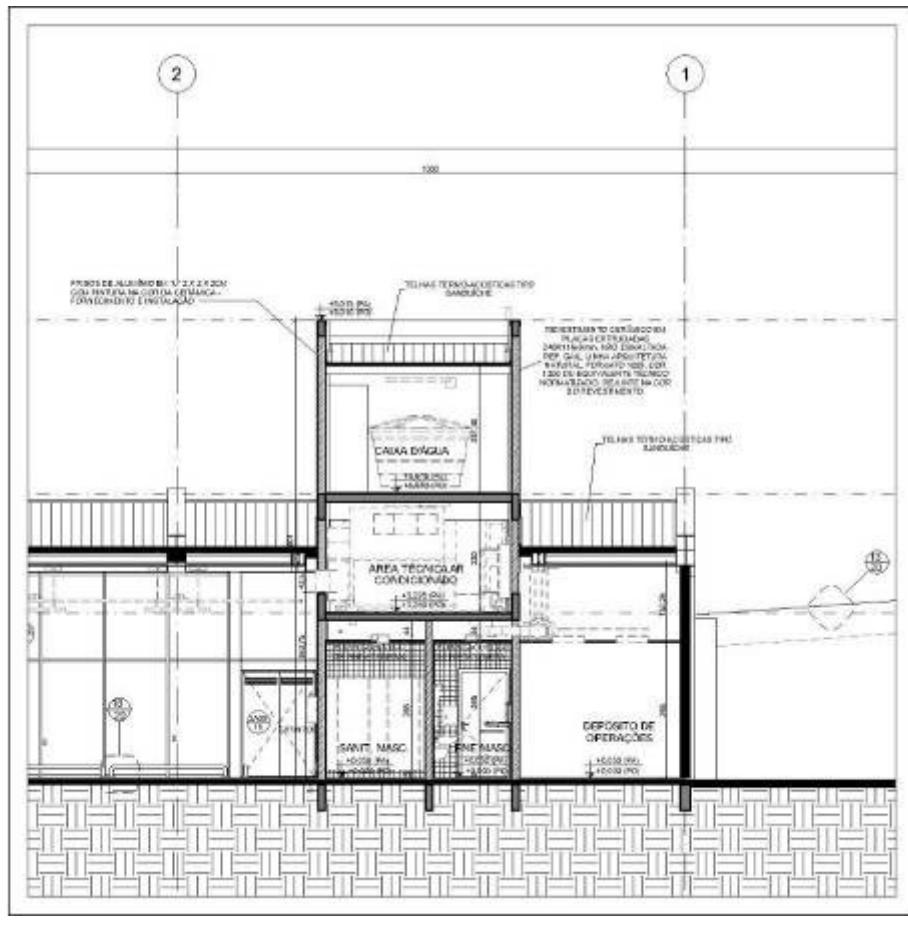
6.1.3.

Cortes

- a) Nome e escala do desenho;
 - b) Indicação das cotas verticais;
 - c) Indicação de cotas de níveis de pisos acabados, escadas e patamares;
 - d) Denominação dos ambientes seccionados;
 - e) Marcação dos detalhes e ampliações;
 - f) Marcação dos cortes transversais nos cortes longitudinais e vice-versa;
 - g) Distinção gráfica entre elementos da estrutura e vedações seccionadas;
 - h) Indicação de aberturas e materiais de execução e acabamento;
 - i) Indicação do pé direito dos compartimentos, alturas das paredes, barras impermeáveis e platibandas;
 - j) Desenho detalhado da cobertura e estrutura de sustentação da cobertura seccionada, mostrando calhas, rufos, tesouras, platibandas, cumeeiras, etc.;

6.1.3.1. Deverão ser desenvolvidos tantos cortes quanto forem necessários para o completo entendimento do projeto;

6.1.3.2. Modelo de representação:

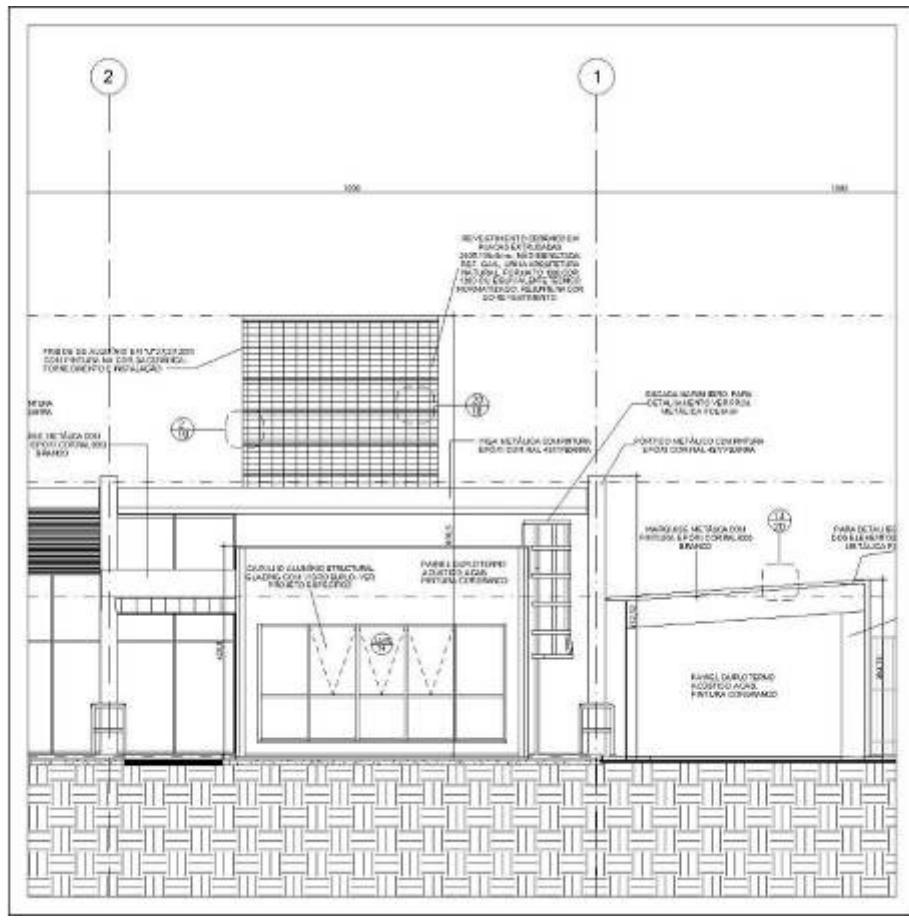


CORTES

6.1.4. Fachadas

- Nome e escala do desenho;
- Indicação de cotas de níveis de pisos acabados, escadas e patamares;
- Marcação dos detalhes e ampliações;
- Marcação dos cortes longitudinais ou transversais;
- Representação gráfica e especificação dos materiais de revestimento (cor, dimensões), determinando o respectivo modo de assentamento e acabamento;
- Indicação e especificação completa de vidros, cristais, elementos vazados, brises e esquadrias;
- Representação da localização de aparelhos de ar condicionado, quando forem individuais;
- Indicação das divisas do terreno;
- Quadro resumo de quantitativo de especificações, peças, acabamentos, revestimentos e pisos.

6.1.4.1. Modelo de representação:



FACHADAS

6.1.5. Projeto de Leiaute

6.1.5.1. Conjunto de elementos gráficos, como memoriais, desenhos e especificações, que visa definir e disciplinar a execução e instalação de componentes de ambientação, de modo a implementar e qualificar os espaços arquitetônicos da edificação. O Projeto deverá conter de forma clara e precisa todos os detalhes executivos e indicações necessárias à perfeita e inequívoca execução dos elementos propostos.

6.1.5.2. O projeto de leiaute deve estar inteiramente harmonizado com o projeto de arquitetura. Para tal, obter os elementos desse projeto que digam respeito não só aos leiautes dos espaços da edificação, como aos materiais a serem empregados.

- a) Plantas de todos os pavimentos com todas as cotas necessárias para perfeita locação dos equipamentos;
 - b) Cortes elucidativos com as mesmas características;
 - c) Planilhas de quantificação e orçamento;

6.1.5.3. O projeto de layout deverá levar em conta o condicionamento acústico, o condicionamento térmico natural ou artificial, a iluminação natural e a ventilação natural do local, complementando, se necessário, o projeto de arquitetura.

6.1.5.4. Modelo de representação:



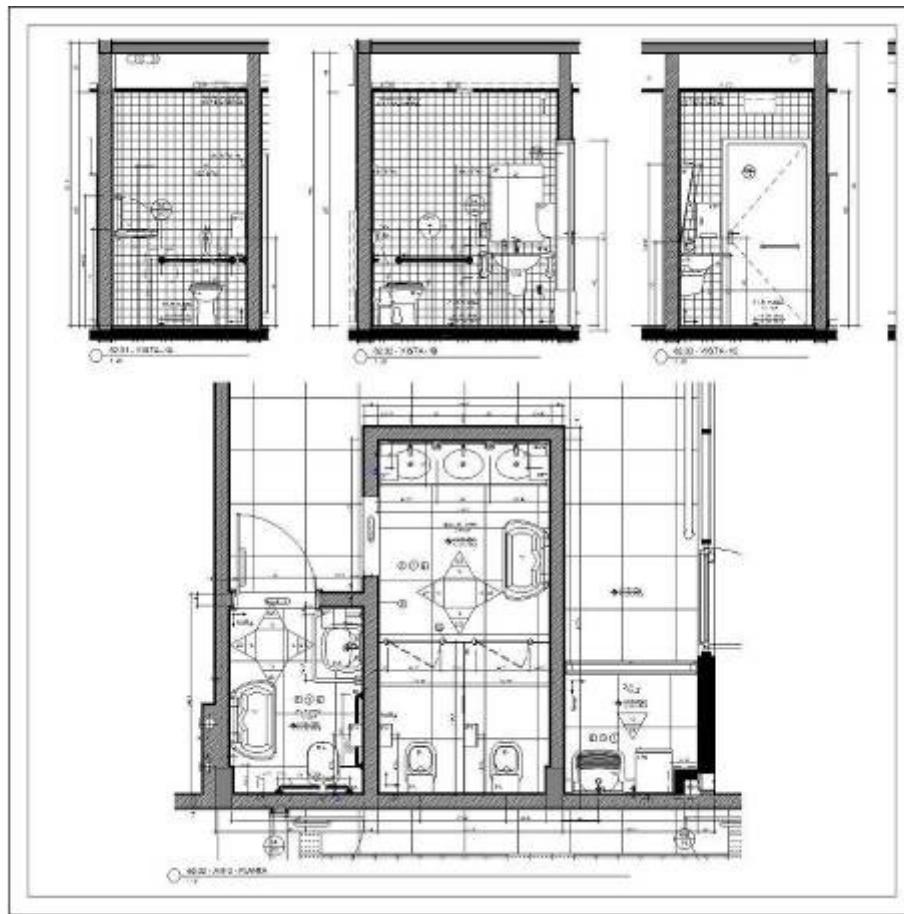
LEIAUTE

6.1.6. Detalhamento e outros

I - Áreas molhadas:

- a) Indicação de posição e referência completa de louças sanitárias, ferragens e acessórios, bem como balcões, armários, soleiras, frisos, divisórias e arremates;
- b) Detalhes de bancadas e outros elementos construtivos, com especificações de acabamento, utilizando-se recursos de perspectivas e vistas internas desdobradas dos ambientes em detalhamento;
- c) Impermeabilização de paredes e outros elementos de proteção contra a umidade;

6.1.6.1. Modelo de representação:

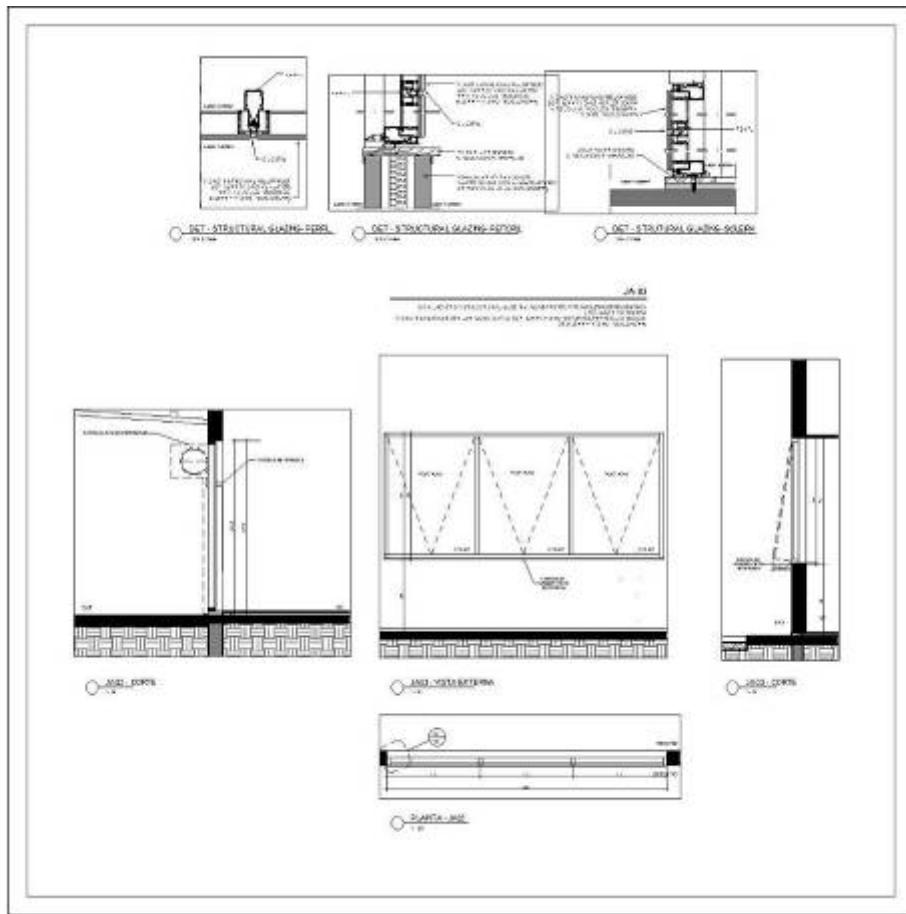


DETALHAMENTO ÁREA MOLHADA

II- Esquadrias, guarda-corpos e corrimãos:

- Detalhamento de esquadrias, incluindo: o material componente, tipo de vidro, fechaduras, fechos, dobradiças, o acabamento e o movimento das peças, sejam horizontais ou verticais.
- Detalhes dos caixilhos contendo: especificações dos vidros, elevação das esquadrias com representação das folhas e montantes, cotas gerais de seus componentes, indicação dos elementos fixos e móveis e tipos de acabamento, secções verticais e horizontais das esquadrias, onde constem especificação, montagem e detalhes de vedação, de peitoris, bem como indicação e detalhes de puxadores e peças de comando, especificação de ferragens, vidros e painéis, etc.;
- Elevação das esquadrias e outros componentes metálicos com representação das folhas e montantes, cotas gerais de seus componentes, indicação dos elementos fixos e móveis e tipos de acabamento;
- Quadro resumo de quantitativo de peças de acabamento e outros pormenores que se fizerem necessários.

6.1.6.2. Modelo de representação:

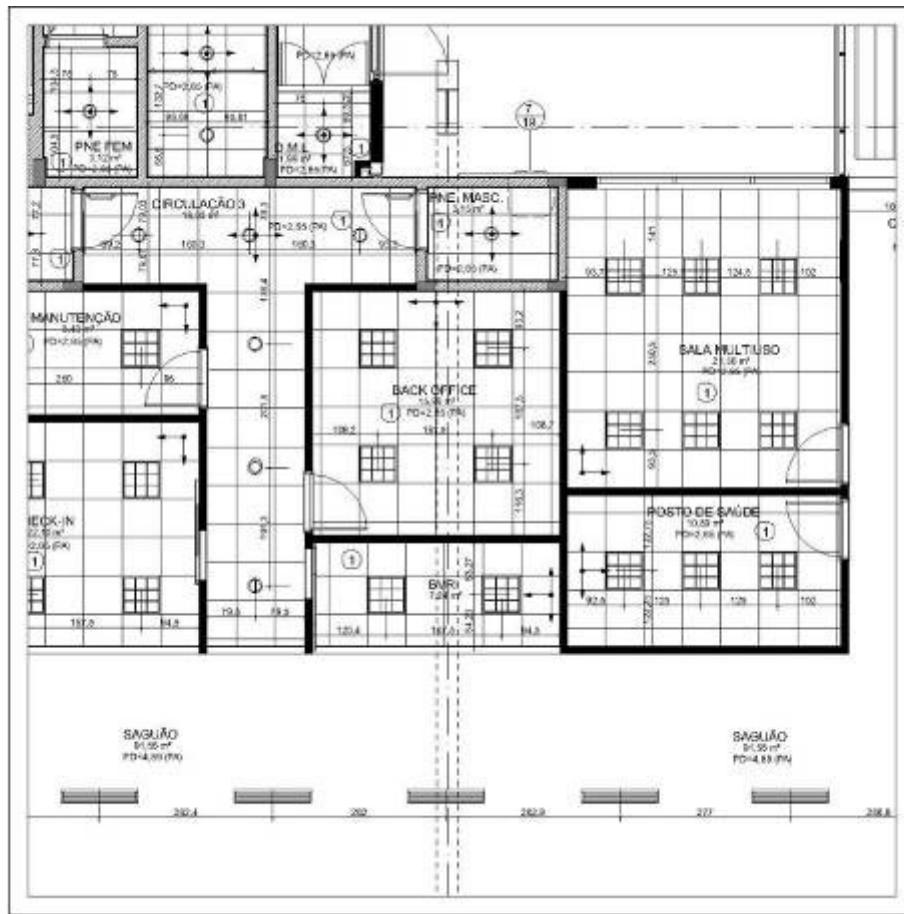


DETALHE ESQUADRIA

6.1.7. Planta de forro

- a) Nome e escala do desenho
 - b) Desenho do forro, com indicação da posição e dimensionamento das placas ou lâminas, com especificação completa das mesmas;
 - c) Representação específica e completa das luminárias, com indicação dos pontos de iluminação no teto;
 - d) Indicação de luminárias de emergência, alçapões, projeções de vigas sobre o forro, equipamentos de segurança (câmeras e monitores de vigilância, sensores de presença), detectores de fumaça, etc.
 - e) Indicação de sancas, rebaixos e projeções, com memória de cálculo de superfícies tratadas;
 - f) Cotas gerais;
 - g) Quadro resumo de quantitativo de forros, sancas, alçapões, etc.

6.1.7.1. Modelo de representação:

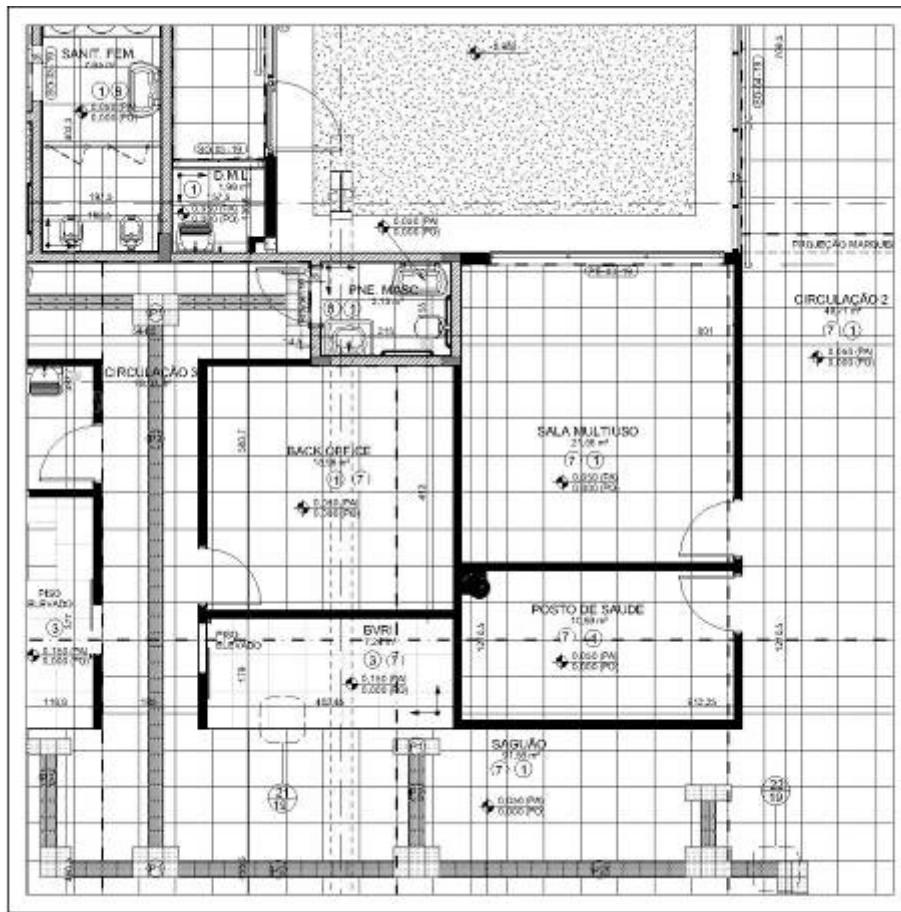


PLANTA DE FORRO

6.1.8. Paginação (piso e parede)

- Nome e escala do desenho;
- Representação gráfica detalhada e especificação dos materiais de revestimento (cor, dimensões), determinando o respectivo modo de assentamento e acabamento;
- Utilizar escala conveniente ao bom entendimento do projeto (escalas recomendadas de 1:50 a 1:20);
- Indicação de soleiras com dimensões e especificação dos materiais, no caso de paginação de piso;
- Indicação dos pontos de instalações especiais, quando houver;
- Cotas detalhadas;
- Cota de Nível, quando houver diferença de nível, no caso de paginação de piso;
- Quadro resumo de quantidades e acabamentos.

6.1.8.1. Modelo de representação:



PAGINAÇÃO DE PISO

6.1.9. Quadro Quantitativo

- Área de alvenaria e de divisórias;
- Área da projeção da cobertura;
- Comprimento de calhas, rufos, cumeeiras, embocamento de beiral e de oitões, etc. (metragem linear);
- Área de projeção da estrutura metálica;
- Área dos diversos pisos;
- Extensão de rodapés dos diversos pisos (metragem linear);
- Área dos diversos tipos de revestimentos de parede e de teto;
- Área de pintura PVA, acrílica e/ou texturizada;
- Área de bancadas, armários, prateleiras, etc.;
- Área de impermeabilização;
- Extensão de juntas de dilatação (metragem linear).

6.1.10. Projeto de comunicação virtual

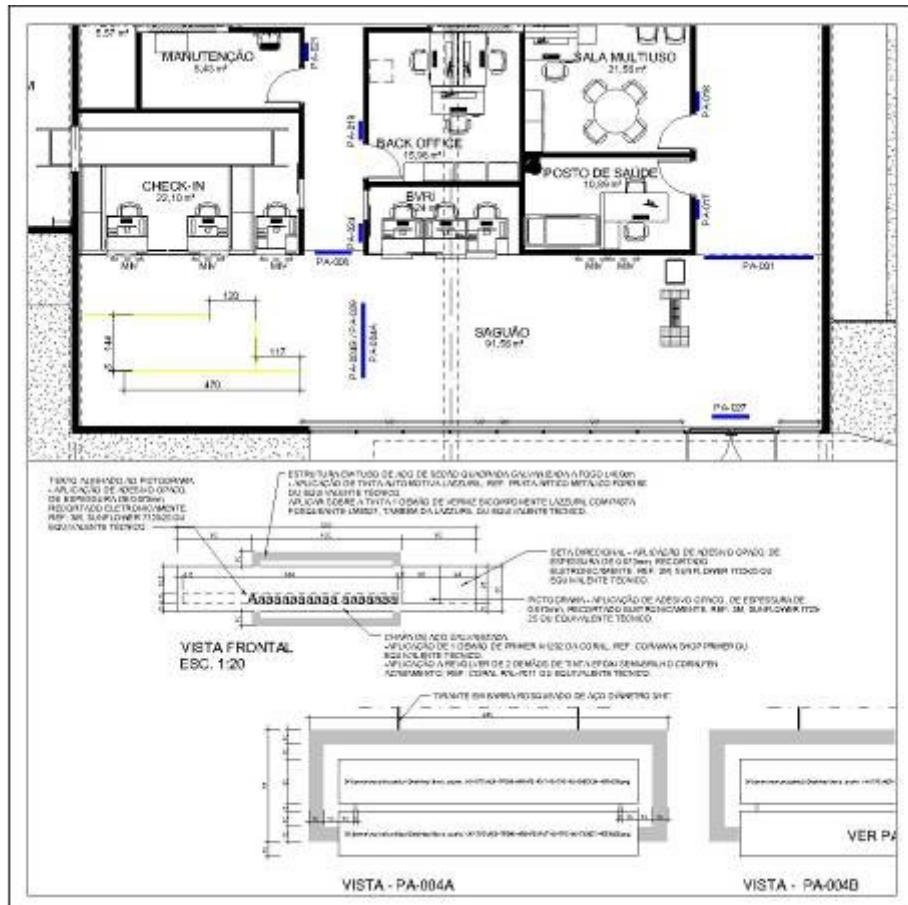
6.1.10.1. Conjunto de elementos gráficos que visa organizar e disciplinar a execução de sistemas de comunicação visual, de modo a orientar o usuário no espaço arquitetônico da edificação ou conjunto de edificações.

6.1.10.2. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- Plantas dos pavimentos dos edifícios em escala 1:100, com a locação dos elementos de comunicação;
- Desenhos detalhados de todos os elementos do sistema em escala mínima 1:50, com a definição e dimensões dos elementos visuais a ser utilizados, inclusive de materiais;

- c) Detalhes de montagem e fixação, inclusive de necessidades elétricas e outras, caso necessário;
- d) Desenho do alfabeto a ser utilizado, indicando com clareza suas características gráficas e critérios de alinhamento e espaçamento de letras 1:1;
- e) Desenho de todos os símbolos, pictogramas e signs direcionais utilizados, em escala 1:1, desenhos contendo a diagramação de associações de mensagens, escritas com signs direcionais, mensagens escritas com pictogramas, pictogramas com signs direcionais, e outras;
- f) Quadro resumo de materiais, serviços e equipamentos;

6.1.10.3. Modelo de representação:



6.2. Projeto Executivo de Estrutura

6.2.1. Conjunto de elementos gráficos, como memoriais, desenhos e especificações, que visa definir e disciplinar a execução da parte da edificação considerada resistente às ações e reações atuantes. Deverá conter de forma clara e precisa todos os detalhes construtivos necessários à perfeita execução da estrutura.

6.2.2. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- a) Planta de formas, incluindo dimensões principais, locações, níveis e contra-flechas;
- b) Planta de carga;
- c) Cortes e detalhes necessários ao correto entendimento da estrutura;
- d) Lajes: local, tipo e dimensões (no caso de laje de vigotas pré-fabricadas de concreto e tijolos cerâmicos ou isopor, indicar em planta o sentido das vigotas e fazer corte tipo da laje indicando; distância entre eixos das vigotas, altura dos tijolos e altura da capa);
- e) Escoramentos (local, tipo e dimensões) e outras exigências executivas necessárias;
- f) Detalhes de juntas, impermeabilizações, nichos, orifícios e embutidos;

- g) Indicação das cargas consideradas no memorial de cálculo, peso próprio, sobrecargas e cargas adicionais;
- h) Indicação da resistência características do concreto;
- i) Planta de armaduras com tabela e resumo de armação;
- j) Indicação de paredes portantes - pilares, cintas e ferragens de amarração;
- k) Indicação de pilares e cinta de amarração em oitões de alvenaria;
- l) Rebaixos de vigas e lajes;
- m) Furos em vigas para passagem de dutos;
- n) Indicação das contra-flechas.
- o) Detalhamento, em escala apropriada, de todas as peças do esquema estrutural;

6.2.3.

Estruturas metálicas:

- a) Plantas de formas;
- b) Locações, níveis e contra flechas.;
- c) Cortes transversais e longitudinais.;
- d) Indicação da resistência características das peças em aço e elementos de ligação;
- e) Especificação do tipo de aço – classificação, características de proteção e acabamento, proteção contra-fogo, etc.;
- f) Plantas do conjunto ou de montagem com indicação da posição das vigas principais (treliças, pórticos ou arcos), terças e correntes, contraventamentos e posição dos condutores de águas pluviais;
- g) Detalhamento de vigas;
- h) Especificação de pintura e outros sistemas de proteção;
- i) Lista de Materiais por prancha de desenho, contendo peça estrutural, peso por quilo e peso total, metragem quadrada da estrutura em projeção e peso por metro quadrado;
- j) Dimensão e secção de todas as peças;
- k) Detalhes ampliados de nós de ligação com todos os elementos especificando: chapas, pinos, parafusos, pregos, cortes, soldas, encaixes etc.;
- l) Detalhe dos chumbadores de fixação;
- m) Esquema e detalhes dos contraventamentos;
- n) Os desenhos de fabricação devem traduzir fielmente, para a oficina, as informações contidas nos desenhos de projeto, dando informações completas para a fabricação de todos os elementos componentes da estrutura, incluindo materiais utilizados e suas especificações, locação, tipo e dimensão de todos os parafusos, soldas de oficina e de campo;
- o) Os desenhos de montagem devem indicar as dimensões principais da estrutura, marcas das peças, dimensões de barras, elevações das faces inferiores de placas de apoio de pilares, todas as dimensões de detalhes para a colocação de chumbadores, posicionamento de olhais de içamento, e outras informações e equipamentos necessários à montagem da estrutura. Devem ser indicadas claramente nos desenhos de montagem todos os elementos permanentes ou temporários à integridade da estrutura parcialmente montada.
- p) As indicações claras de pontos especiais da estrutura, tais como:
- q) os tipos de ligações adotados;

- r) cotas suficientes em todas as plantas;
- s) cortes, mostrando o nível de todos os elementos estruturais;
- t) apresentar detalhes de ligação entre os elementos e peças da estrutura (tipos de solda/parafusos);

6.2.4. Prancha de armação dos elementos estruturais contendo o respectivo Quadro de Ferros, especificando no mínimo:

- a) Tipo de aço (CA50, CA60).
- b) Posição (numeração da ferragem).
- c) Diâmetro da armadura (em mm).
- d) Quantidade de barras de mesma posição.
- e) Comprimento unitário da barra (em cm).
- f) Comprimento total das barras de mesma posição, em cm (comprimento unitário da barra x quantidade de barras de mesma posição).
- g) Comprimento total (em m) por diâmetro de barra.
- h) Massa (em kg) das barras de mesmo diâmetro, considerando Perdas;
- i) Massa total (em kg) por tipo de aço, considerando perdas.

6.2.5. Reservatórios d'água:

- a) Dimensões dos elementos estruturais;
- b) Detalhamento da forma e armadura;
- c) Detalhamento da impermeabilização;
- d) Outros desenhos específicos.

6.2.6. Memória de cálculo de todas as peças estruturais de concreto e metálicas;

6.2.7. Memorial de cálculo com dimensionamento, consumo de concreto, previsão de consumo de aço e consumo de formas do pavimento, a sequência executiva obrigatória, se for requerida pelo esquema estrutural, as ações e reações consideradas no cálculo de cada peça estrutural, o esquema de cálculo que elegeu o carregamento mais desfavorável de cada peça estrutural ou conjunto de peças estruturais, o esquema para o cálculo dos esforços em cada peça estrutural ou conjunto de peças estruturais, os valores dos esforços de serviço oriundos da resolução dos esquemas de cálculo e os critérios de dimensionamento de cada peça da estrutura.

6.2.8. O Projeto Executivo deverá ser harmonizado com os projetos de arquitetura, estrutura metálica, fundações e demais instalações. As estruturas de cobertura em aço devem atender aos requisitos essenciais de segurança estrutural, durabilidade e funcionalidade;

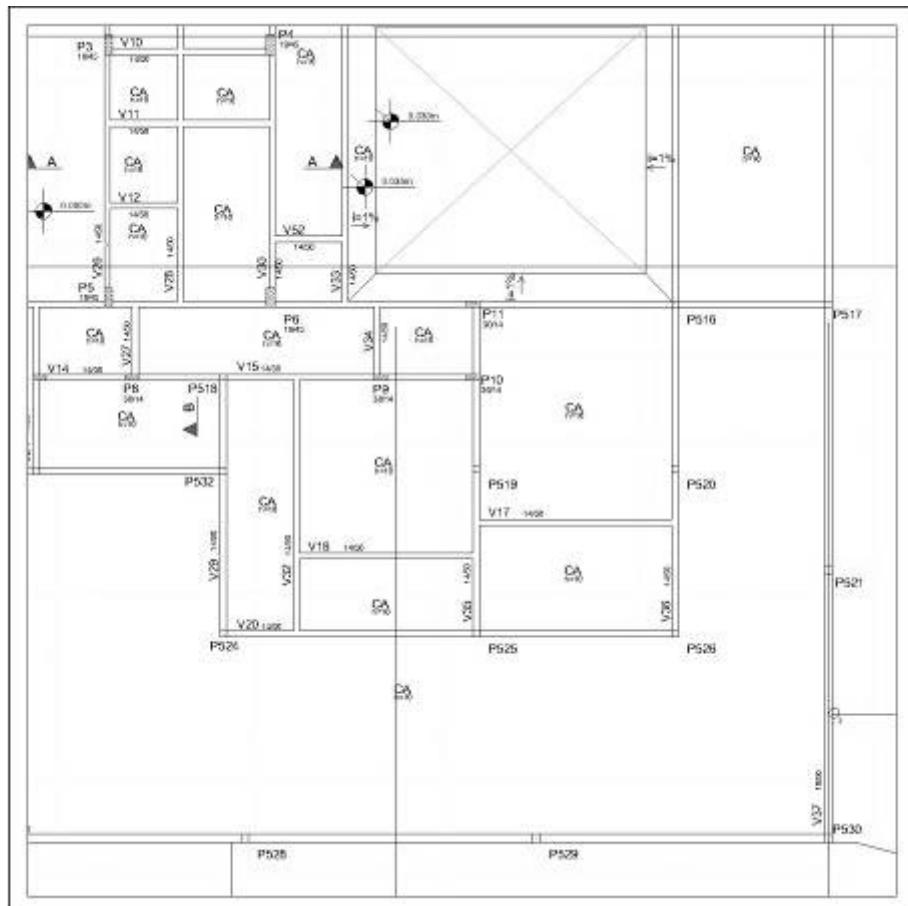
6.2.9. As Ligações Através de Dispositivos Metálicos deverão satisfazer às prescrições estabelecidas na Norma NBR 8800, assegurando a ancoragem suficiente no concreto, de forma a garantir a perfeita transmissão de esforços. Além disso, comprovar que as deformações dessas peças sejam compatíveis com o comportamento do concreto.

6.2.10. O projeto deverá especificar a resistência característica mínima, necessária para atender a todas as fases de solicitação nas idades previstas para a sua ocorrência. Deverão conter os desenhos de formas de todos os elementos estruturais, as cotas geométricas e deverá indicar as especificações dos materiais e as sobrecargas adotadas.

6.2.11. O Projeto de Estruturas de Concreto deverá conter os desenhos de armação indicando o tipo de aço, quantidade, bitola, forma, posição e espaçamento entre as barras, tipos de emendas ou ganchos, raios mínimos de dobramento, cobrimentos da armação e a tabela de aço.

6.2.12. A representação gráfica por meio de plantas, detalhes estruturais, cortes longitudinais e transversais, elevações deverá permitir condições de análise e compreensão de todo conjunto.

6.2.12.1. Modelo de representação:



PLANTA DE ESTRUTURA

6.3. Projeto executivo de instalações hidrossanitárias

6.3.1. ÁGUA FRIA POTÁVEL

6.3.1.1. O projeto completo hidrossanitário deverá conter o conjunto de elementos gráficos, como memoriais, desenhos e especificações, que visa definir e disciplinar a instalação de sistemas de recebimento, alimentação, reserva e distribuição de água fria nas edificações.

6.3.1.2. O projeto deverá indicar detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução. Todas as soluções apresentadas deverão estar detalhadas. Deverão ser detalhados os sistemas de encaminhamento, montagens, posicionamento de equipamentos, etc.

6.3.1.3. O projeto deverá atender a NBR 5626 - Instalação Predial de Água Fria.

6.3.1.4. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

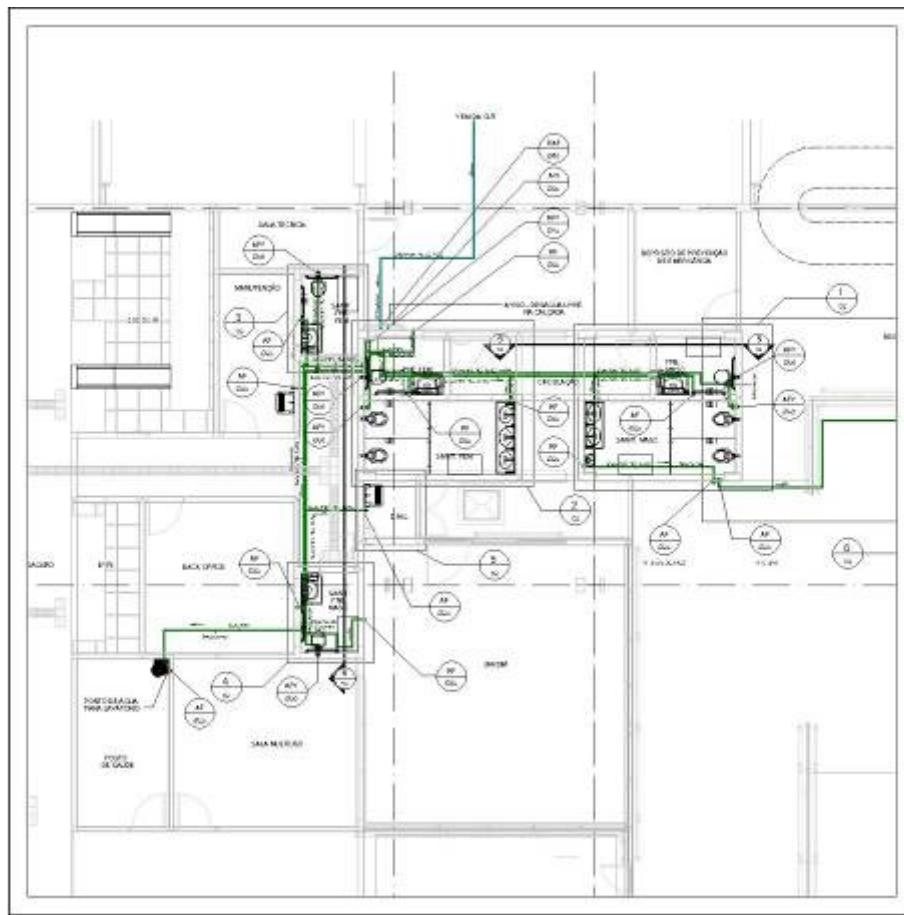
a) Planta de cada nível da edificação, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação das tubulações quanto a comprimentos, material, diâmetro e elevação, quer horizontais ou verticais, localização precisa dos aparelhos sanitários e pontos de consumo, reservatórios, poços, bombas, equipamentos como instalações hidropneumáticas, estação redutora de pressão e outros, com a indicação de ampliações, cortes e detalhes;

b) Desenho da instalação de água fria em representação isométrica, referente aos grupos de sanitários e à rede geral, com indicação de diâmetro e comprimentos dos tubos, vazões, pressões nos pontos principais ou críticos, cotas, conexões, registros, válvulas e outros elementos:

c) Cortes da edificação, passando em áreas de interesse hidráulico.

- d) Detalhes dos forros por onde passam as instalações.
- e) Plantas dos conjuntos de sanitários ou ambientes com consumo de água, preferencialmente em escala 1:20, com o detalhamento das instalações;
- f) Isométrico dos sanitários e da rede geral;
- g) Detalhes dos reservatórios inferiores e superiores, considerando a reserva técnica para combate a incêndio, incluindo visualização das saídas e entradas de tubulações nos reservatórios, bem como suas passagens em elementos estruturais e de vedação.
- h) Detalhamento dos barriletes (inferior e superior);
- i) Dimensionamento dos conjuntos moto-bomba e tubulações de recalque;
- j) Detalhes do sistema do recalque de água fria, incluindo vistas e cortes para visualização do sistema.
- k) Detalhes de todos os furos necessários nos elementos de estrutura e de todas as peças a serem embutidas ou fixadas nas estruturas de concreto ou metálicas, para passagem e suporte da instalação.
- l) Estação de tratamento de água simplificada;
- m) Outros detalhes específicos necessários à plena execução do serviço.

6.3.1.5. Modelo de representação:



PLANTA DE HIDRÁULICA

6.3.2. Drenagem de águas pluviais

6.3.2.1. Conjunto de elementos gráficos, como memoriais, desenhos e especificações, que visa definir e disciplinar a instalação de sistemas de captação, condução, reserva, reaproveitamento e afastamento das águas pluviais de superfície e de infiltração das edificações, apresentando o detalhamento das soluções de instalação, conexão, suporte e fixação de todos os componentes do sistema de Drenagem de Águas Pluviais a ser implantado, incluindo os embutidos, furos e rasgos a serem previstos na estrutura da edificação. Deverão ser entregues os memoriais de cálculo das vazões.

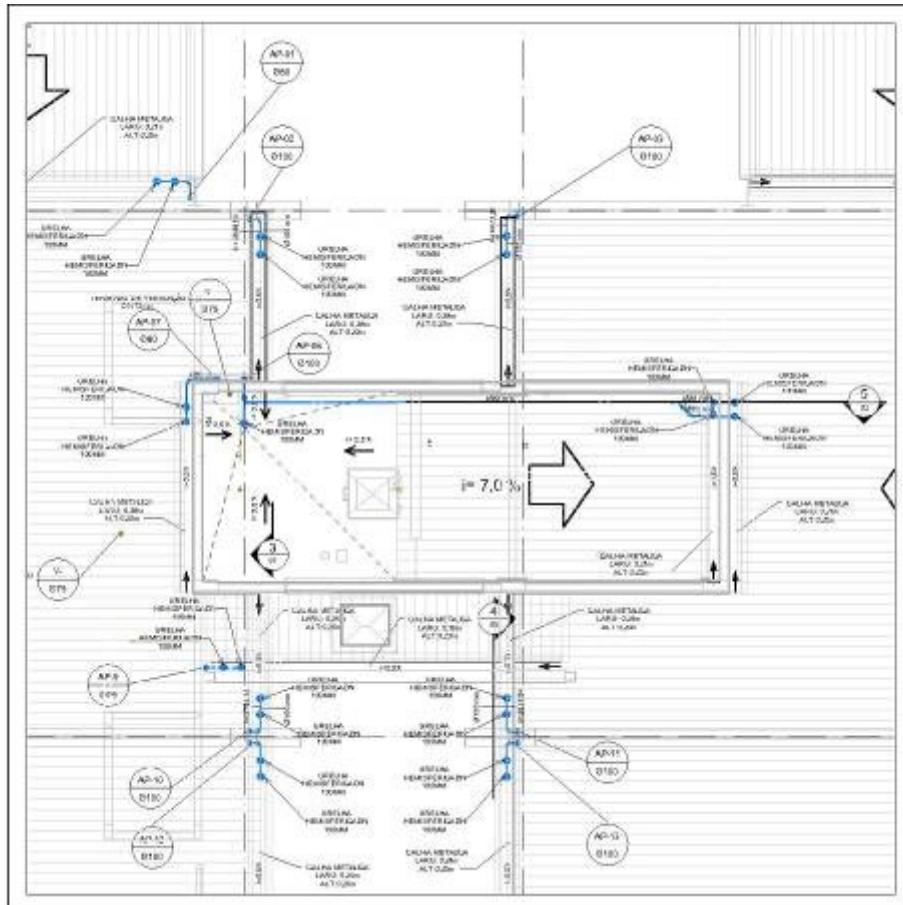
6.3.2.2.

Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- a) Planta da cobertura e demais níveis da edificação, onde constem áreas de contribuição, preferencialmente em escala 1:50, contendo a localização de todos os componentes descritos no estudo preliminar e dimensões, declividades, materiais e demais características de condutores, calhas, rufos, descidas, ralos e canaletas;
- b) Cortes, preferencialmente em escala 1:50, indicando o posicionamento dos condutores verticais;
- c) Detalhes das passagens de tubulações nas calhas e das inspeções nos pés de coluna;
- d) Detalhes das Caixas de Areia e Poços de Visita;
- e) Detalhes das ligações das tubulações de drenos dos aparelhos de ar condicionado;
- f) Desenhos em escalas adequadas, onde constem o posicionamento, dimensões físicas e características de instalações de bombeamento, drenos e caixas de inspeção, de areia e coletora, com indicação dos detalhes;
- g) Desenhos, em escala adequada, de todas as ampliações ou detalhes, de caixas de inspeção, canaletas, ralos, sala de bombas, caixas coletoras, montagem de equipamentos, suportes, fixações e outros;
- h) Isométrico da instalação;
- i) Detalhes de todos os furos necessários, em todas as edificações, nos elementos de estrutura e de todas as peças a serem embutidas ou fixadas nas estruturas, para passagem e suporte da instalação;
- j) Reservatório para reaproveitamento de águas pluviais;
- k) Detalhamento do projeto de aproveitamento de água pluvial;
- l) Outros detalhes específicos necessários à plena execução do serviço.

6.3.2.3.

Modelo de representação:



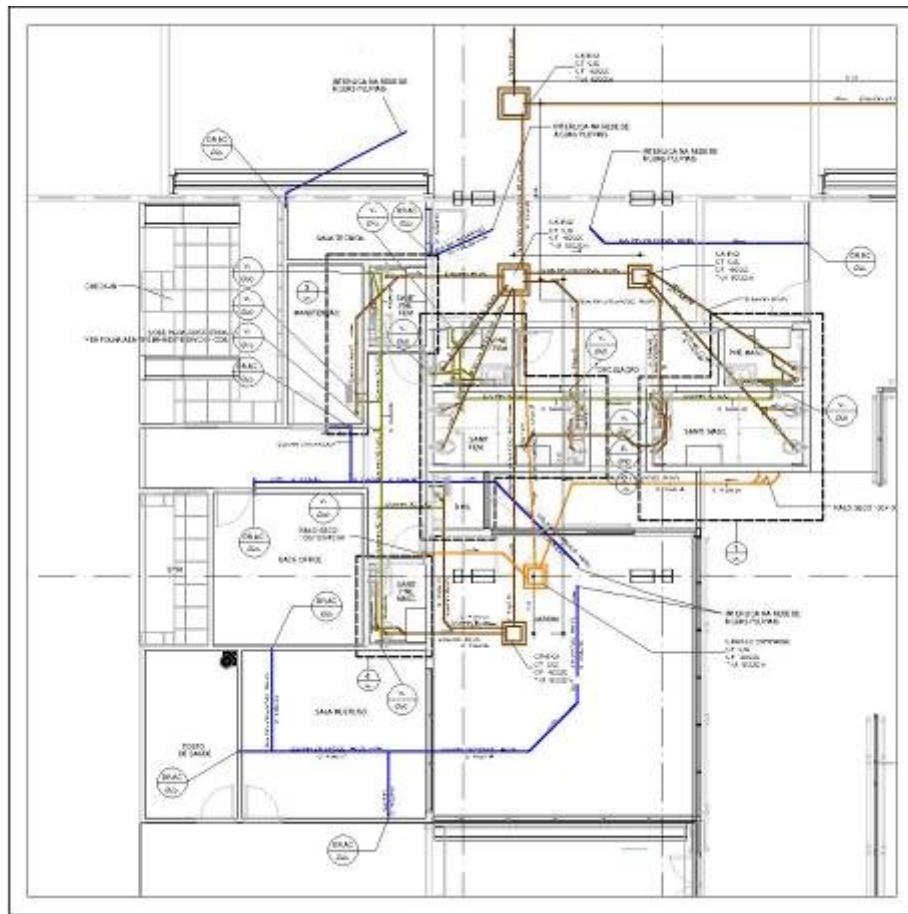
6.3.3. Esgotos Sanitários

6.3.3.1. Conjunto de elementos gráficos, como memoriais, desenhos e especificações, que visa definir e disciplinar a instalação de sistemas de coleta, condução e afastamento dos despejos de esgotos sanitários das edificações, apresentando o detalhamento das soluções de instalação, conexão, suporte e fixação de todos os componentes do sistema de esgotos sanitários a ser implantado, incluindo as instalações embutidas, furos e rasgos a serem previstos na estrutura da edificação. Deverá atender a NBR 8160 -Sistemas Prediais de Esgotamento Sanitário - Projeto e Execução.

6.3.3.2. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- a) Planta de da edificação, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação das tubulações quanto a comprimentos, material, diâmetro e elevação, localização precisa dos aparelhos sanitários, ralos e caixas sifonadas, peças e caixas de inspeção, tubos de ventilação, caixas coletoras e instalações de bombeamento, se houver, caixas separadoras e outros;
- b) Desenhos da instalação de esgoto sanitário em representação isométrica referentes à rede geral, com indicação de diâmetro e comprimento dos tubos, ramais, coletores e sub-coletores;
- c) Plantas dos conjuntos de sanitários ou ambientes com despejos de água, preferencialmente em escala 1:20, com o detalhamento das instalações;
- d) Cortes da edificação, passando em áreas de grande interesse hidráulico.
- e) Detalhes das ligações dos aparelhos sanitários nos respectivos ramais de descarga.
- f) Detalhes dos forros por onde passam as instalações.
- g) Detalhes de todas as caixas, peças de inspeção, instalações de bombeamento, montagem de equipamentos e outros que se fizerem necessários;
- h) Detalhes de todos os furos necessários nos elementos de estrutura e de todas as peças a serem embutidas ou fixadas nas estruturas de concreto ou metálicas, para passagem e suporte da instalação;
- i) Detalhes de todas as colunas e ventilações, incluindo as tubulações que traspassarão a cobertura, mostrando sua passagem pelas telhas e estrutura metálica;
- j) Detalhes de todas as caixas (inspeção, gordura, etc.) e dos Poços de Visita;
- k) Detalhes das valas das tubulações.
- l) Detalhamento de fossas e sumidouros quando couber;
- m) Memorial de cálculo das vazões e dimensionamento de toda a tubulação;
- n) Detalhamento de corte do asfalto, passeio ou via pública para interligação do esgoto sanitário à rede local.

6.3.3.3. Modelo de representação



PLANTA DE ESGOTOS

6.4. Projeto executivo de instalações elétricas

6.4.1. Projeto de instalações elétricas

6.4.1.1. O Projeto Executivo dos sistemas elétricos contemplará o dimensionamento, a especificação técnica, a quantificação, a obtenção do orçamento e a indicação das soluções de instalação, conexão e fixação de todos os componentes a serem implantados. Para o sistema de iluminação externa deverá ser indicada soluções sustentáveis, como energia solar ou eólica.

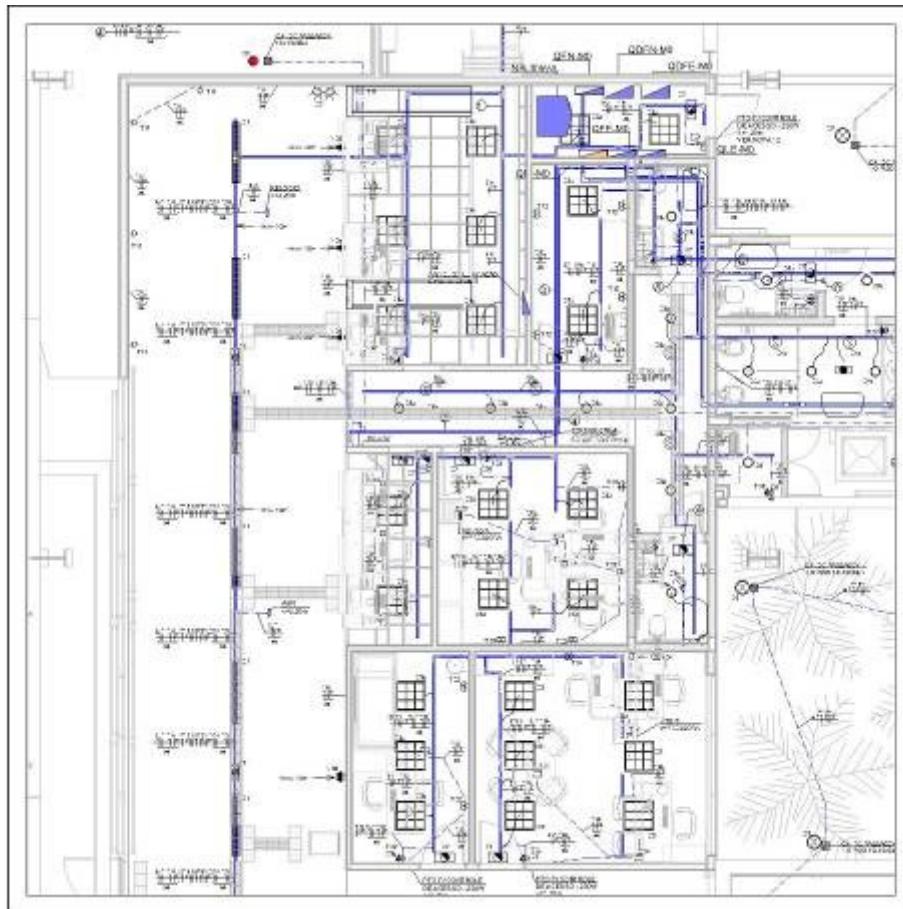
6.4.1.2. Deverão ser apresentados, no mínimo, os seguintes produtos gráficos:

- a) Projeto de No-Break (Uninterruptible Power Supply – UPS) para atender às cargas da rede elétrica confiável e equipamentos das salas TC (on line);
 - b) Diagrama Unifilar Geral de toda a instalação;
 - c) Diagrama Unifilar e detalhes de cada quadro de distribuição, com as respectivas cargas alimentadas. Prever quadro reserva para iluminação externa;
 - d) Trajeto dos eletrodutos e dos condutores e localização das caixas, com as dimensões e a identificação de todos os componentes;
 - e) Localização dos pontos de consumo de energia elétrica (inclusive iluminação), com as respectivas cargas, seus comandos e identificação dos circuitos;
 - f) Projeto do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);
 - g) Detalhes típicos de todas as instalações de ligações de motores, luminárias, quadros, e demais equipamentos;
 - h) Legenda das convenções usadas;
 - i) Indicação das prumadas;
 - j) Detalhes de todos os furos necessários nos elementos de estrutura e de todas as peças a serem embutidas ou fixadas nas estruturas de concreto ou metálicas para passagem ou suporte da instalação;

k) Projeto e detalhe de intertravamento eletromagnético entre o sistema PPCI e portas de saída de emergência com o sistema elétrico;

l) Outros elementos ou informações que esclareçam indubitavelmente a solução projetada, ou seja, o executor nesta fase não necessitará de qualquer esclarecimento ou consultoria para realização do escopo previsto;

6.4.1.3. Modelo de representação:



PLANTA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

6.4.2. Projeto de cabeamento estruturado

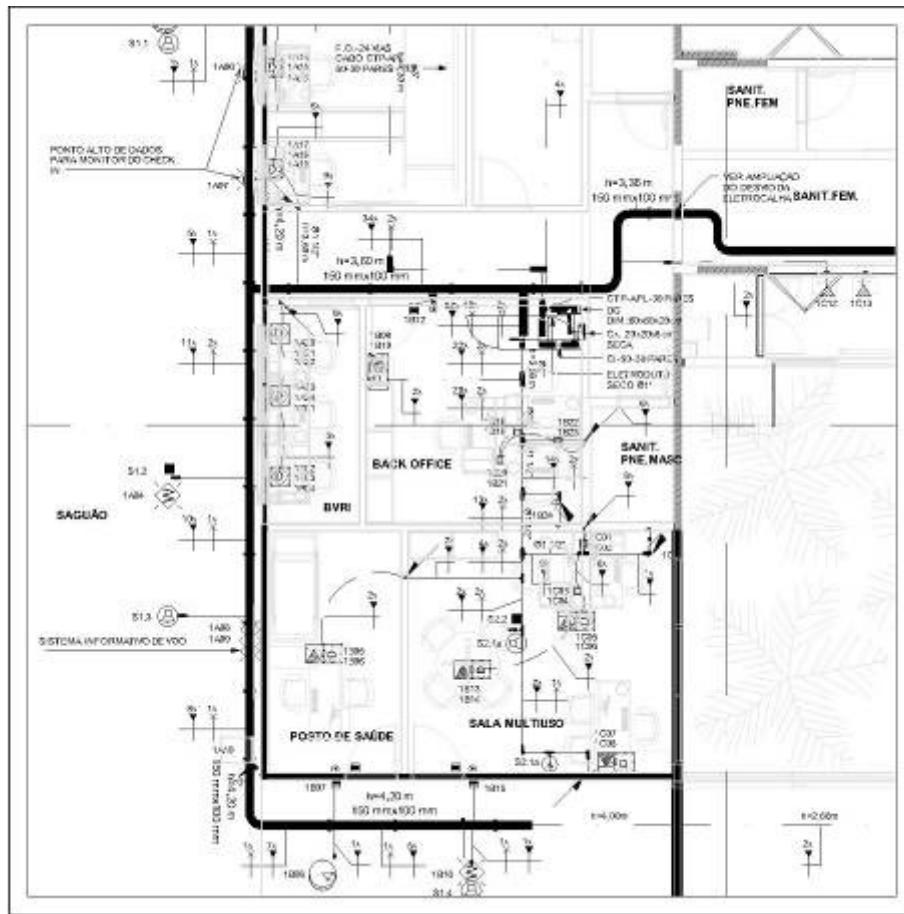
6.4.2.1. O projeto executivo deverá contemplar os seguintes sistemas:

- a) Dados e telefonia;
- b) CFTV (Circuito Fechado de Televisão);
- c) Sistema de detecção e alarme de incêndio.

6.4.2.2. Deverão ser apresentados, no mínimo, os seguintes produtos gráficos:

- a) Tubulação, cabeamento, tomadas e distribuidor geral (DG);
- b) Planta de cada nível da edificação, com as redes de entrada e secundária, contendo a locação, as dimensões e a quantidade das tubulações, das prumadas, das caixas, dos cabos e das tomadas;
- c) Corte das tubulações de entrada e prumadas;
- d) Plano de face dos racks, indicando o local de instalação de cada equipamento ou componente da rede nos racks;
- e) Diagrama da rede de cabeamento estruturado, indicando a interligação entre os componentes (tanto os ativos quanto os passivos);
- f) Arranjo da central privada de comutação telefônica.

6.4.2.3. Modelo de representação:



PLANTA DE CABAMENTO

6.5. Projeto executivo de instalações mecânicas

6.5.1. Projeto executivo de ar condicionado

6.5.1.1. O sistema adotado pela CONTRATANTE para condicionamento de ar será o Split.

6.5.1.2. O projeto deverá ser apresentado pelo conjunto de elementos gráficos, como memoriais, desenhos e especificações, que visa definir e disciplinar a instalação de sistemas de captação, tratamento e distribuição de ar condicionado em ambientes fechados da edificação, apresentando todos os detalhes de execução, montagem e instalação dos componentes do sistema, inclusive elementos de suporte, fixação, apoio de tubulações, isolamento e outros.

6.5.1.3. O projeto de ar condicionado deverá ser elaborado em conformidade com NBR 16401:2008 Partes 1, 2 e 3, EB 269, MB 476, NBR 10080 da ABNT, ou as que vierem substituí-las, Portarias do Ministério da Saúde, RE nº 09 da ANVISA e compatibilizado com o projeto arquitetônico e demais projetos de engenharia.

6.5.1.4. O projeto completo deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra, devendo ser apresentado na seguinte forma:

- Projeto de instalação dos equipamentos de ar condicionado
- Projeto de tubulações de dreno, frigoríficas e elétricas;
- Diagrama unifilar e detalhamento necessário de ligações elétricas de comando e força dos equipamentos;
- Especificações técnicas detalhadas dos equipamentos e materiais, além da confirmação do pré-dimensionamento;
- Consolidação dos cálculos, seleção dos equipamentos, localização e dimensões das casas de máquinas, dimensionamento de toda a rede de distribuição de ar, rede hidráulica e frigorífica;

- f) As áreas técnicas e bases de assentamento previstas para os equipamentos utilizados como referência;
- g) Espaços reservados para a passagem das instalações, soluções adotadas para compatibilização de interferências com os elementos estruturais da edificação e demais instalações prediais;
- h) Afastamentos necessários para a operação e manutenção do sistema;
- i) Detalhes construtivos;
- j) Fluxogramas de ar, fluidos térmicos, redes frigoríficas quando necessários, em instalações de maior complexidade, para permitir a visualização das instalações de maneira esquemática e global.
- k) Necessidades a serem supridas pela infraestrutura das instalações prediais de energia elétrica, gás combustível, água e esgoto;
- l) Descritivo funcional da lógica de controle, informando os componentes necessários e sua localização, parâmetros operacionais a serem atendidos e as interfaces com sistema de automação predial (se houver);
- m) Descritivo funcional e referências normativas para o funcionamento e montagem das instalações e quadros elétricos de alimentação elétrica e comando indicando as lógicas de intertravamentos de operação, proteção, manobra, medição e sinalização;
- n) Especificações gerais de equipamentos, indicando as características técnicas exigidas, tais como as capacidades, características construtivas e condições operacionais, como temperaturas de entrada e saída de ar e de água, vazões de ar e água, pressão, potência e voltagem de equipamentos elétricos e outros dados necessários para a correta seleção destes;
- o) Especificações gerais de componentes e materiais a serem fornecidos, incluindo as características exigidas e as referências normativas e padrões técnicos a serem adotados;
- p) Resumo geral dos dados resultantes dos cálculos de carga térmica para cada ambiente ou zona térmica, relacionando os parâmetros adotados;

6.5.1.5. O projeto deverá prever perfeita harmonia com a solução arquitetônica do prédio. Deverão ser evitadas instalações aparentes ou conflitantes com outras instalações.

6.5.1.6. Deverão ser observadas as condições de manutenção dos equipamentos: acessos, iluminação, identificação, drenagem, etc. Deverão ser detalhados os sistemas de encaminhamento, quadros, montagens, posicionamento de equipamentos, salas de equipamentos tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução.

6.5.1.7. Deverão ser especificados equipamentos que atendam a classificação "A" PROCEL do INMETRO. A especificação deverá conter explicitamente os parâmetros de desempenho aceitáveis para estes equipamentos. Deverá haver uma preocupação com relação ao conforto dos usuários de forma a cumprir os preceitos da NR 17 do TEM, em especial com relação ao combate de ruído e vibrações.

6.5.1.8. Não poderão ser especificados materiais inflamáveis ou contaminantes. O caderno de especificações deverá fazer menção a essa condição, devendo conter informações sobre certificações exigíveis e/ou fabricantes recomendados.

6.5.1.9. O caderno deverá mencionar os testes que obrigatoriamente deverão ser realizados para a entrega das instalações, os resultados esperados, a documentação técnica que deverá ser fornecida e as condições de garantia.

6.5.1.10. O caderno deverá mencionar as condições e as etapas de entrega das instalações, incluindo assistência técnica e garantia etc.

6.5.1.11. Deverão ser propostas soluções e especificações que contemplem as diretrizes gerais para certificação energética da edificação PROCEL/INMETRO.

6.5.1.12. O projeto deverá ser desenvolvido com especificações completas, inclusive sobre salas e ambientes técnicos que abrigarão os equipamentos e instalações, incluindo no mínimo os seguintes itens: iluminação comum e de emergência, tomadas de manutenção, quadros auxiliares, escadas de marinheiro, portas acústicas, tratamento acústico das paredes, suportes, monovias.

6.5.1.13. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- a) Planta da edificação e cortes, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação localização precisa dos equipamentos, pontos de consumo; interligações elétricas, comando e sinalização, suportes, acessórios e outros elementos;
- b) Desenhos do encaminhamento das tubulações frigoríficas, com a indicação de dimensões, diâmetros e comprimentos, cotas, conexões, acessórios e outros elementos.
- c) Detalhes da instalação de todos os equipamentos, com indicação dos modelos, capacidade e fabricantes;
- d) Orçamento detalhado das instalações baseado em quantitativos de materiais e fornecimento.

6.5.2. Projeto executivo de ventilação mecânica

6.5.2.1. Conjunto de elementos gráficos, como memoriais, desenhos e especificações, que visa definir e disciplinar a instalação de sistemas mecânicos de remoção ou introdução e distribuição de ar em ambientes fechados da edificação, apresentando todos os detalhes de execução, montagem e instalação dos componentes do sistema, inclusive elementos de suporte, fixação, apoio de dutos e tubulações e outros.

6.5.2.2. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- a) Planta geral para cada nível da edificação, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação dos dutos de insuflamento ou exaustão de ar, quanto a materiais, comprimentos, dimensões, com elevações, ampliações (quando necessárias), cortes e detalhes, suportes e acessórios;
- b) Bocas de insuflamento e exaustão; localização precisa dos equipamentos, aberturas para tomadas e saídas de ar, pontos de consumo; interligações elétricas, comando e sinalização e outros elementos;
- c) Desenhos da instalação de ventilação mecânica em representação isométrica, com a indicação de dimensões e comprimento dos dutos, vazões, pressões nos pontos principais ou críticos e outros elementos;
- d) Detalhes da instalação de todos os equipamentos, com indicação dos modelos, capacidades e fabricantes;
- e) Detalhes de todos os furos necessários nos elementos de estrutura para passagem e suporte da instalação;
- f) Orçamento detalhado das instalações baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos.

6.6. PROJETO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

6.6.1. Conjunto de elementos gráficos, como memoriais, desenhos e especificações, que visa definir e disciplinar a instalação de sistemas de combate a incêndio nas edificações, apresentando o detalhamento das soluções de instalação, conexão, suporte e fixação de todos os componentes do Sistema de Combate a Incêndio a ser implantado, incluindo os embutidos, furos e rasgos a serem previstos na estrutura da edificação.

6.6.1.1. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- a) Planta geral da edificação, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação das tubulações, comprimentos, vazões, pressões nos pontos de interesse, cotas de elevação, registros, válvulas, extintores, com indicação dos detalhes de todos os dispositivos, suportes e acessórios;
- b) Representação isométrica, em escala adequada, dos sistemas de hidrantes ou mangotinho, com indicação de diâmetros, comprimentos dos tubos e das mangueiras, vazões nos pontos principais, cotas de elevação e outros;
- c) Cortes das edificações, passando em áreas de interesse hidráulico.
- d) Detalhes dos forros por onde passam as instalações contra incêndio, incluindo tubulações horizontais dos hidrantes, Desenhos esquemáticos referentes à sala de bombas, reservatórios e abrigos;
- e) Detalhes de execução ou instalação dos extintores, sinalizações e outros;
- f) Detalhamento da rede de hidrantes, incluindo diagrama vertical e detalhamento dos reservatórios inferiores e superiores;
- g) Detalhamento de conjunto moto-bomba;
- h) Detalhes de todos os furos necessários, em todas as edificações, nos elementos de estrutura e de todas as peças a serem embutidas ou fixadas nas estruturas, para passagem e suporte da instalação contra incêndio;
- i) Detalhamento das escadas de emergência (ante-câmara, corrimão, revestimento dos degraus, etc.);
- j) Detalhe das rotas de fuga e saídas de emergência
- k) Detalhes do sistema de iluminação de emergência;
- l) Detalhes de portas corta-fogo a serem instaladas;
- m) Detalhamento do fosso de escada pressurizado (se houver);
- n) Detalhes de cada tipo de extintor utilizado no sistema projetado;
- o) Detalhes das valas das tubulações, incluindo perfil, envelopamento, caixas de registros e outras informações necessárias;
- p) Detalhes das caixas de hidrante;
- q) Outros detalhes específicos necessários à plena execução da solução escolhida (sprinklers, hidrantes, extintores ou outro), incluindo centrais e detectores, intertravamento de portas, acionamento eletromagnético, botoeiras, etc.

7.

MEMORIAL DESCRIPTIVO (TERCEIRA ETAPA)

7.1.

O Memorial Descritivo da obra deve:

- a) Ser elaborado em conformidade com as Normas do INMETRO e Práticas específicas, de modo a abranger todos os materiais, equipamentos e serviços previstos no projeto;
- b) Estabelecer as características necessárias e suficientes ao desempenho técnico requerido pelo projeto, bem como para a contratação dos serviços e obras;
- c) Considerar as condições regionais em relação ao clima e técnicas construtivas a serem utilizadas.

7.2.

Memorial de especificações de materiais e equipamentos:

- a) Ater-se aos materiais, equipamentos e serviços pertinentes ao mercado regional, quando possível;
- b) As especificações de componentes conectados a redes de utilidades públicas devem adotar rigorosamente os padrões das concessionárias e devem ser elaboradas visando

equilibrar economia e desempenho técnico, considerando custos de fornecimento e de manutenção, porém sem prejuízo da vida útil do componente da edificação;

- c) Se a referência de marca ou modelo for indispensável para a perfeita caracterização do componente da edificação, a especificação deverá indicar, no mínimo, três alternativas de aplicação e conterá obrigatoriamente a expressão "ou equivalente", definindo com clareza e precisão as características e desempenho técnico requerido pelo projeto, de modo a permitir a verificação e comprovação da equivalência com outros modelos e fabricantes;
- d) A equivalência de componentes da edificação será fundamentada em certificados de testes e ensaios realizados por laboratórios idôneos, aceitos pelo Contratante;
- e) As especificações técnicas deverão incorporar informações de interesse, detalhes e procedimentos construtivos bem como outros elementos necessários à perfeita caracterização e que orientem a execução e inspeção dos serviços, podendo incluir catálogos e manuais;
- f) Deverão ser especificadas soluções técnica que melhor atendam as condições de operação e manutenção da edificação e deverão ser voltadas para redução de custos de operação da edificação, dentro das limitações levantadas, aquelas que permitam um melhor aproveitamento da luz natural, bloqueios solares para redução do custo com ar condicionado, e especificação de equipamentos com maior eficiência energética;
- g) Dentro das limitações inerentes ao local de aplicação do projeto, deverão ser utilizadas as recomendações para certificação energética PROCEL para o desenvolvimento do projeto da edificação.

7.3. Especificação de marcas: Todas as citações de marcas de composições/insumos nos projetos executivos, especificações e orçamentos deverão ser utilizadas como parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto e deverão ser sempre seguidas da expressão: "ou equivalente técnico".

7.4. Memória de cálculo do dimensionamento

- a) Conter todos os parâmetros utilizados para o dimensionamento das grandezas que envolvem cada projeto;
- b) Registrar os cálculos relativos ao projeto com indicação dos coeficientes, valores admissíveis, métodos, constantes, correlações, programas de computadores, ábacos e tudo o que for empregado nos cálculos, citando as fontes de referências;
- c) Apresentar de forma clara e consistente e com nível de informações suficientes que permitam a terceiros conferir o desenvolvimento e o resultado dos cálculos.

7.5. Memorial de cálculo de quantitativos

7.5.1. Memória de cálculo a ser apresentada para todas as disciplinas de engenharia e arquitetura, devendo ser entregue em volume separado, juntamente com as respectivas planilhas de serviços e quantidades.

7.5.2. Esta memória de cálculo das quantidades deverá ser dividida em itens e subitens por disciplina de engenharia e arquitetura e seguir a mesma sequência da planilha de serviços e quantidades.

7.5.3. No memorial de cálculo deverá estar exposta, de maneira clara e objetiva, a metodologia empregada pela CONTRATADA na obtenção dos quantitativos do projeto proposto permitindo-se avaliar tecnicamente a confiabilidade das informações disponibilizadas.

7.5.4. Em cada projeto de arquitetura e de engenharia deverá constar, junto à representação gráfica, um quadro resumo de materiais e quantitativos referente ao projeto.

8. ORÇAMENTO (QUARTA ETAPA)

8.1. A CONTRATADA deverá elaborar os orçamentos sintético e analítico, observando as seguintes premissas:

- a) Deverá ser elaborado em conformidade com a Lei 12.462/2012, Decreto 7983/2013 e demais legislações referentes à orçamento de obras de Engenharia para a Administração pública vigentes ou que venham a ser publicadas no decorrer da execução dos serviços;
- b) Deverá ser composto de planilha com composições sintética e analítica de preços, cálculo do BDI e discriminação dos encargos sociais, cotações de preços e memorial justificativo;
- c) Os orçamentos deverão ser baseados nos valores das tabelas referenciais SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e SICRO (Sistema de Custos Rodoviários), utilizando inclusive os respectivos códigos dos insumos e as datas de consulta (referente no mínimo ao mês anterior à solicitação do orçamento), além de coeficientes de material, mão de obra e equipamentos;
- d) No caso de não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais (SINAPI/SICRO) para o orçamento comparativo, deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar como anexo ao memorial justificativo, a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado. Caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada;
- e) Composição do BDI (que deve estar aderente com o previsto no Acórdão 2622/2013 do TCU, ou devidamente justificada);
- f) Apresentação da curva ABC;
- g) Deverá ser fornecida a composição de encargos sociais devidamente justificados e anexados as fontes de pesquisa dos insumos e percentuais utilizados;
- h) A planilha de orçamento sintético deverá apresentar os campos conforme anexo IX;
- i) A planilha de orçamento analítico deverá apresentar os campos conforme modelo da planilha abaixo para cada quantitativo unitário de cada composição:

8.2. Todas as composições dispostas na planilha de orçamento sintético deverão ser obrigatoriamente apresentadas na planilha de orçamento analítico com os seus insumos e respectivos coeficientes, conforme exemplo:

Descrição: CONCRETO MAGRO 1:4:8 PREPARO

Total de Ocorrências: 6

	Código	Descrição Básica	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Total	Situação
IN X	367	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (SEM FRETE)	M3	0,5500000	74,25	40,83	ATIVO
IN X	6111	SERVENTE	H	4,0000000	8,88	35,52	ATIVO
IN X	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	199,5000000	0,44	87,78	ATIVO
IN X	4718	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,2650000	54,80	14,52	ATIVO
IN X	4722	PEDRA BRITADA N. 3 (38 A 50 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,7350000	54,80	40,28	ATIVO
IN X	10533	BETONEIRA 580 L COM MOTOR ELETTRICO TRIFASICO. POTENCIA DE 7,5 HP, COM CARREGADOR MECANICO (LOCACAO)	H	0,7140000	2,30	1,64	ATIVO

9.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (QUARTA ETAPA)

9.1. O cronograma físico financeiro deverá contemplar todas as etapas de execução da obra, explicitando os itens e subitens constantes no orçamento, apresentando a porcentagem de trabalhos de cada etapa, os valores referentes aos trabalhos executados e a porcentagem dos trabalhos e seus valores acumulados.

9.2. O cronograma físico-financeiro deverá ser elaborado, observando o prazo estipulado para a execução da obra e tecnicamente necessário para a execução dos serviços, identificando os caminhos críticos e interdependências entre as atividades, inclusive a programação em etapas, de tal forma que não ocorram programações de serviços em ordem cronológica inversa (Ex.: Pintura antes do emassamento), ou ainda, falhas na disponibilização de frentes de serviço.

9.3. Deverá ser apresentada a curva "S".

9.4. Para cada etapa prevista deverão ser feitas as totalizações de valores e percentuais, programando assim os desembolsos a serem realizados para pagamento à Construtora.

9.5. O arquivo final do cronograma físico-financeiro deverá ser compatível com o MSProject (.XML ou MPP).

10. **MANUAL PARA MANUTENÇÃO PREDIAL DA EDIFICAÇÃO (QUARTA ETAPA)**

10.1. O manual de cada edificação deverá apresentar conceitos de manutenção predial, a descrição dos sistemas que compõe a edificação, a descrição e a finalidade de cada sistema, as principais anomalias, as recomendações orientações técnicas para que cada sistema funcione corretamente com ações preventivas e corretivas e sua periodicidade.

10.2. A finalidade do desenvolvimento deste material, é fornecer informações sobre correto uso do equipamento público que está sendo projetado, aos agentes que serão responsáveis por sua utilização, conservação e manutenção.

11. **NORMAS E PRÁTICAS COMPLEMENTARES**

11.1. Devem ser observadas as orientações contidas em:

- a) Para a prestação dos Serviços Contratados neste Escopo, a CONTRATADA deverá atender as Normas ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou Normas Estrangeiras Pertinentes, na inexistência de Normas Nacionais Correspondentes.
- b) Sempre com a aprovação da CONTRATANTE, poderão ser aceitas outras Normas de reconhecida Autoridade, que possam garantir o Grau de Qualidade desejado.
- c) Normas técnicas pertinentes;
- d) Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;
- e) Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- f) Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA.
- g) Os equipamentos deverão preferencialmente atender a norma de eficiência energética do INMETRO.

12. **FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

12.1. Atribuições da contratante:

12.1.1. A CONTRATANTE terá atribuições de:

- a) Fornecer o Estudo Preliminar e demais informações necessárias para o desenvolvimento de cada Projeto Executivo;
- b) Analisar e aprovar o Cronograma de Entrega elaborado pela CONTRATADA;
- c) Acompanhar, permanente e ininterruptamente, a execução de todos os Serviços Técnicos Profissionais Especializados, supervisionando e fiscalizando os trabalhos da

CONTRATADA, de forma a assegurar que esta cumpra o que estabelece o Contrato, e os demais documentos integrantes deste;

- d) Dirimir as dúvidas da CONTRATADA que porventura surjam durante a execução dos serviços, com relação a qualquer aspecto ligado ao Objeto do Contrato;
- e) Acompanhar a CONTRATADA na medição dos serviços executados e aceitos, analisando e aprovando os Boletins de Medição que estejam corretos e autorizando a CONTRATADA a apresentar as faturas correspondentes para pagamento;
- f) Aceitar, para fins de pagamento, os serviços bem executados e rejeitar os serviços que não estejam de acordo com as Especificações, exigindo da CONTRATADA a substituição ou refazimento daquilo que for rejeitado;
- g) Conferir e atestar a exatidão das faturas correspondentes às medições de serviços executados, encaminhando-as para pagamento;
- h) Analisar novos valores unitários propostos pela CONTRATADA, quando necessários, emitindo parecer para aprovação pela CONTRATANTE;
- i) Determinar o afastamento de pessoal da CONTRATADA mobilizado para a execução dos serviços, em caso de conduta imprópria, ou quando a atuação do profissional comprometer o bom andamento dos trabalhos;

12.1.2. Reunião de início dos serviços contratados

12.1.2.1. Será realizada reunião de início dos serviços (início do contrato) entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, na sede da Contratante, para esclarecimento dos critérios, condicionantes, conteúdo dos documentos, etc., que deverão ser observados na elaboração dos serviços e dos demais procedimentos da CONTRATANTE.

12.1.2.2. Eventuais despesas com diárias, transporte, etc. dos funcionários da CONTRATADA serão por conta da CONTRATADA.

12.1.3. Reuniões de acompanhamento

12.1.3.1. Serão realizadas reuniões periódicas, tantas quantas forem necessárias, de avaliação dos serviços entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, em datas definidas pela CONTRATANTE, e uma reunião de encerramento. Estas reuniões serão realizadas na sede da CONTRATANTE.

12.1.3.2. Para as reuniões a CONTRATADA deverá preparar o material e levar os projetos impressos podendo ser no formato A3 ou superior, desde que seja legível o entendimento do mesmo. No caso de fotos, a CONTRATADA poderá optar por apresentar as mesmas em meio impresso ou em equipamento próprio que possua tela de no mínimo 10", para que seja possível a sua visualização.

12.1.3.3. Eventuais despesas com diárias, transportes, etc. dos funcionários da CONTRATADA serão por conta da CONTRATADA.

12.1.4. Responsabilidades da contratada

12.1.4.1. A CONTRATADA será responsável pela execução de todos os Serviços Técnicos Profissionais Especializados listados na Planilha de Quantitativos e Valores da licitação.

12.1.4.2. A CONTRATADA será responsável, ainda, por:

- a) Apresentar as Anotações de Responsabilidades Técnicas (ART/RRT) dos autores dos projetos e/ou serviços em até 7 dias úteis da assinatura do contrato. A emissão da Ordem de Serviços de início dos serviços estará condicionada à apresentação destes documentos;
- b) Mobilizar e desmobilizar mão-de-obra e equipamentos para execução dos serviços;
- c) Realizar, com o emprego de mão-de-obra apropriada, fornecendo material adequado e utilizando os equipamentos mais indicados, todos os Serviços Técnicos Profissionais Especializados listados na Planilha de Quantitativos e Valores da licitação, em conformidade com as Especificações presentes na documentação da licitação;

- d) Utilizar formulários eletrônicos padronizados em cada etapa do desenvolvimento do trabalho, no que couber;
- e) Utilizar software para cálculo de dimensionamento dos seguintes sistemas: ar condicionado, instalações elétricas, especificações de equipamentos, luminotécnico e estrutura.

12.1.4.3. Os valores unitários da CONTRATADA deverão corresponder a Serviços Prontos, considerando incluídas todas e quaisquer Despesas Diretas e Indiretas sobre eles incidentes, entre as quais:

- a) Emprego de mão-de-obra apropriada e especializada;
- b) Fornecimento dos materiais especificados e perdas de qualquer natureza;
- c) Deslocamentos;
- d) Emissão junto ao CREA ou CAU das respectivas Anotações de Responsabilidades Técnicas (ART ou RRT) dos autores dos projetos e/ou serviços;
- e) Utilização de todas as ferramentas e equipamentos apropriados, necessários à execução dos serviços;
- f) Transporte de pessoal;
- g) Tributos, Contribuições de Melhoramento e Encargos Sociais Trabalhistas em geral;
- h) Despesas referentes às importações de materiais e equipamentos, caso necessário;
- i) Licenças para utilização de softwares;
- j) Equipamentos de informática (computadores, impressoras, plotter, roteadores etc);
- k) Acesso à internet, linhas telefônicas, aparelhos de telefonia móvel, etc.

12.1.4.4. Caberá à CONTRATADA prestar assistência técnica à CONTRATANTE, através de sugestões e respostas às consultas nos assuntos referentes aos projetos.

12.1.4.5. A CONTRATADA será a única responsável pelo fornecimento global, compatibilizado e integrado constante do escopo de fornecimento e em atendimento às Especificações Técnicas.

12.1.4.6. Todo o contato/reunião sobre qualquer assunto entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser oficializado através de cartas, e-mails ou atas de reuniões.

12.1.4.7. A contratada deverá manter registro histórico das reuniões, redigir as atas de reuniões, manter em pasta própria e unificada as ordens de serviço, plantas de projeto, expedientes trocados com a CONTRATANTE, e todo material encaminhado ou fornecido pela CONTRATANTE.

12.1.5. Relações entre a contratada e a contratante

12.1.5.1. A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações referentes ao Objeto do Contrato que a CONTRATANTE julgar necessário conhecer ou analisar.

12.1.5.2. Semanalmente, a CONTRATADA deverá reportar-se à CONTRATANTE e permitir acesso a essas informações, para acompanhamento de todas as atividades.

12.1.5.3. Cabe à CONTRATANTE, no ato da convocação, especificar os assuntos que serão tratados, cabendo à CONTRATADA o ônus ocasionado pelo não atendimento da convocação. Nesses casos, não serão admissíveis dilações contratuais (prazos e valores).

13. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

13.1. Técnicas de elaboração de documentos:

13.1.1. Todos os documentos deverão ser produzidos com o uso de Programas de Informática e gravados em Meio Digital, de modo tal que seja possível sua leitura e modificação através dos Programas de Informática da CONTRATANTE e 1 (uma) via impressa:

- a) Para a edição de textos o Programa Padrão deverá ser compatível com o “Word 2010”, da Microsoft (para ambiente “Windows”). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos na extensão “doc”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”.
- b) Para a edição de planilhas o Programa Padrão deverá ser compatível com o “Excel 2010”, da Microsoft (para ambiente “Windows”). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos na extensão “xls”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”.
- c) Para apresentações multimídias o programa padrão deverá ser compatível com o “Power Point”, da Microsoft. Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos na extensão “ppt” além dos arquivos com a extensão em “pdf”.
- d) Independentemente do programa utilizado para execução dos desenhos, deverão ser fornecidos, em todas as etapas, os Arquivos Eletrônicos na versão “dwg”, além dos arquivos em “pdf”. Deverão ser indicadas, em cada desenho, as configurações adotadas (espessuras de linhas, textos e etc), disponibilizando os arquivos originais desenvolvidos na concepção.
- e) Para a produção de orçamentos poderá ser usado qualquer programa de orçamentação de obras e serviços de engenharia que atenda a especificação. Os arquivos eletrônicos de orçamentação deverão ser fornecidos em planilha eletrônica compatível com padrão “Excel”, incluindo as fórmulas utilizadas (com arredondamentos de 2 casas decimais).
- f) Para o Planejamento de Atividades, o Programa Padrão deverá ser compatível com “MS-Project 2007”, da Microsoft (para ambiente “Windows”).

13.1.2. A CONTRATADA será responsável pela execução de todos os Serviços Técnicos Profissionais Especializados listados na Planilha de Quantitativos e Valores da licitação.

13.2. Codificação de documentos técnicos de engenharia:

13.2.1. Os documentos deverão apresentar carimbos que deverão ser idênticos em todas as pranchas e deverá identificar o AUTOR, COORDENADOR e TÉCNICO, com campos para os respectivos números de registros nos Conselhos de Engenharia ou de Arquitetura, assinaturas, nomes e cargos;

14. APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

14.1. Critérios:

14.1.1. Todos os Documentos Técnicos a serem elaborados, tais como os Ensaios, Relatórios, Projetos, Memórias de Cálculo, Planilha de Quantitativos e Valores, Desenhos Gerais, Especificações Técnicas, deverão ser submetidos à aprovação da CONTRATANTE.

14.1.2. A CONTRATADA deverá encaminhar os documentos para aprovação em 01 (uma) via. Os desenhos devem ser impressos em plotter jato de tinta e a documentação em textos, impressa em formato A4 e encadernada. Estes documentos também deverão ser encaminhados em mídia magnética.

14.1.3. A CONTRATANTE enquadrará os documentos em uma das seguintes hipóteses:

- **APROVADO** : Documento considerado “Liberado quanto ao seu objetivo finalístico”.
- **APROVADO COM RESTRIÇÕES** : Documento considerado “Não liberado quanto ao seu objetivo finalístico”, contendo as modificações a serem introduzidas. Neste caso, a CONTRATADA, após proceder às correções solicitadas, deverá reencaminhar à documentação para nova apreciação da CONTRATANTE.
- **REPROVADO** : Documento considerado “Não aprovado”, devendo a CONTRATADA reapresentar a documentação, para nova apreciação da CONTRATANTE.

14.2. Fornecimento da documentação final

14.2.1. Os documentos finais aceitos pela CONTRATANTE deverão ser entregues em 01 (uma) via impressa, devidamente assinadas pelos responsáveis e representantes da CONTRATADA.

14.2.2. Estes documentos também deverão ser encaminhados em mídia magnética nos formatos: padrão de origem e “pdf”, para visualização e impressão.

14.3. Emissão da documentação

14.3.0.1. A emissão inicial do documento deverá ser considerada como revisão 0 (zero).

14.3.0.2. Quaisquer outras alterações oriundas de comentários CONTRATANTE e/ou erros, omissões ou acréscimos de informações, serão motivos para uma nova revisão.

14.3.0.3. As revisões serão identificadas e sequencialmente numeradas, devendo as mesmas ser assinaladas através de um envoltório, com a indicação do número de revisão.

14.3.0.4. A cada nova revisão, os envoltórios da revisão anterior deverão ser eliminados, a fim de não prejudicar a compreensão do projeto.

14.3.0.5. O campo da revisão deverá conter um breve descritivo das modificações efetuadas e/ou referência do documento do CONTRATANTE que apresenta os comentários.

14.3.0.6. O documento emitido pela CONTRATADA não deverá conter nenhuma nota / observação de reserva ou propriedade / exclusividade do projeto, bem como, qualquer outro timbre / logomarca que não aqueles especificamente permitidos pela CONTRATANTE.

14.3.0.7. Toda documentação emitida pela CONTRATADA deverá conter, no final de cada página, os dizeres: “PROPRIEDADE DA CONTRATANTE”, e não deverá fazer qualquer referência a CONTRATADA, exceto informações de autoria quanto à responsabilidade técnica.

14.3.0.8. Toda e qualquer documentação apresentada para análise deverá conter, obrigatoriamente, o carimbo da CONTRATANTE com seu preenchimento dentro das Normas previstas.

14.3.0.9. Caso a documentação apresentada não esteja nas condições acima especificadas, a CONTRATANTE devolverá a mesma sem realizar a análise, devendo a CONTRATANTE reapresentá-la obedecendo ao subitem anterior.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

15.1. As medições e pagamentos serão efetuados conforme estabelecido no presente item, e de acordo com as etapas do Cronograma Descritivo (ANEXO II do Projeto Básico).

15.2. O critério a ser utilizado será totalmente baseado em serviços reais e nos quantitativos efetivamente executados.

15.3. Os valores referentes a despesas com deslocamento, impressões, licenças e outros elementos similares deverão ser considerados na composição de custos dos serviços;

15.4. Os serviços serão pagos apenas depois de concluídos e aceitos pela CONTRATANTE, não se admitindo qualquer tipo de adiantamento.

15.5. Em qualquer situação, não havendo alteração do Objeto dos Serviços Contratados, os valores unitários destes serviços não serão alterados sob alegação de variação da quantidade de documentos.

15.6. Os pagamentos somente serão efetivados após a liberação da medição pela CONTRATANTE e o recebimento das respectivas ART ou RRT;

15.7. Os valores referentes aos serviços que forem rejeitados, relativos a uma medição, serão retidos e somente serão pagos após a CONTRATADA refazê-los;

15.8. Para que os serviços relacionados no Cronograma Descritivo (ANEXO II do Projeto Básico) sejam medidos e pagos é necessário que os mesmos estejam aprovados e/ou liberados, através da emissão de aceite da equipe técnica;

15.9. Deverão ser apresentadas e pagas as respectivas Anotações de Responsabilidades Técnicas (ART ou RRT) dos autores dos projetos e/ou serviços, emitidas junto ao CREA ou CAU;

15.10. Em cada medição, a CONTRATADA deverá comprovar que os profissionais alocados na equipe técnica continuam pertencendo ao quadro permanente da empresa (período referente ao mês

anterior ao da medição);

15.11. A medição somente será liquidada pela CONTRATANTE após a emissão do aceite da equipe técnica.

15.12. **Condições de pagamento**

15.12.1. Para que a CONTRATANTE possa efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, esta deverá apresentar Nota Fiscal relativa à(s) etapa(s) de cada produto devidamente descrita no Cronograma Físico-Financeiro/ET, efetivamente aceitas pela Área Técnica.

15.12.2. A(s) etapa(s)/produto(s) deverão ser validadas pela CONTRATANTE. Após a validação formal pela Área Técnica, a CONTRATADA poderá emitir Nota Fiscal.

15.12.3. Os eventos geradores de pagamento serão os Ofícios emitidos pela Área Técnica, contendo o aceite, que comprovem a execução da etapa a ser paga, em conformidade com o Cronograma físico-financeiro - Anexo II do PB.

15.13. **Reajustamento de preços.**

15.13.1. O preço do serviço será irreajustável.

15.14. **Garantia Contratual**

15.14.1. A Contratada se obriga a manter, durante toda a vigência do Contrato, garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do preço global contratado, devendo apresentar à CONTRATANTE, o comprovante de uma das modalidades a seguir:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Fiança Bancária;
- c) Seguro garantia.

15.15. **Multa**

15.15.1. A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa moratória, por inexecução total ou parcial do contrato e multa rescisória nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos percentuais) por dia corrido de atraso, sobre o valor do serviço não entregue no prazo, em razão de atraso da CONTRATADA na execução de qualquer uma das atividades do CONTRATO, incidente a partir da data indicada na Ordem de Serviço (OS) para entrega do produto até a data da efetiva entrega à CONTRATANTE, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço entregue em atraso;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO na hipótese de inexecução total ou parcial do CONTRATO, sem prejuízo das demais sanções previstas no CONTRATO.

15.15.2. Em caso de reincidência, o valor da multa estipulada na alínea "b" do "caput" desta cláusula será elevado em 1% (um por cento) a cada reincidência, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do CONTRATO.

15.15.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

15.15.4. A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados à CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

15.15.5. A CONTRATADA desde a assinatura do contrato autoriza a CONTRATANTE a descontar dos valores devidos pela CONTRATANTE o montante das multas aplicadas à CONTRATADA.

16. **LICENÇAS**

16.1. É a CONTRATADA obrigada a obter as licenças e franquias necessárias à execução dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando todas as Leis, Regulamentos e Posturas a eles referentes.

16.2. A observância de Leis, Regulamentos e Posturas a que se refere o item precedente abrange também as exigências dos Conselhos Regionais (CREA/CAU) e de outros Órgãos Governamentais, nas esferas Federal, Estadual (ou do Distrito Federal) e Municipal, inclusive o Corpo de Bombeiros.

16.3. A CONTRATADA é obrigada ao pagamento das multas que sejam impostas pelas Autoridades, em razão do descumprimento de Leis, Regulamentos e Posturas referentes aos Serviços Contratados e à aprovação dos projetos e Serviços de Engenharia.

17. **QUALIDADE E GARANTIA**

17.1. A liberação/aprovação dos projetos ou serviços pela CONTRATANTE, não desobrigará a CONTRATADA de sua plena responsabilidade com relação à sua implantação, incluindo quaisquer fatos que venham impossibilitar, prejudicar ou retardar a execução dos serviços, submetendo-a a todas as penalidades da legislação em vigor.

17.2. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

17.3. A CONTRATADA poderá ser solicitada durante o período de licitação da obra para complementar ou esclarecer informações referentes ao projeto oriundas de questionamentos dos participantes.

18. **DIREITOS AUTORAIS**

18.1. Pertencerão à CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional, todos os Direitos Autorais Patrimoniais referentes aos projetos (e demais trabalhos realizados no âmbito do Contrato), incluindo os direitos de cessão, alteração, replicação e divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, garantindo-se, na divulgação, o crédito aos Profissionais Responsáveis pelos mesmos.

18.2. Os profissionais que estiverem designados para elaborar os projetos (e demais trabalhos realizados no âmbito do Contrato) deverão autorizar a CONTRATANTE a fazer quaisquer modificações que se fizerem necessárias, a seu exclusivo critério, nos projetos (e demais trabalhos), após sua entrega, independentemente de autorização específica de seus Autores, sendo que os profissionais que fizerem as alterações obrigarão-se a recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica e responder pelas modificações realizadas. Esta autorização deverá ser fornecida pela CONTRATADA na assinatura do Contrato.

18.3. Os PROJETISTAS responsáveis pelos projetos de Arquitetura, Interiores e Paisagismo se comprometerão a não fazer o aproveitamento substancial destes projetos em outros projetos que venham a elaborar, de modo a preservar a originalidade das obras.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Adilson da Silva, Servidor(a)**, em 05/09/2019, às 17:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Valéria Avanci Pereira Laval Silva, Coordenador(a)-Geral, Substituto(a)**, em 05/09/2019, às 17:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0905051** e o código CRC **F9FC2558**.



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
DEPARTAMENTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES
COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA: MULHER VIVER SEM VIOLENCIA

ANEXO V - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

VALOR ESTIMADO: Os preços máximos estimados para a prestação de serviços realivos à Contratação de Empresa Especializada para desenvolver Projeto de Engenharia a nível executivo, objeto desta Licitação, foram calculados e extraídos do sítio CAU/BR (<http://honorario.caubr.gov.br>), e constantes nos anexos, totalizando R\$ 502.614,54 (quinhentos e dois mil, seiscentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos)

Produto	Etapa/ Parcela	Tarefas a cumprir para aceite e pagamento da parcela	Prazo de execução da etapa pelo CONTRATADO - Dias corridos	Prazo de análise da etapa pelo CONTRATANTE - Dias corridos	Prazo total da Etapa em dias corridos*	valor da parcela conforme contrato(%)	Custo das etapas(R\$)
Produto 1 (CMB TIPO I - Área 3.671,46m ²)	Primeira	Entrega da versão preliminar da revisão da CMB Tipo I, onde constem as peças gráficas de todas as disciplinas que sofrerão adequações conforme tabela do item 2.1.1 a) das especificações técnicas	20	15	35	40,00%	R\$ 50.750,98
	Segunda	Entrega versão final da revisão da CMB Tipo I, onde constam todas as peças gráficas, de todas as disciplinas que sofrerão adequações conforme tabela do item 2.1.1 a) das especificações técnicas	20	15	35	30,00%	R\$ 38.063,23
	Terceira	Entrega final das memórias de cálculo, memoriais descritivos, especificações técnicas, Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação , que sofrerão adequações conforme tabela do item 2.1.1 a) das especificações técnicas	10	15	25	30,00%	R\$ 38.063,23
	PRAZO E VALOR TOTAL DO PRODUTO 1				95	100,00%	R\$ 126.877,45
Produto 2 (CMB TIPO II - Área 1.186,00m ²)	Primeira	Entrega preliminar da planta de Arquitetura da tipologia II da edificação, conforme especificado no item 3.2 das Especificações Técnicas.	20	15	35	40,00%	R\$ 101.555,59
	Segunda	Entrega do projeto executivo completo de arquitetura, com as plantas dos projetos complementares tipologia II da edificação.	20	15	35	20,00%	R\$ 50.777,80
	Terceira	Entrega dos memoriais descritivos e especificações técnicas da tipologia II da edificação.	20	15	35	20,00%	R\$ 50.777,80

	Quarta	Entrega das Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação tipologia II	20	15	35	20,00%	R\$ 50.777,80
	PRAZO E VALOR TOTAL DO PRODUTO 2			140	100,00%	R\$ 253.888,98	
Produto 3 (CMB TIPO III- Área 269,19m ²)	Primeira	Entrega preliminar da planta de Arquitetura da tipologia III da edificação, conforme especificado no item 3.2 das Especificações Técnicas.	20	15	35	40,00%	R\$ 30.305,32
	Segunda	Entrega do projeto executivo completo de arquitetura, com as plantas dos projetos complementares tipologia III da edificação.	20	15	35	20,00%	R\$ 15.152,66
	Terceira	Entrega dos memoriais descritivos e especificações técnicas da tipologia III da edificação.	10	15	25	20,00%	R\$ 15.152,66
	Quarta	Entrega das Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação tipologia III	10	15	25	20,00%	R\$ 15.152,66
	PRAZO E VALOR TOTAL DO PRODUTO 3			120	100,00%	R\$ 75.763,31	
Produto 4 (CMB TIPO IV - Área 162,21m ²)	Primeira	Entrega preliminar da planta de Arquitetura da tipologia IV da edificação, conforme especificado no item 3.2 das Especificações Técnicas.	20	15	35	40,00%	R\$ 18.433,92
	Segunda	Entrega do projeto executivo completo de arquitetura, com as plantas dos projetos complementares tipologia IV da edificação.	20	15	35	20,00%	R\$ 9.216,96
	Terceira	Entrega dos memoriais descritivos e especificações técnicas da tipologia IV da edificação.	10	15	25	20,00%	R\$ 9.216,96
	Quarta	Entrega das Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação tipologia IV	10	15	25	20,00%	R\$ 9.216,96
	PRAZO E VALOR TOTAL DO PRODUTO 4			120	100,00%	R\$ 46.084,80	

Observações: Os prazos de execução serão contados a partir da OS para cada etapa. Os prazos de análise serão contados a partir do formulário de recebimento de produto. Estes prazos foram estimados sem paralização da execução ou análise, caso ocorra evento dissonante do descrito acima o cronograma deverá ser alterado.



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

DEPARTAMENTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES

COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA: MULHER VIVER SEM VIOLENCIA

Anexo IV – Planilha Estimativa de Composição de BDI;

PLANILHA DE CALCULO DE BDI - MAXIMO

DETALHAMENTO DO BDI

Item	Descrição dos Serviços	% PV	% CD
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		5,00
1.1	ESCRITÓRIO CENTRAL		
1.2	VIAGENS		
1.3	OUTROS		
2	IMPOSTOS E TAXAS	16,25	
2.1	ISS	5,00	
2.2	PIS	1,65	
2.3	Cofins	7,60	
2.4	CPRB	2,00	
3	TAXA DE RISCO		-
3.1	SEGURO		-
3.2	RISCO		-
3.2	GARANTIA		-
4	DESPESAS FINANCEIRAS		-
5	LUCRO		10,00
	BDI Máximo - CALCULADO		37,91

Observações:

BDI CALCULADO CONFORME ACÓRDÃO Nº 2369/2011 – TCU

Acórdão 325/2007 TCU despesas financeiras = zero para prestação de serviços

Empresas sujeitas ao Regime de Incidência Não Cumulativa - Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta - CPRB

ISS MÁXIMO NAS CIDADES - 5,00%

Para o preenchimento da proposta deve-se utilizar o valor de ISS da Prefeitura Local.

PLANILHA DE CALCULO DE BDI - MINIMO

DETALHAMENTO DO BDI

Item	Descrição dos Serviços	% PV	% CD
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		5,00
1.1	ESCRITÓRIO CENTRAL		
1.2	VIAGENS		
1.3	OUTROS		
2	IMPOSTOS E TAXAS	7,65	
2.1	ISS	2,00	
2.2	PIS	0,65	
2.3	Cofins	3,00	
2.4	CPRB	2,00	
3	TAXA DE RISCO		-
3.1	SEGURO		-
3.2	RISCO		-
3.2	GARANTIA		-
4	DESPESAS FINANCEIRAS		-
5	LUCRO		5,00
	BDI Mínimo - CALCULADO		19,38

Observações:

BDI CALCULADO CONFORME ACÓRDÃO Nº 2369/2011 – TCU

Empresas sujeitas ao Regime de Incidência Cumulativa - Contribuição previdenciária sobre Receita Bruta

Acórdão 325/2007 TCU despesas financeiras = zero para prestação de serviços

ISS Mínimo =2%

Para o preenchimento da proposta deve-se utilizar o valor de ISS da Prefeitura Local.



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
DEPARTAMENTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES
COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA: MULHER VIVER SEM VIOLENCIA

ANEXO V - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

VALOR ESTIMADO: Os preços máximos estimados para a prestação de serviços realivos à Contratação de Empresa Especializada para desenvolver Projeto de Engenharia a nível executivo, objeto desta Licitação, foram calculados e extraídos do sítio CAU/BR (<http://honorario.caubr.gov.br>), e constantes nos anexos, totalizando R\$ 502.614,54 (quinhentos e dois mil, seiscentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos)

Produto	Etapa/ Parcela	Tarefas a cumprir para aceite e pagamento da parcela	Prazo de execução da etapa pelo CONTRATADO - Dias corridos	Prazo de análise da etapa pelo CONTRATANTE - Dias corridos	Prazo total da Etapa em dias corridos*	valor da parcela conforme contrato(%)	Custo das etapas(R\$)
Produto 1 (CMB TIPO I - Área 3.671,46m ²)	Primeira	Entrega da versão preliminar da revisão da CMB Tipo I, onde constem as peças gráficas de todas as disciplinas que sofrerão adequações conforme tabela do item 2.1.1 a) das especificações técnicas	20	15	35	40,00%	R\$ 50.750,98
	Segunda	Entrega versão final da revisão da CMB Tipo I, onde constam todas as peças gráficas, de todas as disciplinas que sofrerão adequações conforme tabela do item 2.1.1 a) das especificações técnicas	20	15	35	30,00%	R\$ 38.063,23
	Terceira	Entrega final das memórias de cálculo, memoriais descritivos, especificações técnicas, Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação , que sofrerão adequações conforme tabela do item 2.1.1 a) das especificações técnicas	10	15	25	30,00%	R\$ 38.063,23
	PRAZO E VALOR TOTAL DO PRODUTO 1				95	100,00%	R\$ 126.877,45
Produto 2 (CMB TIPO II - Área 1.186,00m ²)	Primeira	Entrega preliminar da planta de Arquitetura da tipologia II da edificação, conforme especificado no item 3.2 das Especificações Técnicas.	20	15	35	40,00%	R\$ 101.555,59
	Segunda	Entrega do projeto executivo completo de arquitetura, com as plantas dos projetos complementares tipologia II da edificação.	20	15	35	20,00%	R\$ 50.777,80
	Terceira	Entrega dos memoriais descritivos e especificações técnicas da tipologia II da edificação.	20	15	35	20,00%	R\$ 50.777,80

	Quarta	Entrega das Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação tipologia II	20	15	35	20,00%	R\$ 50.777,80
	PRAZO E VALOR TOTAL DO PRODUTO 2			140	100,00%	R\$ 253.888,98	
Produto 3 (CMB TIPO III- Área 269,19m ²)	Primeira	Entrega preliminar da planta de Arquitetura da tipologia III da edificação, conforme especificado no item 3.2 das Especificações Técnicas.	20	15	35	40,00%	R\$ 30.305,32
	Segunda	Entrega do projeto executivo completo de arquitetura, com as plantas dos projetos complementares tipologia III da edificação.	20	15	35	20,00%	R\$ 15.152,66
	Terceira	Entrega dos memoriais descritivos e especificações técnicas da tipologia III da edificação.	10	15	25	20,00%	R\$ 15.152,66
	Quarta	Entrega das Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação tipologia III	10	15	25	20,00%	R\$ 15.152,66
	PRAZO E VALOR TOTAL DO PRODUTO 3			120	100,00%	R\$ 75.763,31	
Produto 4 (CMB TIPO IV - Área 162,21m ²)	Primeira	Entrega preliminar da planta de Arquitetura da tipologia IV da edificação, conforme especificado no item 3.2 das Especificações Técnicas.	20	15	35	40,00%	R\$ 18.433,92
	Segunda	Entrega do projeto executivo completo de arquitetura, com as plantas dos projetos complementares tipologia IV da edificação.	20	15	35	20,00%	R\$ 9.216,96
	Terceira	Entrega dos memoriais descritivos e especificações técnicas da tipologia IV da edificação.	10	15	25	20,00%	R\$ 9.216,96
	Quarta	Entrega das Planilhas de custo, Planilha de BDI, Curva ABC das planilhas de custo e manual de manutenção predial da Edificação tipologia IV	10	15	25	20,00%	R\$ 9.216,96
	PRAZO E VALOR TOTAL DO PRODUTO 4			120	100,00%	R\$ 46.084,80	

Observações: Os prazos de execução serão contados a partir da OS para cada etapa. Os prazos de análise serão contados a partir do formulário de recebimento de produto. Estes prazos foram estimados sem paralização da execução ou análise, caso ocorra evento dissonante do descrito acima o cronograma deverá ser alterado.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Substituição à 0720150013492

1. Responsável Técnico

MAURICIO ARTHUR CORGOSINHO DE MOURA

Título profissional: Engenheiro Eletricista

RNP: 1405750863

Registro: 52278/D-MG

Empresa contratada: 4525 - FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: UNIÃO-SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES

CPF/CNPJ: 05.510.958/0001-41

PRAÇA DOS TRÊS

PODERES, VIA N1 LESTE Número: S/Nº

Bairro: PAVILHÃO DAS METAS CEP: 70150-908

Cidade: BRASÍLIA UF: DF

Complemento:

E-Mail: cassiano.cordeiro@bb.com.br

Fone: (61)31026289

Contrato: 2013.8593.0042

Celebrado em: 17/12/2013

Valor Obra/Serviço R\$: 218.962,93

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

3. Dados da Obra/Serviço

Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), lote

Número: 601

Bairro: Asa Norte

CEP: 70830-010

Cidade: BRASÍLIA

UF: DF

Complemento:

Data de Início: 17/12/2013

Previsão término: 26/03/2014

Coordenadas Geográficas: ,

Finalidade: Comercial

Código/Obra pública:

Proprietário: UNIÃO-SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES

CPF/CNPJ: 05.510.958/0001-46

E-Mail: cassiano.cordeiro@bb.com.br

Fone: (61) 31026289

4. Atividade Técnica

Realização

	Quantidade	Unidade
Projeto Circuito Fechado de TV	29.0000	unidade
Projeto Cabeamento Estruturado	336.0000	unidade
Projeto Sistema de Aterramento	3.671,8600	metros quadrados
Projeto Instalações Elétricas	300.0000	quilovolt-ampére
Projeto Iluminação Emergência	3.671,8600	metros quadrados
Especificação caderno de especificação	3.671,8600	metros quadrados

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Projeto com área de 3671,86m² p/ os Estados: AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO. Projeto elaborado para sistema trifásico BT 380/200v.

6. Declarações

Acessibilidade: Sim: Declaro atendimento às regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

SENGE-DF

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

18 de Junho de 2015

Local:

Data:

MAURICIO ARTHUR CORGOSINHO DE MOURA - CPF: 617.693.206-

87

Marco Alonso P. O. Coutinho

Gabinete de Arquitetura

UNIÃO-SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES -

CPF/CNPJ: 05.510.958/0001-46

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site .. ou www.confef.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Registrada em: 18/03/2015

Valor Pago: R\$ 0,00

Nosso Número/Baixa: andersonli

www.creadf.org.br informacao@creadf.org.br
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619

**1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome: MAIRTON LIMA DE SOUZA HOLANDA

Registro Nacional: A20486-2

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Empresa Contratada: FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

CNPJ: 01.693.698/0001-30

Registro Nacional: 14239-5

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES

CNPJ: 05.510.958/0001-46

Contrato: 2013.8593.0042

Valor: R\$ 218.962,93

Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito público

Celebrado em: 17/12/2013

Data de Início: 17/12/2013

Previsão de término: 26/03/2014

Declaro que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT foram atendidas as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

QUADRA SGAN 601

Nº: 601

Complemento:

Bairro: ASA NORTE

UF: DF CEP: 70830010 Cidade: BRASÍLIA

Coordenadas Geográficas: Latitude: 0

Longitude: 0

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Atividade: 1.10.2 - Caderno de especificações ou de encargos

Quantidade: 3.671,86

Unidade: m²

Atividade: 1.10.3 - Orçamento

Quantidade: 3.671,86

Unidade: m²

Atividade: 1.1.2 - Projeto arquitetônico

Quantidade: 3.671,86

Unidade: m²

Atividade: 1.5.1 - Projeto de instalações hidrossanitárias prediais

Quantidade: 3.671,86

Unidade: m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

5. DESCRIÇÃO

: Elaboração de Projetos padrão de Arquitetura,Hidrossanitário,Planiilha Orçamentária e caderno de especificação para instalação da Casa da Mulher do SPM com área de 3.671,86m² p/ os Estados do Brasil AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES,GO, MA, MT, MS,MG,PA, PB,PR,PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR,SC,SP, SE, TO

6. VALOR

Este RRT é isento de taxa



7. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local

_____ de

Mês

Ano

SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES
CNPJ: 05.510.958/0001-46

MAIRTON LIMA DE SQUZA HOLANDA
CPF: 277.673.702-59

JONATHAS GOMES DE SOUZA
Arquiteto e Urbanista CAD A833606-6
Gerente Seletor de Engenharia



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

EDUARDO STAHLHOFER

Título profissional: Engenheiro Civil

Substituição à 0720140028203

RNP: 2200813392

Registro: 93259/D-RS

Empresa contratada: 4525 - FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: UNIÃO - SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES

CPF/CNPJ: 05.510.958/0001-46

PRAÇA DOS TRÊS

PODERES, VIA N1 LESTE Número: S/Nº

Bairro: PAVILHÃO DAS METAS CEP: 70150-908

Cidade: BRASÍLIA UF: DF

Complemento:

E-Mail: tiago.rodriguez@bb.com.br

Fone: (61)31026289

Contrato: 2013.8593.0042

Celebrado em: 17/12/2013

Valor Obra/Serviço R\$:

218.962,93

Vinculada a ART.

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

3. Dados da Obra/Serviço

DIVERSOS

Número: DIV

Bairro: DIVERSOS

CEP: 70830-010

Cidade: DIVERSAS

UF: DF

Complemento:

Data de Início: 17/12/2013

Previsão término: 26/03/2014

Coordenadas Geográficas: ,

Finalidade: Comercial

Código/Obra pública:

Proprietário: UNIÃO - SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES

CPF/CNPJ: 05.510.958/0001-46

E-Mail: leandro.queiroz@bb.com.br

Fone: (61) 31026289

4. Atividade Técnica

Realização

Projeto Estrutura Mista

Quantidade

Unidade

3.671,8600 metros quadrados

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de projeto de EST, com área de 3671,86m² p/ os Estados do Brasil AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO.

6. Declarações

Acessibilidade: Sim: Declaro atendimento às regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

SENGE-DF

9. Informações

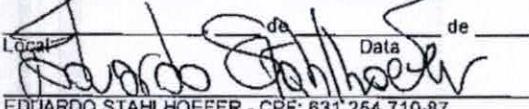
- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site .. ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local: _____ de _____ de _____

 EDUARDO STAHLHOFER - CPF: 631.254.710-87

UNIÃO - SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES -
 CPF/CNPJ: 05.510.958/0001-46
 Gerente de Área Eng.

CREA-DF 0720150010497

www.creadf.org.br informacao@creadf.org.br

Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619



Registrada em: 05/03/2015 Valor Pago: R\$ 67,68 Nossa Número/Baixa: 0115008184

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 000007873786
INICIAL
INDIVIDUAL

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: VALERIA AVANCI PEREIRA LAVAL SILVA

Registro Nacional: A25885-7

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: SPM/PR

Documento de identificação: 05510958000146

Contrato:

Valor Contrato/Honorários: R\$ 0,00

Tipo de Contratante: Órgão Público

Celebrado em: 01/06/2018 Data de Início: 01/06/2018 Previsão de término: 31/01/2019

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

Endereço: QUADRA 2

Nº: 7

Complemento:

Bairro: ASA SUL

UF: DF CEP: 70070120 Cidade: BRASÍLIA

Coordenadas Geográficas: Latitude: 0 Longitude: 0

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Grupo de Atividade: 1 - PROJETO

Subgrupo de Atividade: 1.1 - ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES

Atividade: 1.1.2 - Projeto arquitetônico

Quantidade: 1.620,00

Unidade: m²

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

5. DESCRIÇÃO

Desenvolvimento de ante projeto para edificação da Casa da Mulher Brasileira - Tipologias II , III e IV a partir da Tipologia I. Para anexo de Diretrizes Programáticas do Programa Mulher Viver sem Violência.

6. VALOR

Valor do RRT: R\$ 94,76 Pago em: 06/02/2019

Total Pago: R\$ 94,76

7. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

_____, _____ de _____
Local Dia Mês Ano

SPM/PR

Documento de identificação: 05510958000146

VALERIA AVANCI PEREIRA LAVAL SILVA

CPF: 034.329.607-19



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA
Sede II do Banco do Brasil, Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco H, Lote 8
Brasília, DF. CEP 70070-120. - <http://www.mdh.gov.br>

PROCESSO Nº 00135.218344/2019-66

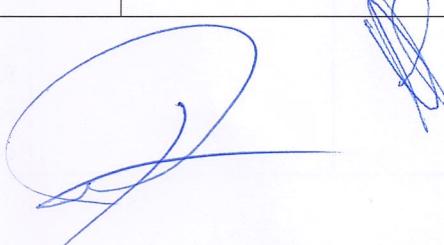
Anexo I do PB - Premissas da Revisão Tipo I (0896232)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PROJETISTA DE ARQUITETURA/ENGENHARIA

Tabela I – Revisão/Atualização/Adequação no Projeto Executivo Padrão da CMB Tipo I

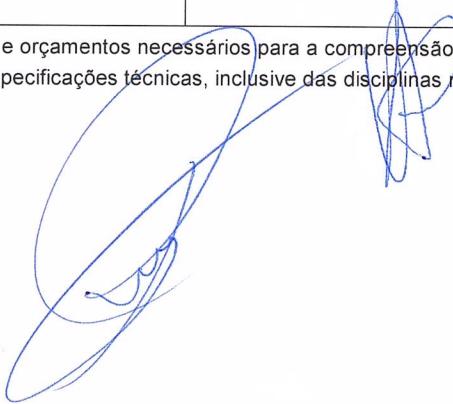
Disciplina do Projeto Executivo	Local/Referencia	Alteração	Problema a solucionar /Resultado esperado
Arquitetura	Coberturas Blocos de I a VI e Bloco de Serviços	Promover ajustes no projeto de águas pluviais - reposicionar calhas e descidas de águas pluviais, alterando a posição das calhas de forma a reposicionar-las para que essas não se projetem sobre o interior da edificação, sem alterar a fachada ou estética do projeto ou que fiquem desalinhadas dos pilares;	Questão a resolver: manutenção das calhas - quando há falha na limpeza das calhas, há inundação das salas, pois as descidas estão sob o forro, no interior das salas. Espera-se que com o deslocamento das descidas para o exterior não haja mais este risco
	Telhados curvos coloridos	Promover alteração das especificações de materiais e estrutura para, sem comprometer a segurança e as proporções do edifício, torná-la mais leve e com um custo menor.	A cobertura curva é marca registrada da Casa, porém o projeto original ficou muito pesado (KG) e dispendioso, seu custo hoje representa 15% do total da obra, nossa meta é baixar este custo para no máximo 8%.
	Reorganização de leiaute da Recepção	Propor nova distribuição de espaços na recepção, para um acolhimento mais discreto, utilizando elementos aconchegantes.	Nas casas em funcionamento há reclamação de que a recepção é muito devassada e transmite pouca sensação de acolhimento;
	Compatibilização dos Projetos de todas as disciplinas com a arquitetura	Revisão das especificações, detalhes e cotas com compatibilização de todos os projetos, memoriais e orçamento.	Temos falta de algumas especificações de materiais nas pranchas do executivo.
		Revisão de quantitativos de todos os projetos e complementares com	Nas obras já realizadas tivemos muitos aditivos por quantitativos


		apresentação de memória de calculo	erros registrados na planilha orçamentária
Elétrica/Lógica	Relocação de todos os pontos de lógica/elétrica do piso	Rever localização dos pontos que ainda estiverem projetados para piso de modo que sejam relocados para as paredes mais próximas	O piso é cerâmico, e as pessoas insistem em jogar água para limpeza, o que provoca muitos problemas de manutenção. Objetivo é acabar com esses pontos no piso.
	Geral	Projetar subestação abrigada - Não há no Original	Como tem um custo considerável, prefere-se ter o projeto pronto para usar em caso de necessidade do que não ter e precisar complementar;
	Área Externa	Prever em quadro de luz específico previsão de circuitos de reserva para áreas externas	A reserva permitirá que se adapte o quadro a cada localidade onde o projeto será replicado.
	Geral	Revisão do projeto para voltagem 220V e desenvolvimento de versão em 110 V	Temos somente a versão em 220V, e também é necessária versão em 110 V
Ar Condicionado	Geral	Prever aquecimento para as casas da região sul	Melhoria no conforto ambiental
	Geral	Rever quantidade de evaporadoras e condensadoras de modo a optimizar o uso	Solução visa atendimento de salas sem o equipamento e facilidade na manutenção
Hidro sanitário	Castelo d'água e distribuição	Atualmente o castelo d'água metálico está dividido em duas colunas de distribuição independentes, pois foi projetado para utilizar águas de reuso de chuva. O novo reservatório deverá ser único, apenas uma coluna de distribuição. Não deverá prever reuso.	O projeto está incorreto, pois o reservatório de reuso foi retirado do padrão e não foi feita a correção oportunamente.
	Caixas de Gordura	Existem algumas caixas de gordura e ralos que estão mal posicionados.	Melhoria para limpeza e salubridade dos ambientes.



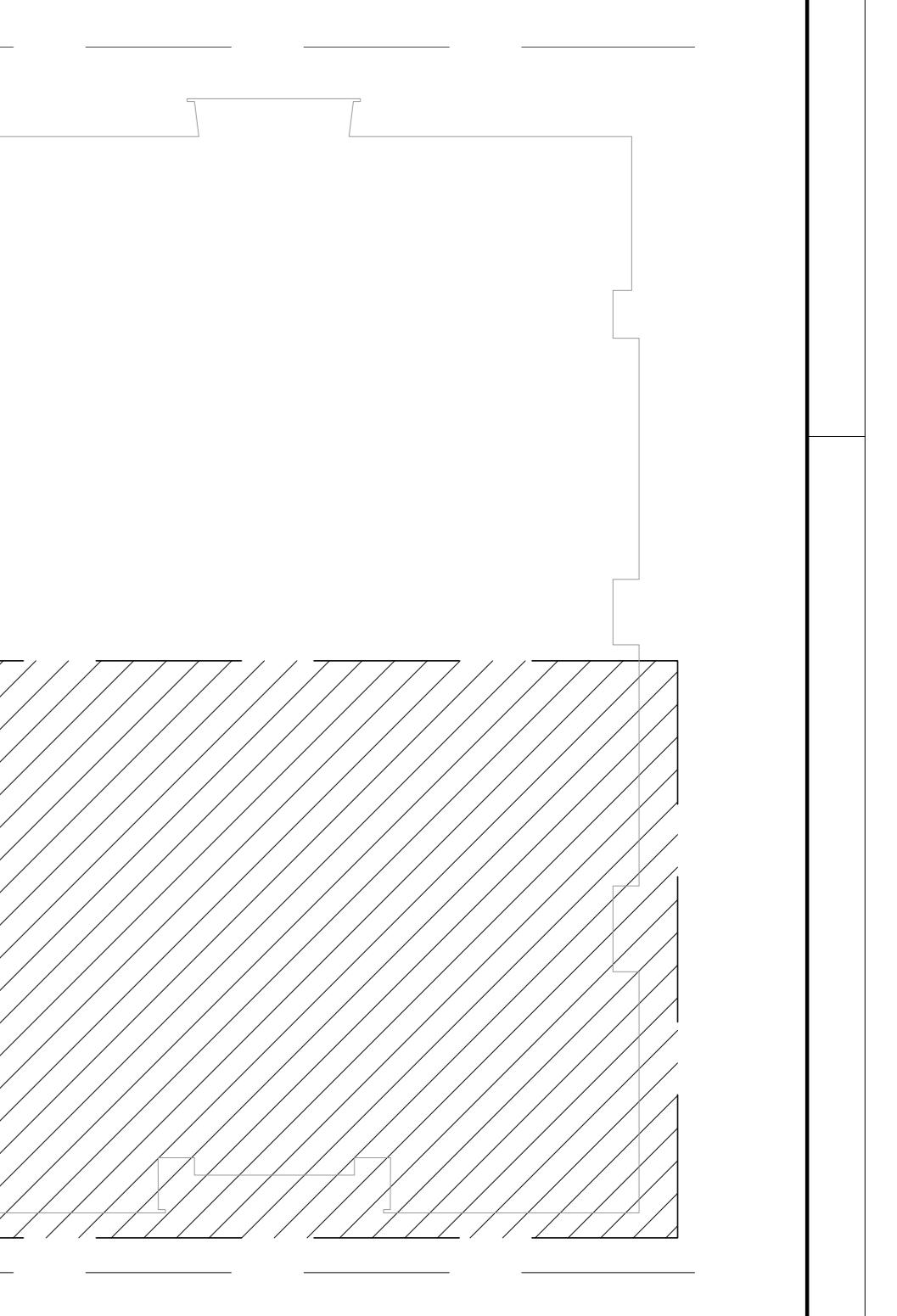
Estrutural	Geral	<p>Todo o sistema estrutural deverá ser modificado para pórtico de pilares, lajes e vigas de concreto armado, da mesma forma que as vigas baldrame, contra vergas, vigas de amarração e etc.</p>	<p>O projeto original previa alvenaria estrutural que traria um ganho no prazo de execução, contudo não se mostrou uma solução com a rapidez prevista, pois que requer mão de obra qualificada e alto controle de qualidade, por isso propõe-se trocar o tipo de estrutura do edifício, mantendo a estrutura metálica para as coberturas.</p>
------------	-------	--	---

* Todas as peças gráficas, memoriais, planilhas, cronogramas, cálculos e orçamentos necessários para a compreensão do projeto após as atualizações descritas acima, deverão ser entregues conforme as especificações técnicas, inclusive das disciplinas não elencadas acima.

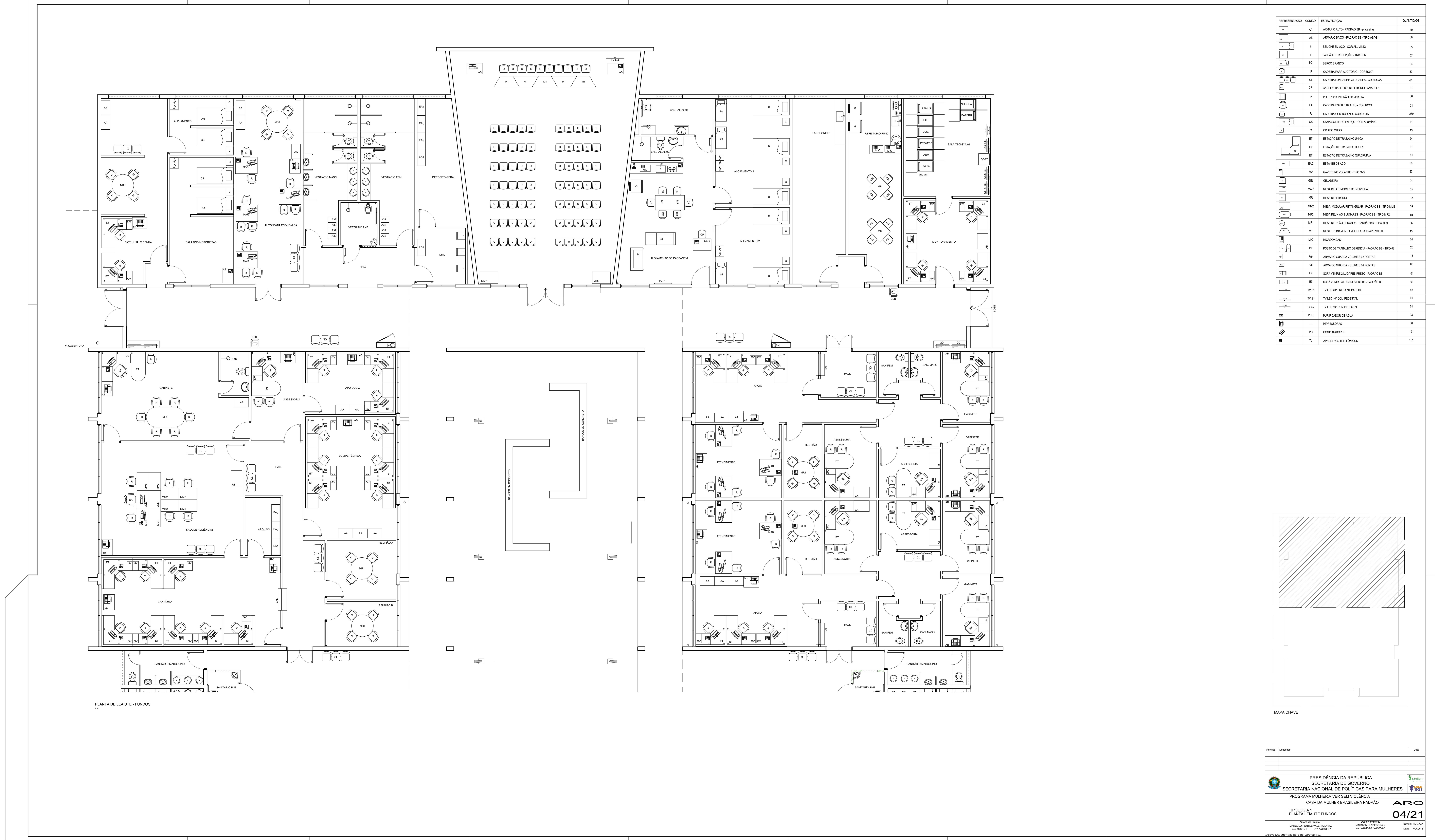


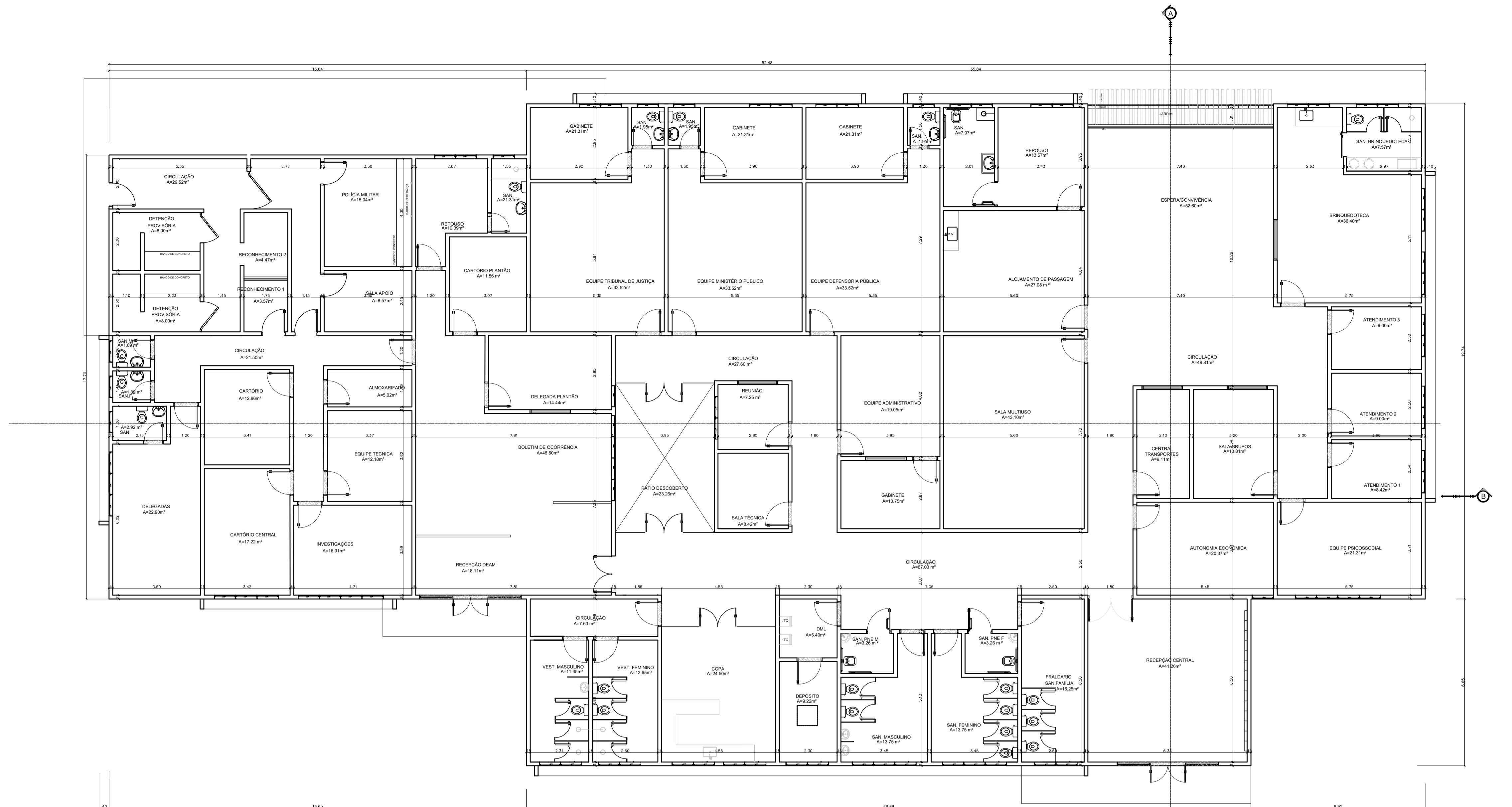


REPRESENTAÇÃO	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
AA	ARMÁRIO ALTO - PADRÃO BB	prateleira	40
AB	ARMÁRIO BAIXO - PADRÃO BB	TIPO ABAB	60
B	BELCHE EM AÇO - COR ALUMINIO		05
T	BALCÃO DE RECEPÇÃO - TRIAGEM		07
BC	BENCO BRANCO		04
U	CADERNA PARA AUDITÓRIO - COR ROXA		60
CL	CADERNA LONGARINA 3 LUGARES - COR ROXA		44
CR	CADERNA BASE FIXA REFEITORIO - AMARELA		31
P	POLTRONA PADRÃO BB - PRETA		06
EA	CADERNA ESPALDAR ALTO - COR ROXA		21
R	CADERNA COM RODIZIO - COR ROXA		270
CS	CAMA SÓLERA EM AÇO - COR ALUMINIO		11
C	CRISTAL MURO		13
ET	ESTAÇÃO DE TRABALHO UNICA		24
ET	ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA		11
ET	ESTAÇÃO DE TRABALHO QUADRUPLA		01
EAC	ESTANTE DE AÇO		08
GV	GAVERERO VOLANTE - TIPO GV2		83
GEL	GELADEIRA		04
MAR	MESA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL		35
MR	MESA DE REFEITÓRIO		04
MR2	MESA MODULAR RETANGULAR - PADRÃO BB - TIPO MR2		14
MR2	MESA REUNIÃO 8 LUGARES - PADRÃO BB - TIPO MR2		04
MR1	MESA REUNIÃO REDONDA - PADRÃO BB - TIPO MR1		06
MT	MESA REUNIÃO MODULADA TRAPEZOIDAL		15
MIC	MICROONDAS		04
PT	POSTO DE TRABALHO GERÊNCIA - PADRÃO BB - TIPO 02		20
Agr	ARMÁRIO GUARDA VOLUMES 02 PORTAS		13
A2	ARMÁRIO GUARDA VOLUMES 04 PORTAS		08
E2	SOFÁ VENIRE 2 LUGARES PRETO - PADRÃO BB		01
E3	SOFÁ VENIRE 3 LUGARES PRETO - PADRÃO BB		01
TV PH	TV LED 40" PRESA NA PAREDE		03
TV SI	TV LED 40" COM PEDESTAL		01
TV S2	TV LED 50" COM PEDESTAL		01
PUR	PURIFICADOR DE ÁGUA		03
—	IMPRESSORAS		36
PC	COMPUTADORES		121
TL	APARELHOS TELEFÔNICOS		131



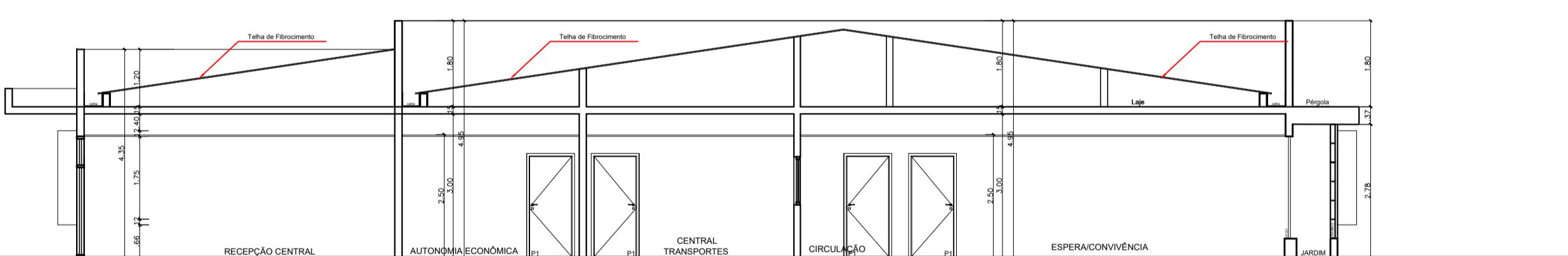
Referência	Descrição	Data
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA DE GOVERNO SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLENCIA CASA DA MULHER BRASILEIRA PADRÃO		





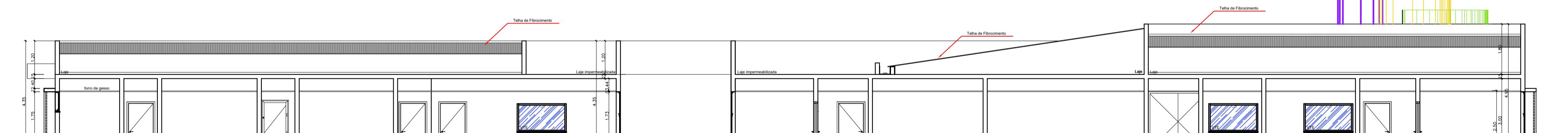
Planta Baixa
Escala 1:100

Escala 1:10



Corte AA
Escala 1:100

Escala 1:1



 Corte BB
Escala 1:100

 Escala 1:10

Descrição	Data



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA
E DOS DIREITOS HUMANOS

GRAMA MULHER: VIVER SEM VIOLÊNCIA

DA MULHER BRASILEIRA

PROJETO PADRÃO - TIPO II

TA BAIXA - CORTES AA/BB

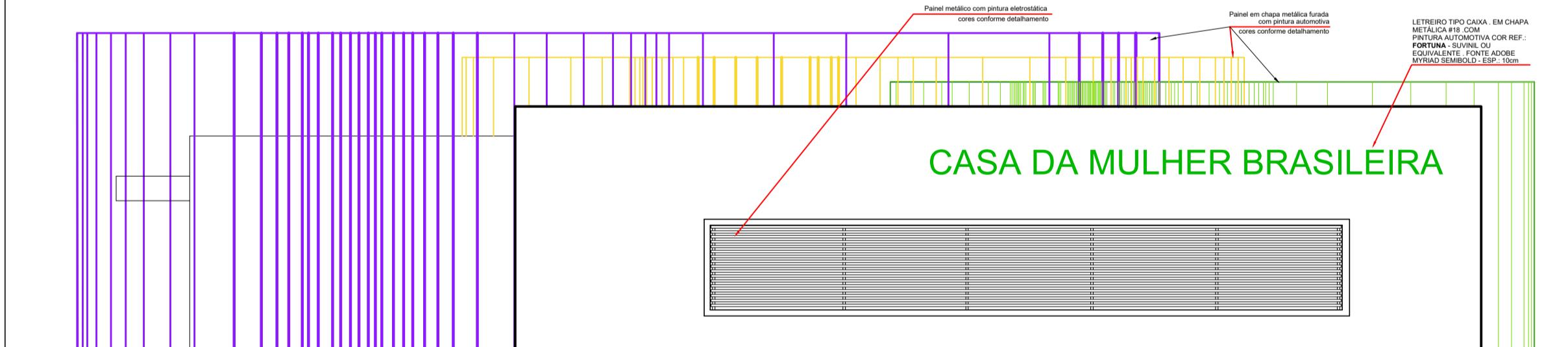
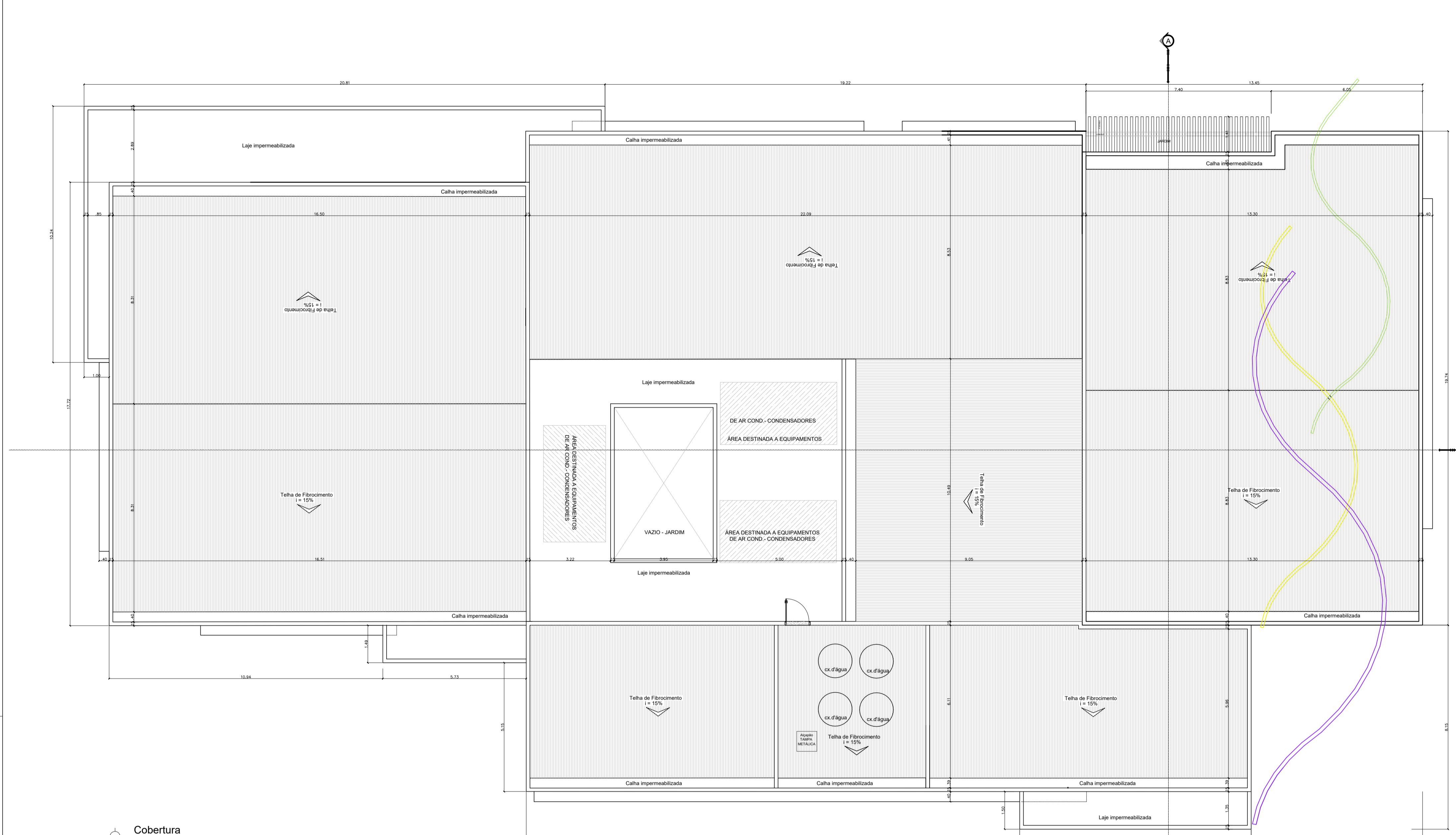
TOTAL: 1.186,00 m²

ARQ

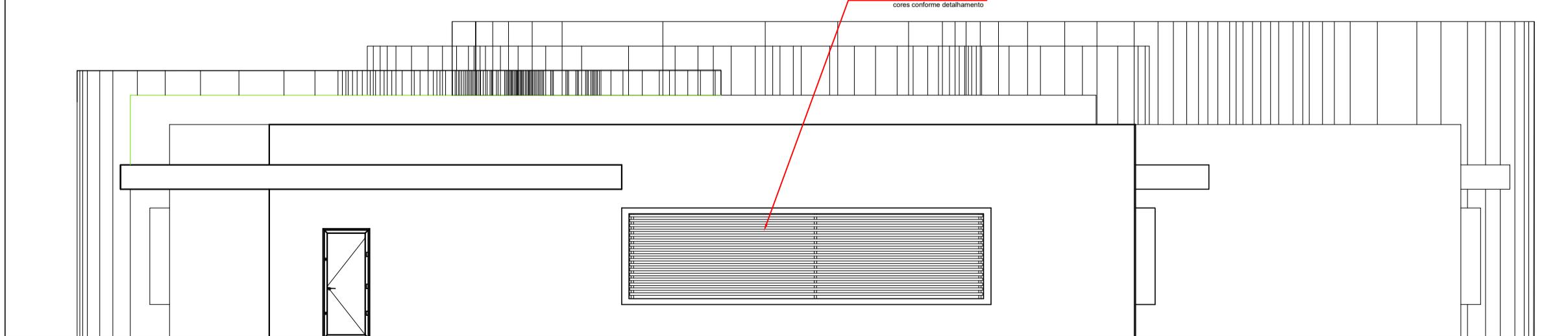
01/03

Escala: INDICADA

Data: JUN/2019



Fachada frontal
Escala 1:100



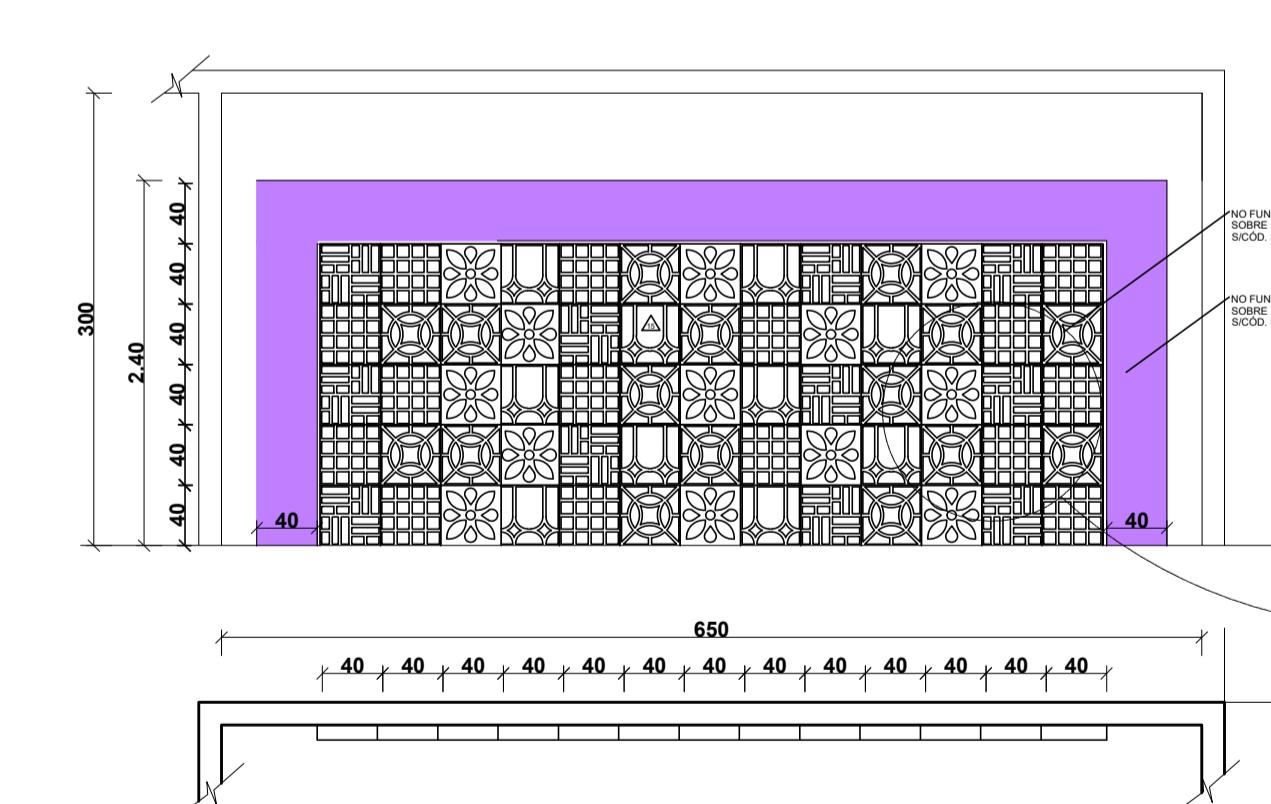
Fachada Posterior
Escala 1:100

CASA DA MULHER BRASILEIRA

LETRERO TIPO CAIXA EM CHAPA METÁLICA
#10 COM
PINTURA AUTOMOTIVA COR REF.: FORTUNA -
SULFUR AUTOMOTIVA COR REF.: FONTE ADOBE
MVRVAD SEMBOLD - ESP. 10cm

Detalhe letreiro fachada

Escala 1:50



03	02	04	05	02	01	04	05	03	01	04	03	02
02	01	01	04	03	05	01	02	04	05	01	02	01
03	02	04	05	02	01	04	05	03	01	04	03	02
02	01	01	04	03	05	01	02	04	05	01	02	01
03	02	04	05	02	01	04	05	03	01	04	03	02

Detalhe Recepção- Parede de cobogós
várias escadas

CBG COBOGÓ PRÉ MOLDADOS BRASIL COBOGÓ 01 - QUATRO PONTAS 16 FUROS/ COBOGÓ 02 - QUADRADO/ COBOGÓ 03 - TACO CHINÉS / COBOGÓ 04 - COBOGÓ MARGARIDA E COBOGÓ 05 - ALVORADA - VIDE DETALHAMENTO



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA
E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
PROGRAMA MULHER: VIVER SEM VIOLENCIA
CASA DA MULHER BRASILEIRA
ANTE PROJETO PADRÃO - TIPO II
PLANTA DE COBERTURA/FACHADAS/DET
ÁREA TOTAL 1.186,00 m²

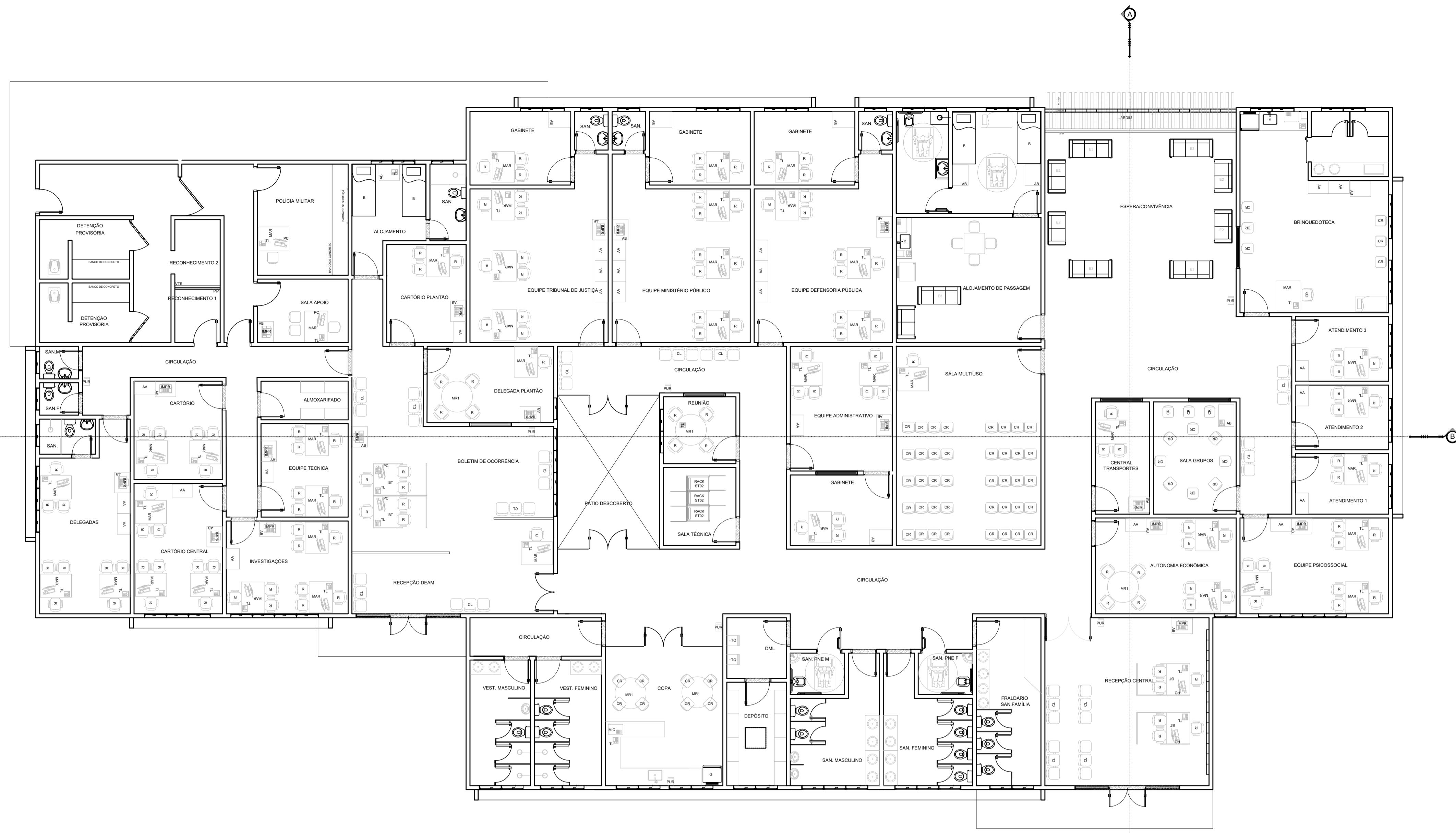
Autoria do Projeto
VALÉRIA LALAU
CAU A258851-7

Escala: INDICADA
Data: JUN/2019

ARQ
02/03

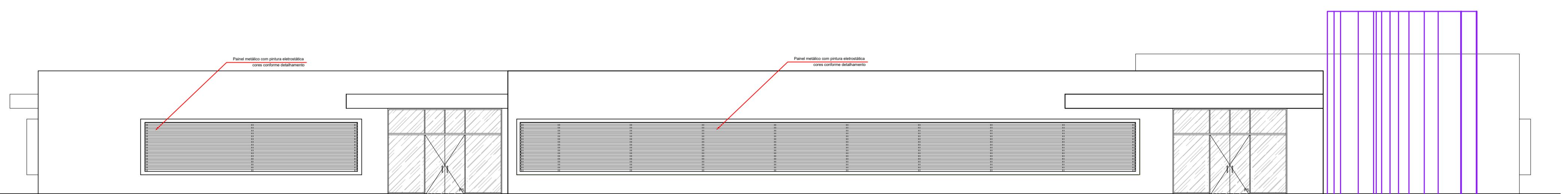
Escala: INDICADA
Data: JUN/2019

ARQUIVO DWG: CMB T II.dwg

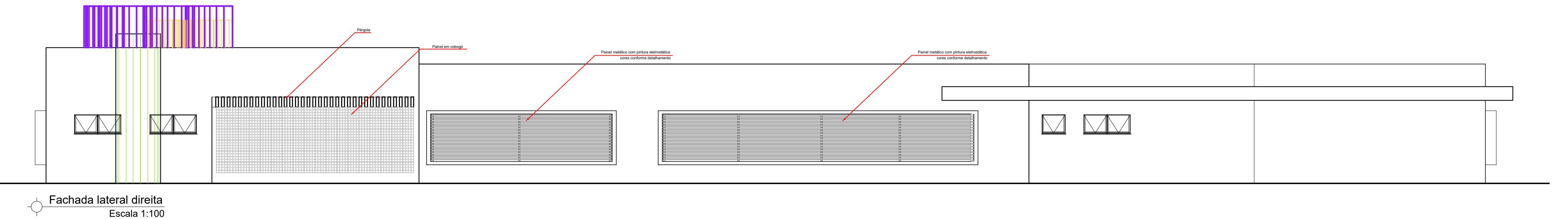


 Leiaute
Escala 1:100

Escala 1:100



 Fachada lateral esquerda
Escala 1:100



Revisão	Descrição	Data



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA
E DOS DIREITOS HUMANOS

**PROGRAMA MULHER: VIVER SEM VIOLENCIA
ASA DA MULHER BRASILEIRA
ANTE PROJETO PADRÃO - TIPO II
PLANTA DE LEIAUTE/FACHADAS/DET
AREA TOTAL 1.186,00 m²**

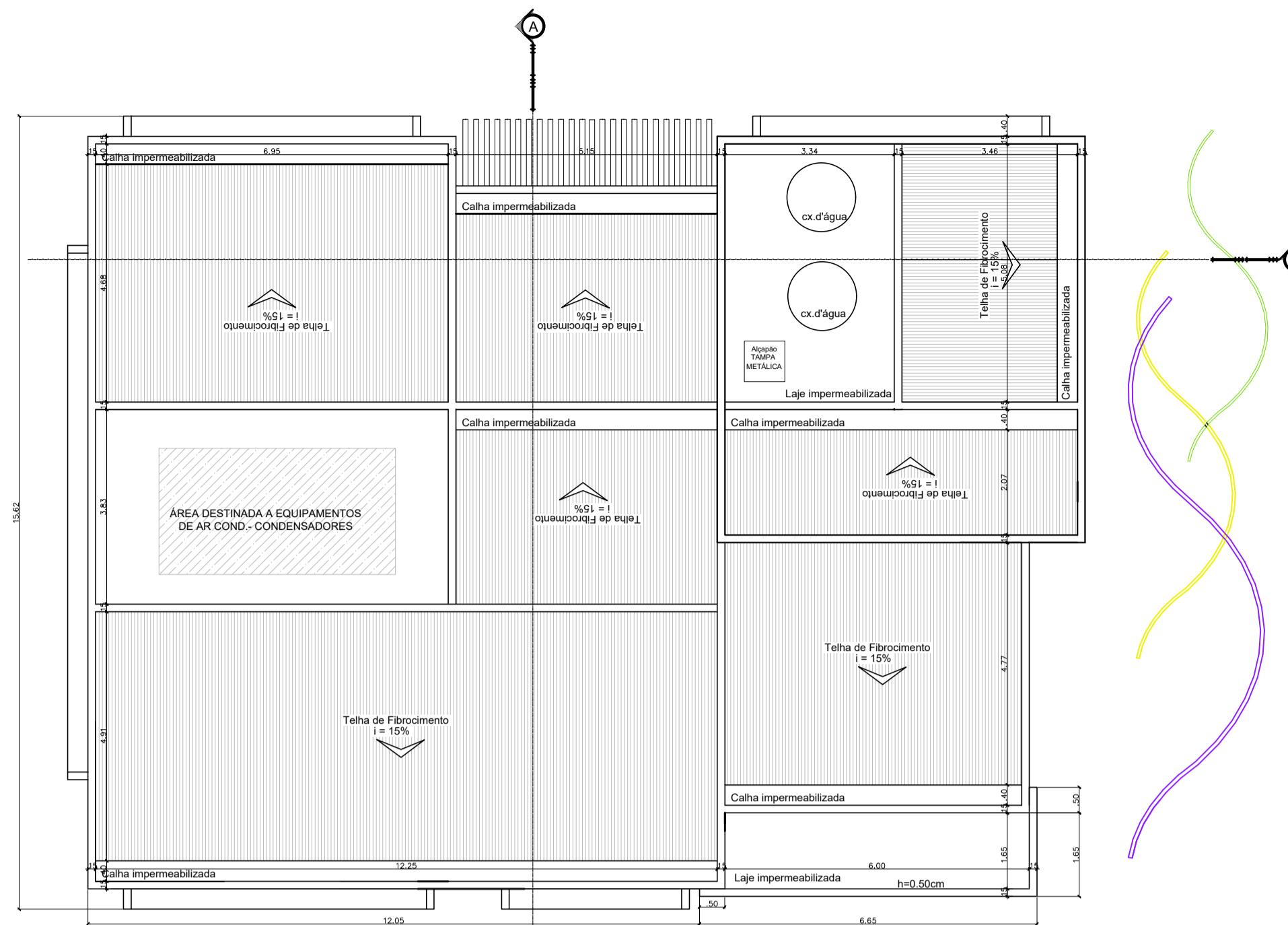
 Mulher
e Cidadania

ARQ
03/03

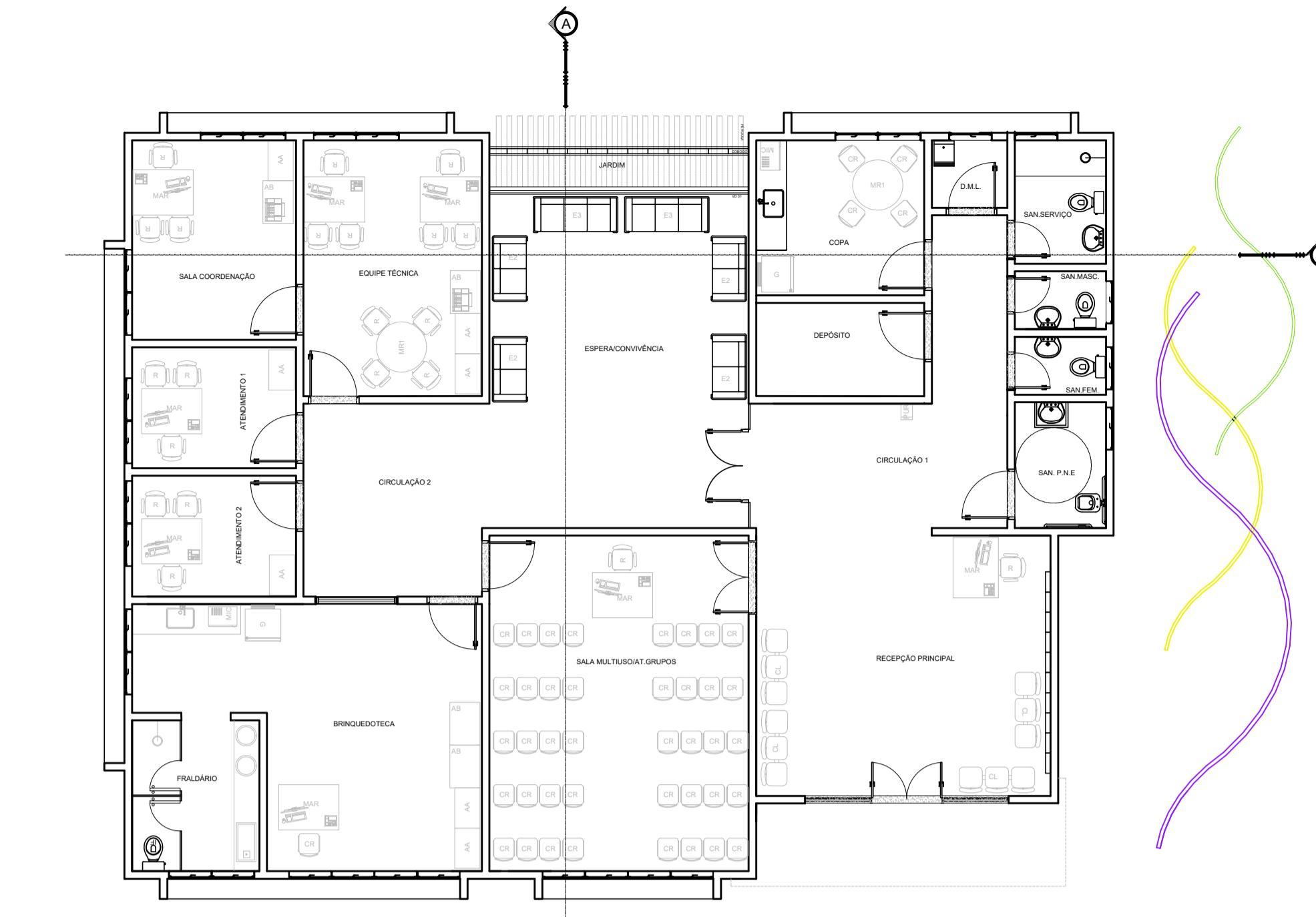
Escala: INDICADA

Data: JUN/2019

ENTRADEA DE MOBILIÁRIO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	AA	ARMÁRIO ALTO - PADRÃO BB - TIPO AA	17
	AB	ARMÁRIO BAIXO	21
	BÇ	BERÇO	02
	B	BELICHE	04
	R	CADEIRA COM RODÍZIO - COR ROXA	137
	CR	CADEIRA FIXA - REFEITÓRIO / AUDITORIO	70
	CL	CADEIRA ESPERA 3 LUGARES - LONGARINA	15
	E3	ESTOFADO 3 LUGARES	05
	E2	ESTOFADO 2 LUGARES	05
	G	GELADEIRA	03
	MIC	MICROONDAS	03
	PUR	PURIFICADOR DE ÁGUA PNE	09
	TEL	APARELHOS TELEFÔNICOS	54
	PC	COMPUTADORES	48
	IMPR	IMPRESSORA	17

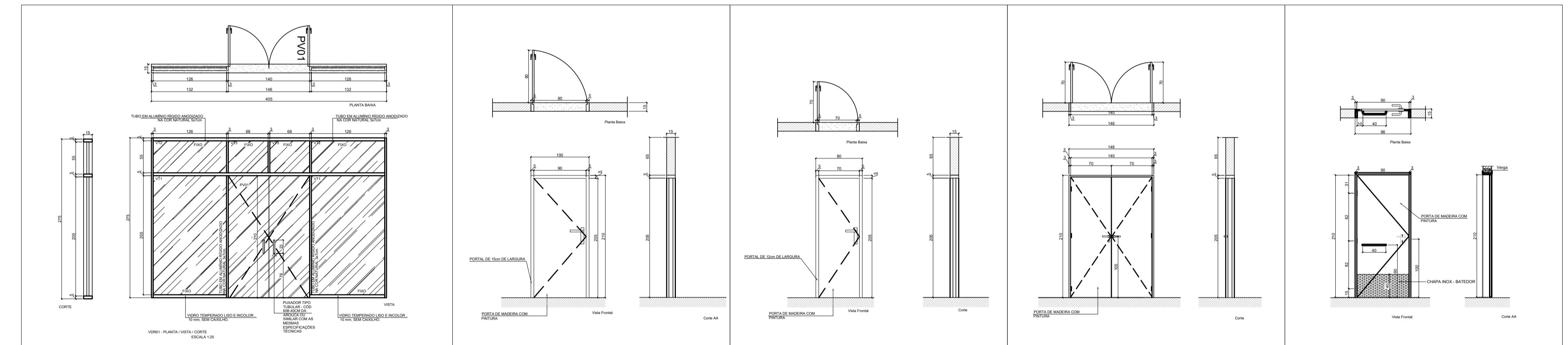


 Planta de Cobertura
Escala 1:100

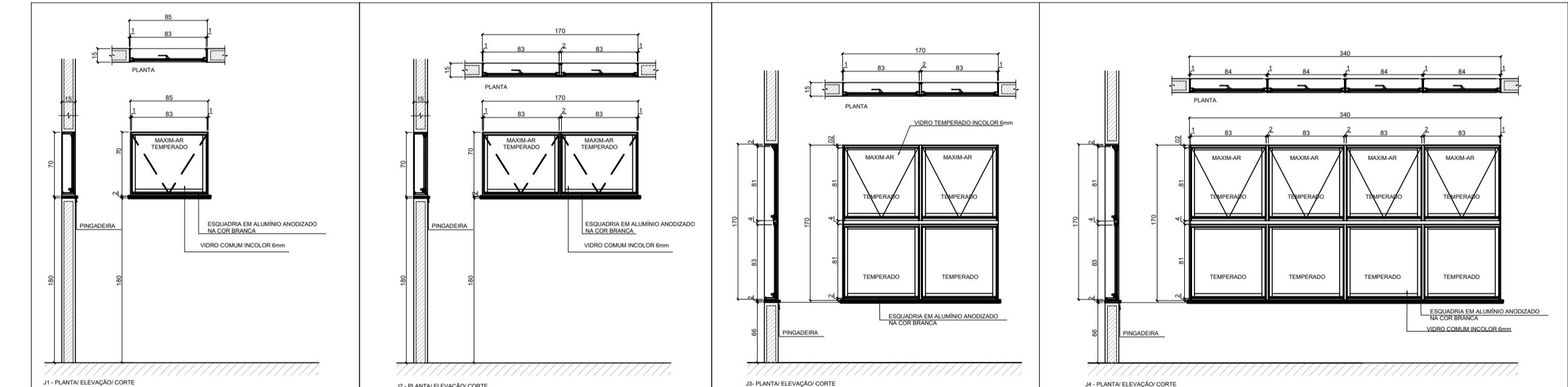


 **Leiaute**
Escala 1:100

REPRESENTAÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	AA	ARMÁRIO ALTO - PADRÃO BB - TIPO AA	07
	AB	ARMÁRIO BAIXO	02
	R	CADEIRA COM RODÍZIO - COR ROXA	21
	CR	CADEIRA FIXA - REFEITÓRIO / AUDITORIO	45
	CL	CADEIRA ESPERA 3 LUGARES - LONGARINA	04
	G	GELADEIRA	02
	MAR	MESA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL	08
	MR1	MESA DE REUNIÃO 4 LUG - D = 1.00 M	02
	E3	ESTOFADO 3 LUGARES	02
	E2	ESTOFADO 2 LUGARES	02
	MIC	MICROONDAS	02
	PUR1	PURIFICADOR DE ÁGUA PNE	01
		APARELHOS TELEFÔNICOS	08
		COMPUTADORES	06
		IMPRESSORA	01



 Portas
Escala 1:50



Janelas
Escala 1:5

QUADRO DE ABERTURAS													
QUANTITATIVO GERAL PORTAS DE MADEIRA OBS: BONECA DE PORTAS QUANDO NÃO INDICADAS SERÃO DE 10CM.						ESQUADRIA EM ALUMÍNIO ANODIZADO NA COR BRANCA / ESQUADRIA METÁLICA PUXADOR COM TRAVA PARA JANELAS MAXIM-AR - LINHA INOVA DA ALCOA OU EQUIVALENTE							
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTID.	LARG.(m)	ALT.(m)	OBS.	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTID.	LARG.(m)	ALT.(m)	PEIT.(m)	OBS.	
P1	POR TA DE MADEIRA	08	0,90	2,10	POR TA DE MADEIRA COM PINTURA		J1	JANELA EM ALUMÍNIO	05	0,85	0,70	1,80	MAXIM-AR - VIDRO TEMPERADO INCOLOR 06mm
P2	POR TA DE MADEIRA	03	0,70	2,10	POR TA DE MADEIRA COM PINTURA		J2	JANELA EM ALUMÍNIO	01	1,70	0,70	1,80	MAXIM-AR - VIDRO TEMPERADO INCOLOR 06mm
P3	POR TA DE MADEIRA	01	1,40	2,10	POR TA DE MADEIRA COM PINTURA CONFORME DETALHAMENTO - FOLHA DUPLA		J3	JANELA EM ALUMÍNIO	02	1,70	1,70	0,66	MAXIM-AR - VIDRO TEMPERADO INCOLOR 06mm
P4	POR TA DE MADEIRA ACESSÍVEL	01	0,90	2,10	POR TA DE MADEIRA COM PINTURA - PORTA ACESSÍVEL COM CHAPA DE INOX PARA PROTEÇÃO- BATEDOR		J4	JANELA EM ALUMÍNIO	06	3,40	1,70	0,66	MAXIM-AR - VIDRO TEMPERADO INCOLOR 06mm
PV1	POR TA DE VIDRO	01	1,40	2,10	POR TA DE VIDROS TEMPERADOS COR CRISTAL, ESPESSURA 10 mm - FOLHA DUPLA		VT1	VIDRO TEMPERADO	02	1,26	2,05	-	VIDRO TEMPERADO, 10mm. INCOLOR E JATEADO FOSCO OU COM PELÍCULA JATEADA FOSCA
							VT2	VIDRO TEMPERADO	02	1,26	0,55	-	VIDRO TEMPERADO, 10mm. INCOLOR E JATEADO FOSCO OU COM PELÍCULA JATEADA FOSCA
							VT3	VIDRO TEMPERADO	02	0,68	0,55	-	VIDRO TEMPERADO, 10mm. INCOLOR E JATEADO FOSCO OU COM PELÍCULA JATEADA FOSCA
							VD01	VIDRO TEMPERADO	01	5,15	2,00	-	VIDRO TEMPERADO, 10mm. INCOLOR

NOTAS
CAIXILHOS DA RECEPÇÃO - ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL
TODAS AS DEMAIS JANELAS E PORTAS DE ALUMÍNIO TERÃO ACABAMENTO ANODIZADO BRANCO
TODAS AS PORTAS DE MADEIRA SERÃO PINTADAS COM ESMALTE SINTÉTICO SEMI- BRILHO

Revisão	Descrição	Data



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA
E DOS DIREITOS HUMANOS

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES

PROGRAMA MULHER·VIVER SEM VIOLÊNCIA

PROGRAMA MULHER: VIVER SEM VIOLENCIA

CASA DA MULHER BRASIL FIRA

CASA DA MULHER BRASILEIRA ANTE PROJETO PADRÃO - TIPO III

PLANTA COBERTURA/LEIAUTE/ESQUADRIA

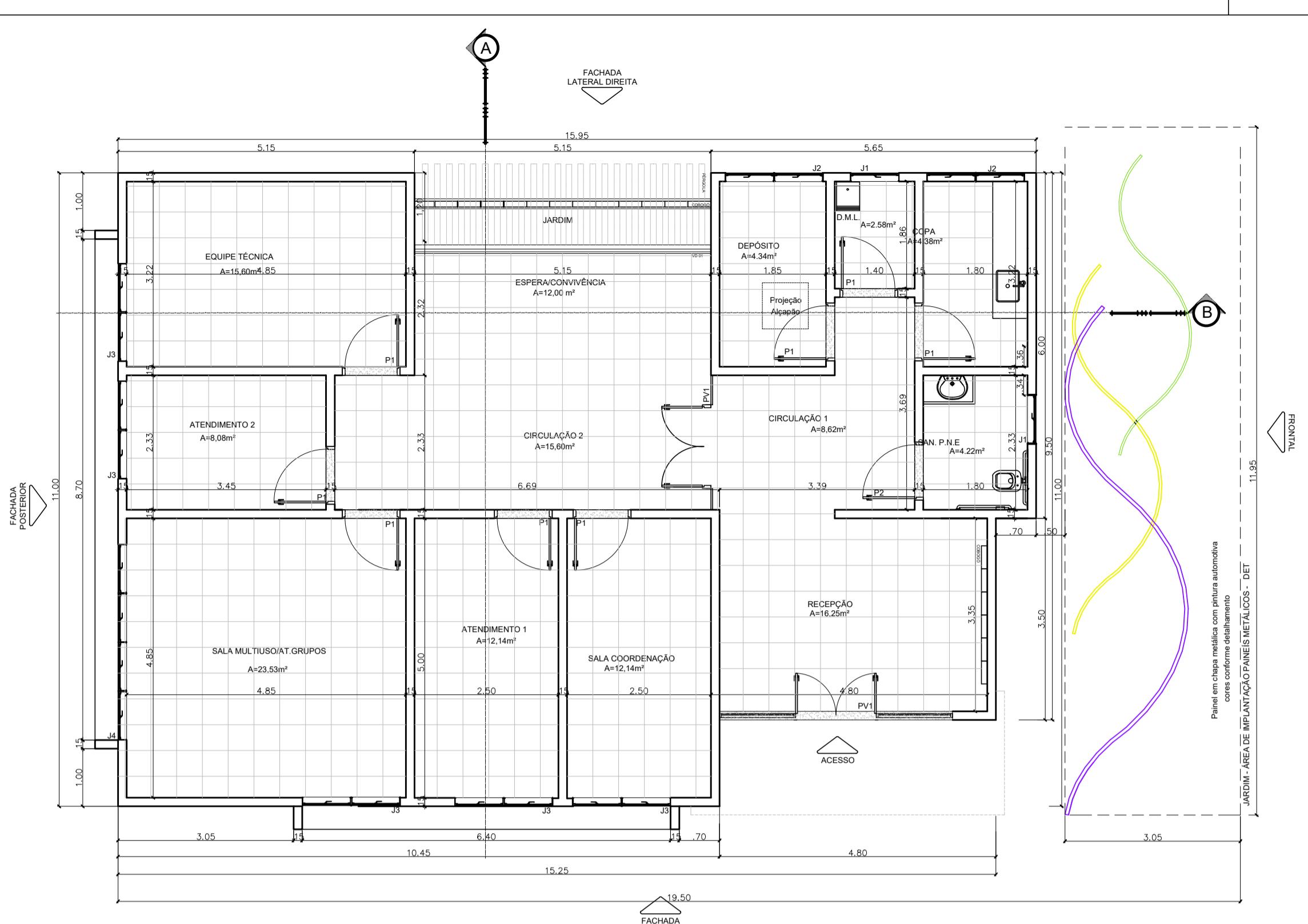
ÁREA CONSTRUÍDA 269,19 M²

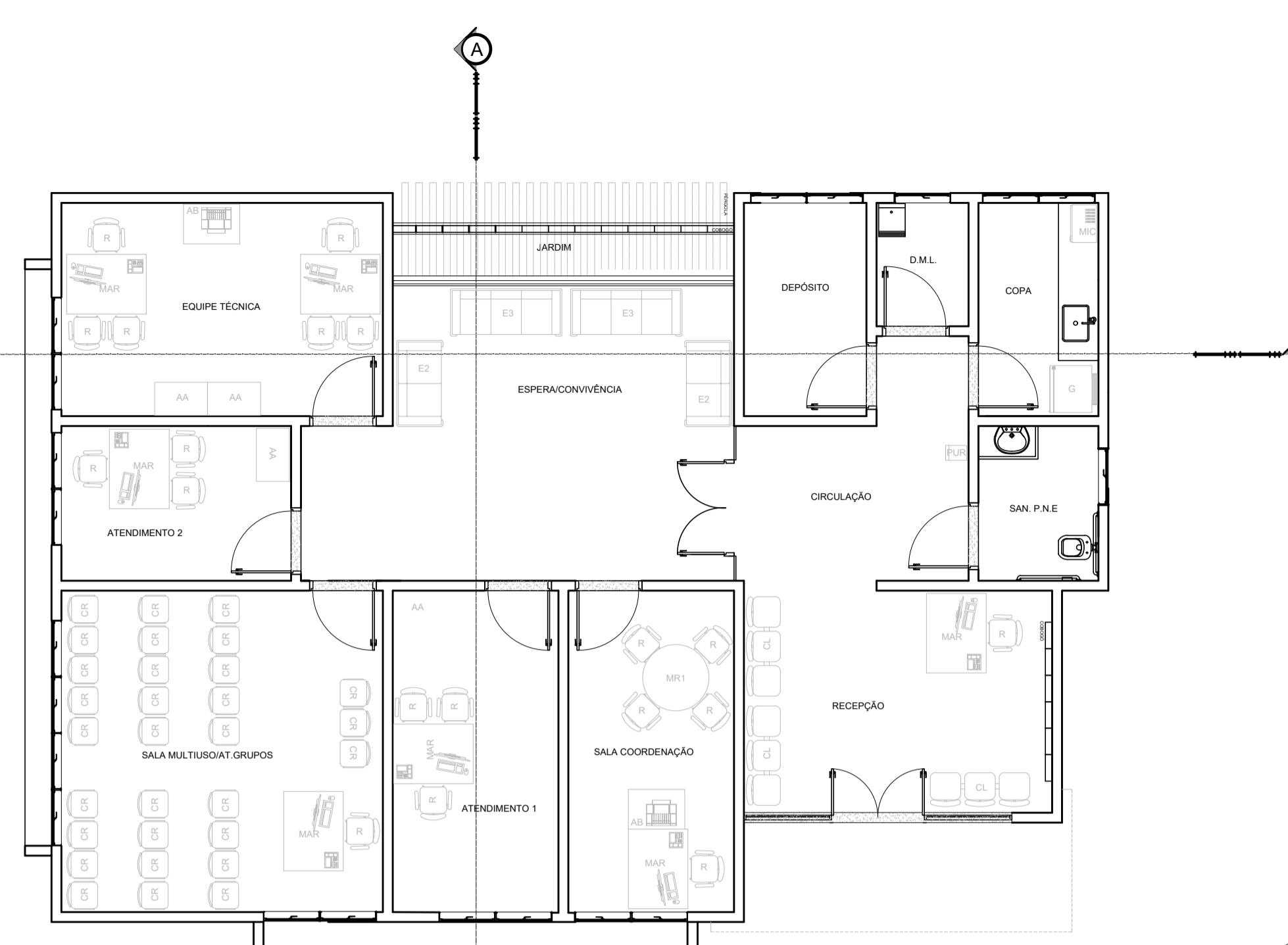
APR

ARG

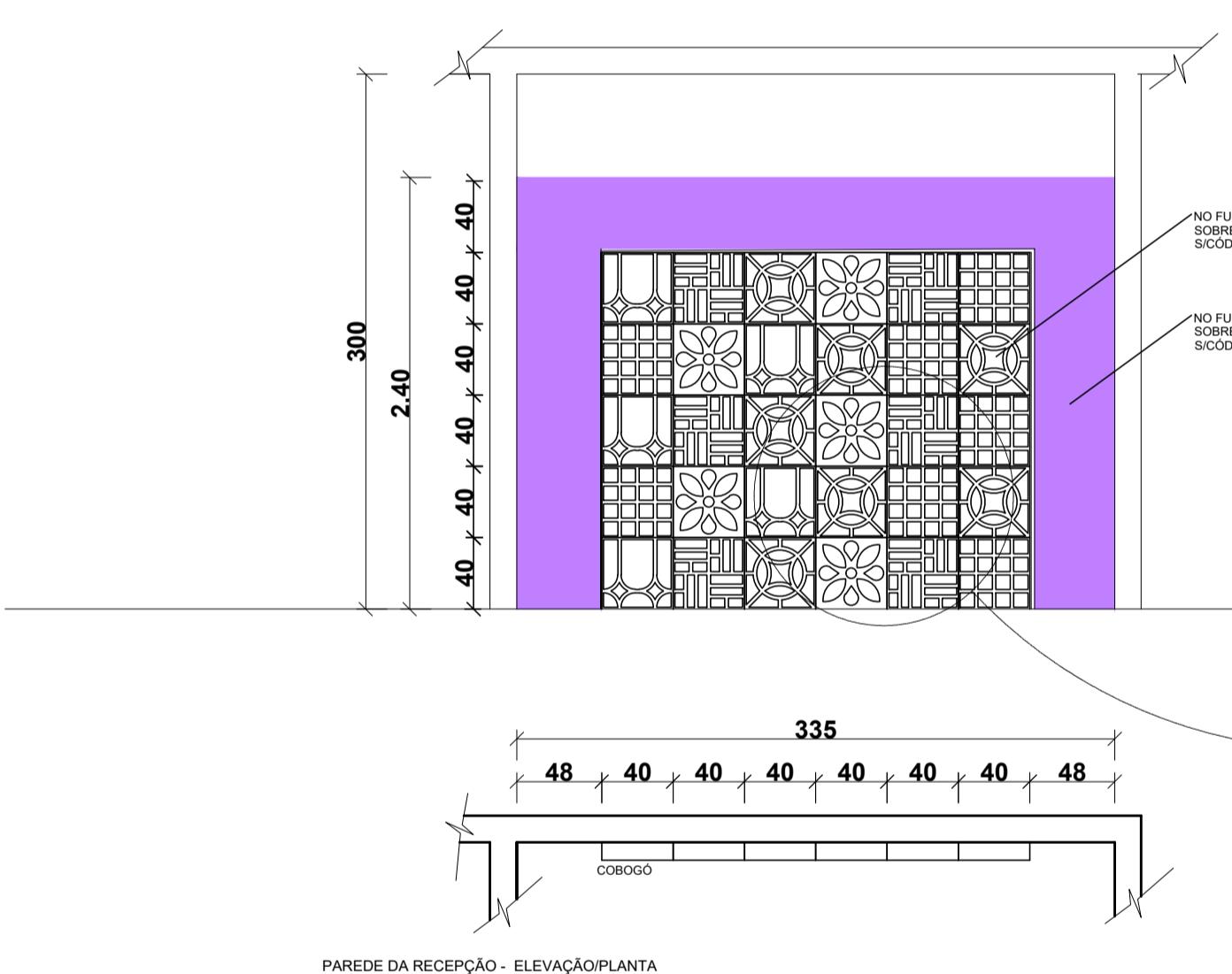
02/02

02/02





Leiaute
Escala 1:100



PAREDE DA RECEPÇÃO - ELEVACAOPLANTA

05	03	01	04	03	02
02	04	05	01	02	01
05	03	01	04	03	02
02	04	05	01	02	01
05	03	01	04	03	02

Detalhe Recepção- Parede de cobogós
várias escadas

CASA DA MULHER BRASILEIRA

LETRERO TIPO CAIXA - EM CHAPA METÁLICA
#18 COM
PINTURA AUTOMOTIVA COR REF.: FORTUNA -
SUVINIL OU EQUIVALENTE. FONTE ADOBE
MYRIAD SEMIBOLD - ESP.: 10cm

AS LETRAS DEVERÃO SER FIXADAS NA PAREDE POR
MEIO DE PINOS METÁLICOS SOLDADOS NA PARTE
POSTERIOR DE CADA PEÇA E ENCAIXADOS POR MEIO
DE PRESSÃO EM CAMISA METÁLICA PARA ALVENARIA.
CADA LETRA DEVERÁ TER NO MÍNIMO 4 PONTOS DE
FIXAÇÃO (PINOS) COM TAMANHO MÍNIMO DE 80mm.

Detalhe letreiro fachada
Escala 1:50

LEGENDA DE MOBILIÁRIO

REPRESENTAÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
AA	AA	ARMÁRIO ALTO - PADRÃO BB - TIPO AA	04
AB	AB	ARMÁRIO BAIXO	02
R	R	CADEIRA COM RODÍZIO - COR ROXA	18
CR	CR	CADEIRA FIXA - REFEITÓRIO / AUDITÓRIO	30
CL	CL	CADEIRA ESPERA 3 LUGARES - LONGARINA	03
G	G	GELADEIRA	01
MAR	MAR	MESA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL	07
MR1	MR1	MESA DE REUNIÃO 4 LUG - D = 1.00 M	01
E3	E3	ESTOFADO 2 LUGARES	02
E2	E2	ESTOFADO 3 LUGARES	02
MIC	MIC	MICROONDAS	01
PUR	PUR	PURIFICADOR DE ÁGUA PNE	01
		APARELHOS TELEFÔNICOS	07
		COMPUTADORES	07
		IMPRESSORA	02

LEGENDA:

PAREDE DE ALVENARIA - 15cm de espessura
A CONSTRUIR



NOTAS:
1. TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CITADAS NESTA PRANCHA DEVERÃO SER COMPLEMENTADAS PELO MEMORIAL DESCRIPTIVO; E SERÃO OBJETO DE REVISÃO E ESPECIFICAÇÃO NA FASE DO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS EXECUTIVOS;

2. TODAS AS PAREDES SERÃO DE ALVENARIA COMUM DE BLOCOS DE CONCRETO, COM 15 CM DE ESPESSURA;

3. TODAS AS PAREDES INTERNAS RECEBERÃO PINTURA ACRÍLICA SOBRE MASSA PVA, COR BRANCA, ACABAMENTO FOSCO; COM EXCEÇÃO DAS ÁREAS MOLHADAS : COPA, SANITÁRIOS, DEPÓSITO E D.M.L, QUE RECEBERÃO AZULEJO WHITE BASIC LUX. LINHA BASCIS . 20x20cm - CECRISA OU EQUIVALENTE EM TODAS AS PAREDES, ATÉ ALTURA DO FORRO;

4. TODAS AS PAREDES EXTERNAS RECEBERÃO TEXTURA ACRÍLICA COM ACABAMENTO CHAPISCO, COR BRANCO GELO;

5. TODOS OS AMBIENTES INTERNOS TERÃO PISO E RODAPÉ EM CERÂMICA 45X45 cm. LINHA CARGO PLUS NA COR GRAY, DA ELIANE, PEI V OU EQUIVALENTE; A ALTURA DO RODAPÉ SERÁ DE 10 CM;

6. TODAS AS SOLEIRAS SERÃO EM GRANITO CINZA ANDRORINHA POLIDO15cm;

7. TODAS AS JANELAS RECEBERÃO PEITORIL EM GRANITO CINZA ANDRORINHA POLIDO17cm;

8. OS FORROS DAS ÁREAS MOLHADAS, COPA, SANITÁRIOS, DEPÓSITO E D.M.L SERÃO EM FORRO EM PLACAS DE GESSO TABICADO - PINTURA ACRÍLICA SOBRE MASSA PVA COR BRANCO S/CÓD. SUVINIL OU EQUIVALENTE;

9. NAS DEMAIS ÁREAS O TETO SERÁ DE LAJE DE CONCRETO APARENTE - PINTURA ACRÍLICA SOBRE REBOCO COR CONCRETO SUVINIL OU EQUIVALENTE - ACABAMENTO FOSCO;

10. TODAS AS PORTAS INTERNAS COM EXECSSÃO DAS LISTADAS ABAIXO DEVERÃO RECEBER PINTURA ESPECÍFICA NA COR COR BALA DE UVA, COD.P354 DA SUVINIL OU EQUIVALENTE ACABAMENTO ACETINADO;

11. AS PORTAS DOS BANHEIROS, COPA, DEPÓSITO E DML DEVERÃO SER NA COR BRANCA S.CÓD SUVINIL OU EQUIVALENTE ACABAMENTO ACETINADO;

12. AS PINTURAS DAS PORTAS DE MADEIRA INCLUEM SELADOR, EMASSAMENTO E PINTURA EM ESMALTE ACETINADO.

13. A BANCADA DA COPA SERÃO EM GRANITO CINZA ANDRORINHA - COM CUBAS INOX - RETANGULAR (DIM.40x34x17 CM) - TRAMONTINA OU EQUIVALENTE - ACABAMENTO ALTO BRILHO COM SIFÃO CROMADO CÓD.1680C DECA OU EQUIVALENTE, E TORNEIRA DE MESA COM AREJADOR LINHA LINK , CÓD.1167C dECA OU EQUIVALENTE.

14. A POSIÇÃO DAS CUBAS NAS BANCADAS DEVE SER DEFINIDA APÓS A FINALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E DE ESGOTO, A FIM DE NÃO HAVER INTERFERÊNCIAS CASO A EXECUÇÃO SEJA DIFERENTE DO PROJETO ADOTADO

15. TODOS OS BANHEIROS RECEBERÃO ESPelho DE CRISTAL PRATA e=5mm, DIM. 60x90 cm INCLUSIVE O DE P.N.E. - CENTRALIZADO SOBRE A PIA.

16. DEVERÁ SER UTILIZADO PISO TÁTIL NOS ACESSOS E CIRCULAÇÃO PRINCIPAL DO PRÉDIO, PELO MENOS ATÉ A MESA DA RECEPCIONISTA.

17. CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL

18. TODOS OS DESENHOS, PLANILHA DE CUSTOS E CADerno DE ENCARGOS SE COMPLEMENTAM

19. A OBRA DEVERÁ SER ENTREGUE LIMPA E COM TODOS OS SERVIÇOS E INSTALAÇÕES EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

20. TODAS AS COTAS CONTIDAS NO PROJETO ESTÃO EM CENTÍMETROS

21. A MADEIRA UTILIZADA NESTE PROJETO DEVERÁ SER ORIUNDA DE REFLORESTAMENTO E SUA ORIGEM DEVERÁ SER LEGAL E COMPROVADA.

22. TODAS AS PAREDES E TETOS DEVEM SER TRATADAS COM SELADOR CORRESPONDENTE AO TIPO DE MASSA E PINTURA

23. TODAS AS PORTAS COM DIFERENÇA DE NÍVEL NÃO DEVEM TER DEGRAU E SIM RAMPA ACESSÍVEL

Revisão

	Descrição	Data

 MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES

PROGRAMA MULHER: VIVER SEM VIOLENCIA

CASA DA MULHER BRASILEIRA
ANTE PROJETO PADRÃO - TIPO IV
LEIAUTE E DETALHES
ÁREA CONSTRUIDA 162,21m²

Autoria do Projeto
VALÉRIA LALAL
CAU-A258851-7

 ARQ
02/03

Escala: INDICADA
Data: JUNHO-2019

ARQUIVO DWG: CMB T IV.dwg

**ESPECIFICAÇÕES PARA ÁREA MOLHADA
BANHEIRO P.N.E.**

LOUÇAS
BACIA CONVENCIONAL PARA LINHA CONFORTO VOGUE PLUS COR BRANCO GELO CÓD. P51 DA DECA

LAVATÓRIO DE CANTO 300x330x410mm LINHA IZY REF. L101 COR BRANCO GELO DA DECA INCLUSIVE PROTETOR DE SIFÃO
LAVATÓRIO COM COLUNA SUSPENSA DIM.455x355mm.LINHA VOGUE PLUS COR BRANCO GELO COD. L510 17 DA DECA INCLUSIVE
PROTETOR DE SIFÃO
CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA EMBUTIDA NA ALVENARIA (MONTANA 9000C)

METAIS

TORNEIRA LINHA PRESSMATIC BENEFIT. REF. CHROME (00185106). FAB. DOCOL OU EQUIVALENTE.

VÁLVULA DE ESCOAMENTO LAVATÓRIO

LIGAÇÃO FLEXÍVEL 30cm REF.4606 C DA DECA

REGISTRO DE GAVETA LINHA SPOT DA DECA

SIFÃO PARA LAVATÓRIO REF.1680 C DA DECA

DUCHA ACTIVA REGISTRO COM DERIVAÇÃO REF.1984 C64 LINHA TARGA DA DECA

BARRA FIXA DIM.Ø1 3/4" COMP.= .45m (EIXO A EIXO) CROMADA DA PHDSYSTEMS

BARRA FIXA DIM.Ø1 3/4" COMP.= .90m (EIXO A EIXO) CROMADA DA PHDSYSTEMS

SUporte DE APOIO PARA LAVATÓRIO EM U. DIM.Ø1 3/4". ACO INOX. DA PHDSYSTEMS

BARRA FIXA DIM.Ø1 3/4" COMP.= .60m (EIXO A EIXO) CROMADA DA PHDSYSTEMS

BARRA FIXA DIM.Ø1 3/4" COMP.= .70m (EIXO A EIXO) CROMADA DA PHDSYSTEMS

OUTROS

DISPENSER PARA PAPEL HIGIÉNICO FABRICANTE LALEKLA, REF. 30175768 OU EQUIVALENTE

SABONETEIRA SPRAY FABRICANTE LALEKLA, REF. 30152702 OU EQUIVALENTE

DISPENSER PARA TOALHA DE PAPEL INTERPOLHADO KIMBERLY-CLARK LINHA LALEKLA CÓD. 30180225, L=25cm P=8.5cm A=35cm

CABIDE CROMADO REF.2060 C40 CR LINHA TARGA DA DECA

ASSENTO SANITÁRIO COM ABERTURA FRONTAL LINHA CONFORTO DECA, COR BRANCO GELO, CÓD. AP 52

**ESPECIFICAÇÕES PARA ÁREAS MOLHADAS -
BANHEIROS INDIVIDUAIS**

LOUÇAS

BACIA COM CAIXA ACOPLADA . LINHA MONTE CARLO . CÓD.: P.808 . DECA OU EQUIVALENTE

LAVATÓRIO COM COLUNA . LINHA MONTE CARLO . CÓD.: L.81

METAIS

TORNEIRA PARA LAVATÓRIO DE MESA FECHAMENTO AUTOMÁTICO DECAMATIC . CÓD.: 1170C . DECA OU SIMILAR

LIGAÇÃO FLEXÍVEL 30cm REF.4606 C DA DECA

SIFÃO PARA LAVATÓRIO REF.1680 C DA DECA

VÁLVULA DE ESCOAMENTO LAVATÓRIO OU CUBA REF.1602 C DA DECA

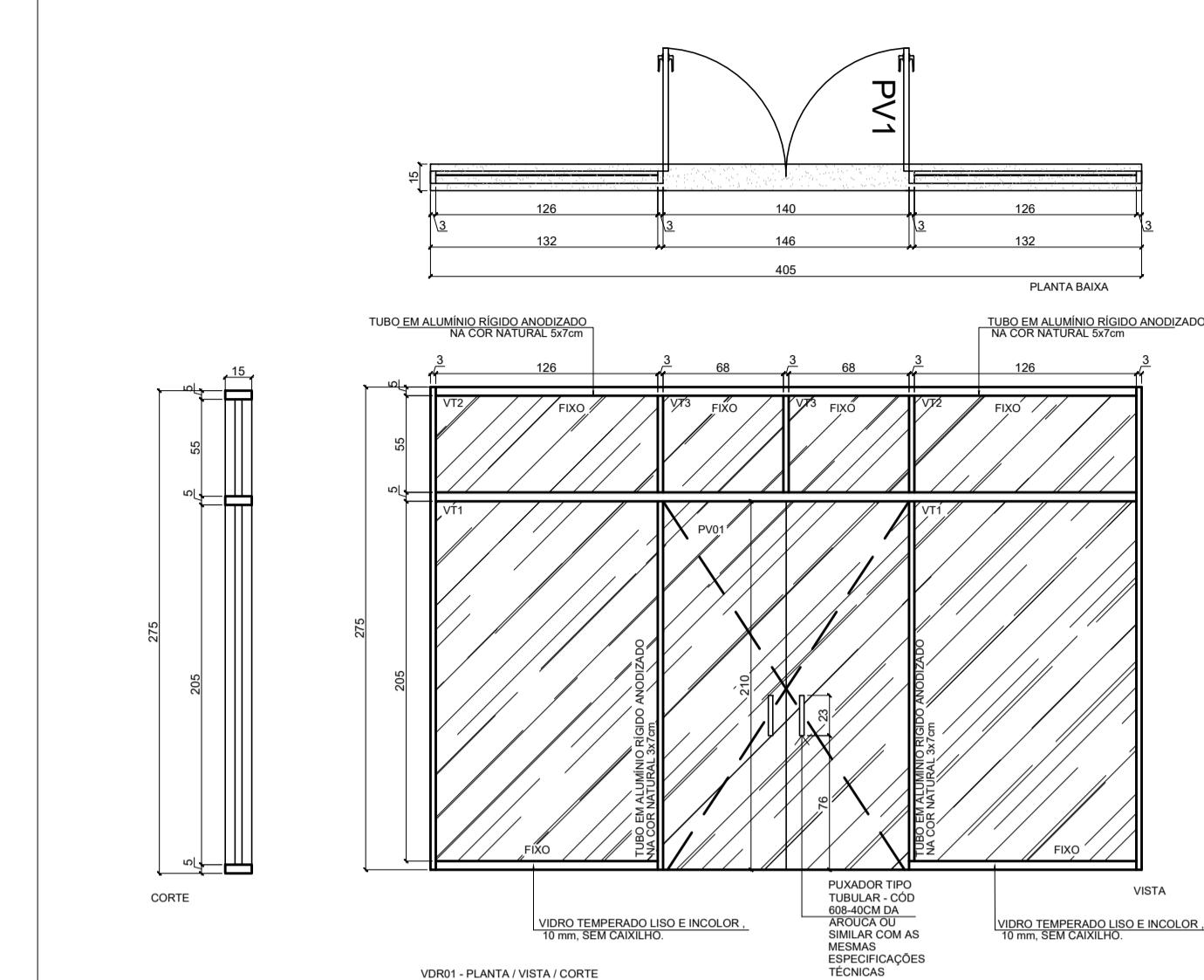
OUTROS

PAPELEIRA . LINHA TARGA . CÓD.: 2020.C40.CR . DECA OU EQUIVALENTE

PORTA TOALHA BARRA . LINHA TARGA . CÓD.: 2040.C40.CR . DECA OU EQUIVALENTE

CABIDE CROMADO REF.2060 C40 CR LINHA TARGA DA DECA

CHUVEIRO TIPO BLINDUCHA COM RESISTÊNCIA BLINDADA - LORENZETTI



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

ANEXO

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº/2019, QUE
FAZEM ENTRE SI O MINISTÉRIO DA MULHER, DA
FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS E A EMPRESA

A União, por intermédio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º andar, Sala 529, na cidade de Brasília /DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº , neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de , portador da matrícula funcional nº , doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , sediado(a) na , em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº , expedida pela (o) , e CPF nº , tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Edital de Tomada de preços nº/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço de engenharia, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços nº...../2019 e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../.....

2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

2.2. A execução dos serviços será iniciada _____ (indicar a data ou evento para o início dos serviços), cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência.

2.2.1. O prazo de execução deste contrato é de, contados a partir do marco supra referido.

2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração:

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto oferecido pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

14.4. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

14.5. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Brasília/DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília/DF, de..... de 2019

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 –
2 -



1001568

00135.218344/2019-66



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º XX/X, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, POR INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

A União, representada pelo **MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**, por intermédio da **SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**, com sede no Setor Comercial Sul – B, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, CEP 70.308-200, Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.136.980/0008-87, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Senhor **PAULO ROBERTO DE MENDONÇA E PAULA**, portador do RG n.º 118.043.0835 - MD/DF e do CPF n.º 981.061.637-68, designado por meio da Portaria n.º 2.859, de 31 de outubro de 2019, publicada na Seção 2, do Diário Oficial da União – DOU, de 01 de novembro de 2019, por subdelegação de competência fixada no art. 1º, inciso II, da Portaria n.º 132, de 8 de fevereiro de 2019, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União – DOU, de 11 de fevereiro de 2019, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, expedida pela (o) XXXXXXXX, e CPF n.º XXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo n.º 00135.218344/2019-66 e em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º XX/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa de projetista de arquitetura/engenharia para fornecer conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos os objeto abaixo indicados:
- 1.2. Projetos Executivos de Revisão/Atualização/Adequação do Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 3.671,86 m² - Tipo I, a ser fornecido pela CONTRATANTE, conforme detalhamento do objeto (item 5, abaixo);
- 1.3. Projetos Executivos Padrão, a partir dos estudos preliminares de cada uma das outras 3 tipologias da Casa da Mulher Brasileira (Tipo II - 1.186,00 m², Tipo III - 269,19 m² e Tipo VI - 162,21 m²) a serem fornecidos pela CONTRATANTE, conforme detalhamento constante das especificações técnicas e desenhos anexos a este documento.

PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
01	Projetos Executivos de Revisão/Atualização/Adequação do Projeto Executivo Padrão da Casa da Mulher Brasileira de 3.671,86 m ² - Tipo I	R\$126.877,45
02	Projetos Executivos Padrão, a partir dos estudos preliminares de cada uma das outras 3 tipologias da Casa da Mulher Brasileira -Tipo II - 1.186,00 m ²	R\$ 253.888,98
03	Projetos Executivos Padrão, a partir dos estudos preliminares de cada uma das outras 3 tipologias da Casa da Mulher Brasileira - Tipo III - 269,19 m ²	R\$ 75.763,31
04	Projetos Executivos Padrão, a partir dos estudos preliminares de cada uma das outras 3 tipologias da Casa da Mulher Brasileira - Tipo VI - 162,21 m ²	R\$ 46.084,80

- 1.4. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 810005

Fonte:010000000

Programa de Trabalho: 14.122.2134.2000.0001

Elemento de Despesa: 339037

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico e no Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Projeto Básico.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

9.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;

9.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

9.8. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.9. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.10. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e

passagens.

9.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo artigo 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.15. São obrigações da CONTRATADA:

9.16. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

9.17. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor, e conforme a qualificação exigida para a licitação;

9.18. Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) anexo(s) deste Ato Convocatório;

9.19. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

9.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.24. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

9.26. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

9.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.28. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.29. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.32. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.33. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.34. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017;

9.34.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as

eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.34.2. Os direitos autorais da solução, dos projetos, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.35. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

9.36. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e 12.378/2010);

9.37. Em se tratando do regime empreitada por preço global a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

9.38. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

9.39. Por se tratar de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do Contrato são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

13.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

13.4. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

13.5. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a

adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado e disponibilizado por meio eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

PAULO ROBERTO DE MENDONÇA E PAULA	Representante Legal
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	Nome da Empresa
Contratante	Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Fabri Pessanha, Chefe de Divisão**, em 03/12/2019, às 11:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1001568** e o código CRC **7349BB77**.